

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XXXIII - 9ª Legislatura

Suplemento do DCL Nº 49

Brasília, sexta-feira, 8 de março de 2024

Sumário

Seção 3

Ata Circunstanciada da 11ª Sessão Ordinária.....	3
Ata Circunstanciada da 12ª Sessão Ordinária.....	42
Ata Circunstanciada da 8ª Sessão Extraordinária	79



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL

Mesa Diretora

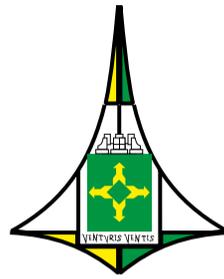
Presidente: Deputado Wellington Luiz

Vice-Presidente: Deputado Ricardo Vale

Primeiro Secretário: Deputado Pastor Daniel de Castro - **Suplente:** Deputado Pepa

Segundo Secretário: Deputado Roosevelt - **Suplente:** Deputada Doutora Jane

Terceiro Secretário: Deputado Martins Machado - **Suplente:** Deputado Eduardo Pedrosa



COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Thiago Manzoni Vice-Presidente: Chico Vigilante Robério Negreiros Fábio Felix Iolando	Joaquim Roriz Neto Gabriel Magno Martins Machado Max Maciel Hermeto	Presidente: Gabriel Magno Vice-Presidente: Dayse Amarílio Thiago Manzoni Jorge Vianna Ricardo Vale	Chico Vigilante Paula Belmonte Roosevelt Robério Negreiros Martins Machado
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS		COMISSÃO DE SEGURANÇA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Eduardo Pedrosa Vice-Presidente: Joaquim Roriz Neto Paula Belmonte Jaqueline Silva Jorge Vianna	Martins Machado Daniel Donizet João Cardoso Doutora Jane Robério Negreiros	Presidente: Doutora Jane Pastor Daniel de Castro Roosevelt Hermeto Iolando	Jorge Vianna Pepa Thiago Manzoni João Cardoso Jaqueline Silva
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS		COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Dayse Amarílio Vice-Presidente: Max Maciel João Cardoso Martins Machado Pastor Daniel de Castro	Ricardo Vale Fábio Felix Paula Belmonte Eduardo Pedrosa Jorge Vianna	Presidente: Daniel Donizet Vice-Presidente: Paula Belmonte Doutora Jane Rogério Morro da Cruz Joaquim Roriz Neto	Thiago Manzoni João Cardoso Jaqueline Silva Jorge Vianna Martins Machado
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR		COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Vigilante Vice-Presidente: Jorge Vianna Hermeto Daniel Donizet Iolando	Gabriel Magno João Cardoso Pepa Pastor Daniel de Castro Dayse Amarílio	Presidente: Paula Belmonte Vice-Presidente: Ricardo Vale Robério Negreiros Dayse Amarílio Max Maciel	João Cardoso Gabriel Magno Jorge Vianna Chico Vigilante Fábio Felix
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		COMISSÃO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Fábio Felix Vice-Presidente: Ricardo Vale João Cardoso Rogério Morro da Cruz Jaqueline Silva	Max Maciel Gabriel Magno Paula Belmonte Doutora Jane Iolando	Presidente: Max Maciel Vice-Presidente: Martins Machado Pepa Gabriel Magno Fábio Felix	João Cardoso Paula Belmonte Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Rogério Morro da Cruz
COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS		COMISSÃO DE PRODUÇÃO RURAL E ABASTECIMENTO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Hermeto Vice-Presidente: Pepa Gabriel Magno Daniel Donizet Eduardo Pedrosa	Iolando Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Roosevelt Rogério Morro da Cruz	Presidente: Pepa Vice-Presidente: Iolando Ricardo Vale Rogério Morro da Cruz Roosevelt	Pastor Daniel de Castro Jaqueline Silva Chico Vigilante Jorge Vianna Thiago Manzoni

9ª Legislatura

Deputado Chico Vigilante
Deputado Pastor Daniel de Castro
Deputado Daniel Donizet
Deputada Dayse Amarílio
Deputado Eduardo Pedrosa
Deputado Fabio Felix
Deputado Gabriel Magno
Deputado Hermeto
Deputado Iolando Almeida
Deputada Doutora Jane
Deputada Jaqueline Silva
Deputado João Cardoso

Corregedor: Deputado Joaquim Roriz Neto

Procuradora Especial da Mulher: Deputada Dayse Amarílio

Procuradoras Adjuntas Especiais da Mulher: Deputada Jaqueline Silva e Deputada Doutora Jane

Procurador Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Deputado Chico Vigilante

Procurador Adjunto Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Deputado Iolando

Procurador Especial da Defesa dos Direitos da Juventude: Deputado Joaquim Roriz Neto

Deputado Joaquim Roriz Neto
Deputado Jorge Vianna
Deputado Martins Machado
Deputado Max Maciel
Deputada Paula Belmonte
Deputado Pepa
Deputado Ricardo Vale
Deputado Robério Negreiros
Deputado Rogério Morro da Cruz
Deputado Roosevelt
Deputado Thiago Manzoni
Deputado Wellington Luiz

Ouvidor: Deputado Jorge Vianna

Seção 3

Ata Circunstanciada da 11ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 11ª
(DÉCIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER O INÍCIO DO ANO LETIVO DAS ESCOLAS PÚBLICAS
DO DISTRITO FEDERAL,
DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024.**

INÍCIO ÀS 15H02MIN

TÉRMINO ÀS 18H47MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Declaro aberta a sessão ordinária do dia 29 de fevereiro de 2024, quinta-feira, às 15 horas e 2 minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido por esta presidência.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – O expediente lido vai a publicação.

De acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.134/2024, de autoria do deputado Gabriel Magno, a sessão ordinária de hoje, quinta-feira, dia 29 de fevereiro de 2024, será transformada em comissão geral para debater o início do ano letivo das escolas públicas do Distrito Federal.

Convido as senhoras e os senhores deputados, bem como todos e todas que desejarem, a participarem do debate em plenário.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Está suspensa a comissão geral.

(Suspensa às 15h05min, a comissão geral é reaberta às 15h22min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Boa tarde! Reiniciamos os nossos trabalhos.

Quero dar as boas-vindas a todos e todas presentes no plenário; principalmente aos vários professores e professoras, diretores e diretoras de escola, alguns funcionários, também. Boa tarde a quem está nos acompanhando ao vivo pela TV Câmara Distrital, até porque, neste exato momento, às 15 horas e 22 minutos, está havendo aula nas escolas, então vários não poderão estar presencialmente aqui.

A ideia desta comissão geral é debatermos o início do ano letivo na rede pública, que começou na semana passada, segunda-feira, dia 19. Nós temos rodado algumas escolas neste início de ano, assim como o fizemos no final do ano passado também, e, infelizmente, começamos o ano letivo, mais uma vez, com velhos problemas, problemas que já vimos acumulando há anos.

A ideia é que aqui possamos não só escutar as escolas e a comunidade escolar, mas também tentar construir juntos algumas soluções e caminhos para que possamos garantir a nossas crianças, adolescentes, jovens e adultos o direito constitucional à educação, o que passa também, fundamentalmente, pela infraestrutura das escolas e pelas condições de trabalho dos profissionais.

Vamos começar por convidar as pessoas para compor a nossa mesa e combinar uma metodologia. Vamos montar uma mesa com algumas representações importantes de escutarmos, e depois abrimos para quem quiser fazer uso da palavra, fazer uma intervenção. Para isso, há algumas companheiras e companheiros para recolher as inscrições das pessoas. Quem quiser é só levantar a mão, que o Magno vai até você e anota seu nome. Combinamos fazer esse processo de escuta.

Quem está nos vendo agora pelo YouTube, pela TV Câmara Distrital, pode deixar lá o seu comentário, que vamos acompanhar *online*, ao vivo, e vamos ler para que aqueles que estiverem à mesa possam responder.

Quero chamar o senhor promotor de justiça da Promotoria de Justiça de Defesa da Educação do Ministério Público do Distrito Federal, doutor Anderson Pereira de Andrade. Agradeço a pronta disponibilidade e a sempre altiva presença na garantia do direito à educação. Muito obrigado, doutor Anderson, pela presença. (Palmas.) Deixo o registro público de parabéns pelo belíssimo trabalho que a Proeduc tem feito na garantia do direito à educação.

Convido a senhora diretora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, a nossa UnB, a professora doutora Liliane Campos Machado. (Palmas.) A Faculdade de Educação da UnB, a nossa FE, é a nossa casa de formação – minha e de vários professores e professoras nesta cidade. Eu tive muito orgulho de passar por lá. É sempre bom ter a Universidade de Brasília conosco para pensar o tema do ponto de vista do direito às políticas públicas. O intuito também é esse.

Convido a minha amiga, colega de trabalho, de profissão, de categoria e de muitas lutas, a representante do Sindicato dos Professores no Distrito Federal, professora Márcia Gilda. (Palmas.) Obrigado pela presença, Márcia. Parabenizo o Sinpro pela atuação que tem tido nesses últimos anos, sempre presente na defesa não só dos professores e dos direitos dos professores e professoras, mas também da escola pública.

Convido o diretor de esportes da União dos Estudantes Secundaristas do Distrito Federal, UES-DF – aqui está escrito “senhor”, mas é um menino –, Davi Falcão. Seja bem-vindo, Davi. (Palmas.) Eu sempre falo que nunca fazemos nesta casa atividades sobre educação sem os estudantes. Não há como falar de educação sem ouvir o que os estudantes têm a dizer. Então, senhor Davi, bem-vindo a esta casa.

Convido o coordenador do Fórum Distrital de Educação, o também professor, amigo e colega, senhor Júlio Barros. (Palmas.) Os cabelos não mentem, não é, Júlio? (Risos.)

Quero informar que o Júlio me pediu para falar primeiro porque, além da apresentação, ele tem outra agenda. Então, vou passar a palavra a ele, e depois combinamos o restante.

Todos os componentes da mesa podem falar daqui, se quiserem, ou fazer uso da tribuna. O relógio mostrará o tempo de 10 minutos, mais por uma questão de organização; vai soar a campainha e daremos mais 5 minutos. Fiquem à vontade. Aqui nunca interrompemos as falas porque todos e todas têm muito a dizer, e isso é importante. É uma questão de organização para dar tempo à turma de falar e para escutarmos o pessoal que veio das escolas.

Passo a palavra ao Júlio Barros. Depois retornamos com os demais participantes. Eu queria fazer alguns comentários, mas vou passar a palavra ao meu amigo Júlio.

JÚLIO BARROS – Boa tarde a todos, todas e todes. Quero saudar meus companheiros e minhas companheiras dirigentes do Sindicato dos Professores.

Peço permissão ao deputado para saudar a mesa na pessoa das 2 companheiras mulheres presentes nela: a minha querida diretora do Sindicato dos Professores, Márcia Gilda, e a professora Liliane, diretora da Faculdade de Educação – a Conae foi realizada brilhantemente na Universidade de Brasília e a Liliane foi uma das grandes responsáveis pelo êxito da Conae.

O ponto central da pauta é o retorno das aulas no início do ano letivo, mas, deputado Gabriel Magno, eu queria fazer uma inversão. Para além dos problemas de transporte, da falta de livro e de itens de material escolar, da falta de papel, dos erros de pagamento de contrato temporário, da superlotação de sala de aula, eu quero chamar a atenção para os que nem chegaram a ir à escola – a volta dos que não foram.

(Apresentação de projeção simultânea à fala do orador.)

JÚLIO BARROS – Ali está a meta 1, que fala das creches para crianças de 0 a 3 anos e do pré-escolar para crianças de 4 anos e 5 anos.

Vamos trazer, para sermos bem sintéticos, dados alarmantes. Na faixa de 4 anos e 5 anos, deputado, nós queremos apresentar que 8.643, de acordo com a meta – não é no universo total, não, é só de acordo com a meta –, estão fora da escola. Isso acontece na questão do pré-escolar.

Passo para a próxima lâmina, Daniel.

Olhem só essa situação que eu considero uma tragédia, uma situação dramática, uma situação

caótica com relação às creches no Distrito Federal. Quais os dados centrais que quero trazer com relação às demandas de creches? A população de 0 a 3 anos é composta de 166.937 crianças. A meta 1 do PDE fala em atender 60% deste total, ou seja, teremos que atender 100.162 crianças. Essa é a meta 1 com relação às creches.

Agora, qual é a realidade concreta de acordo com o relatório do Plano Distrital de Educação, último, que é de 2022? Foi cumprido somente 36,72% da meta. O que isso significa? Antes de começarmos a audiência, o deputado Max Maciel passou por aqui. Eu vi uma das entrevistas dele falando que a demanda de crianças na creche era de 14 mil. Eu fiz questão de chamar o deputado Max Maciel ali, para que se sentasse para eu dar uns dados estarrecedores. Na realidade, deputado, são 18.461 crianças cadastradas de 0 a 3 anos na fila de espera. São as crianças cadastradas. Não é a demanda ainda. Isso só de acordo com o cadastro da Secretaria de Educação. Nós temos uma demanda já na fila de 18.461 crianças na creche.

Outro dado tirou meu sono ontem. Eu estava me preparando para participar dessa audiência, e nós nos esbarramos com esse número aqui: 63.380 crianças. Essa é a demanda de creche: 63.380!

E aí, nós vemos situações, assim, que estranhemos. Na realidade, não há um cadastro único aqui. Uma coisa é a fila de espera, você não pode chamar isso de cadastro. É um diálogo da Secretaria de Educação com a Secretaria de Saúde e com a Secretaria de Criança. Esses 18 mil e pouco aqui não são um cadastro, mas uma lista de espera. Não é o que preconiza a estratégia 1.4 da meta 1 do PDE.

Seguindo aqui, essa meta 3 fala do ensino médio, em síntese, da questão do ensino médio. O que queremos chamar a atenção aqui, já entrando na linha que eu tenho certeza de que minha companheira vai abordar, é sobre a questão da superlotação de sala de aula. O Plano Distrital de Educação prevê 30 alunos por turma para o ensino médio, mas a própria Secretaria de Educação atropela a lei e, na sua estratégia de matrícula, prevê mais de 40 alunos na sala de aula. Ela prevê o mínimo e o máximo. A Secretaria de Educação teve um papel importante na construção do Plano de Distrital de Educação, mas nós construímos juntos e atropelamos. Como atropelamos? Por meio da estratégia de matrícula.

Passando para a meta 4, que trata das pessoas com deficiência, da educação especial. Eu coloquei aqui uma das estratégias. Em síntese, esse texto aqui no quadro preto está pedindo para estabelecer o perfil das pessoas com deficiência. Pede o perfil. Por que eu coloquei essa estratégia? Como você explica ações que a ação orçamentária é 0? Você não vai gastar 1 real para estabelecer o perfil das pessoas com deficiência! Quanto você vai gastar? Quanto você vai gastar, voltando à questão das creches, para organizar um cadastro único, com as secretarias dialogando entre si? Quanto você vai gastar? E não fez! Você não tem o perfil da população com deficiência, Liliane!

Trago o dado cru. Está ali: 94.815 pessoas com deficiência não frequentam a escola, de acordo com o Censo de Educação Básica do IBGE.

Vamos dar um salto para a meta 6, educação integral. A meta era ter 33% de estudantes na escola de tempo integral, sendo que, cada ano, deveria haver 10%, no mínimo. O que o GDF faz? A cada ano, ele diminui esse percentual para menos de 10%, nas escolas de tempo integral. Eu tenho até trauma daquele peixe mapará. Gente, passei quase 2 meses comendo aquele peixe, cheirando aquele peixe. Foi um trauma! Isso gerou até evasão escolar. Em síntese, 107.444 estudantes, de acordo com a meta 6, estão ausentes, não frequentam as escolas de tempo integral.

Vamos dar um salto para a meta 8. Eu fui secamente à meta 8 – há pessoas aqui do Fecampo, do Fórum Permanente de Educação do Campo. Da população do campo, 62.419 pessoas estão fora.

Vou fazer um breve comentário sobre a EJA. A EJA é outra situação dramática, gente. Existem 3 ou 4 metas ligadas à EJA. São dezenas de estratégias, e podemos dizer, baseados no relatório, que quase zero das estratégias, deputado Gabriel Magno, saíram do papel. Há um fenômeno inverso. Em determinadas modalidades de ensino, há superlotação; na EJA, há esvaziamento de turmas. Então, qual é a alternativa? "Fechar turmas! Fazer turmas multisseriadas!" Não fazem o básico, que é a busca ativa, porque, matematicamente, está comprovado que existe demanda. O que não existe é a busca ativa.

Daí, dei um salto para a meta 18, só para dizer que todas as etapas e modalidades têm previsão de quantidade de estudantes. Então, não é uma coisa, assim, quando a secretaria vai fazer estratégia de matrícula: "São tantos na série tal..." Não! Siga a lei! Está ali no PDE.

Já entrando nos finais, quero dizer o seguinte: não adianta, de 4 em 4 anos, no processo eleitoral, vir dizer que a educação é prioridade em discurso eleitoral. Não é, porque a educação é

considerada prioridade quando ela é manifestada nas leis orçamentárias. Se não há previsão no orçamento para construção de creches, creches não são prioridade deste governo. É essa a realidade.

Aí, valendo-me mais uma vez do Plano Distrital de Educação, tenho certeza de que o presidente da CESC vai marcar um seminário para discutirmos com mais profundidade as 21 metas do plano distrital e, depois, deputado Gabriel Magno, de forma meio submarina, já podemos até construir um novo Plano Distrital de Educação.

Para concluir, quero chamar atenção para a meta 20. O que diz a meta 20? A meta 20 diz que o governo tem que dobrar o investimento na educação tendo o PIB como referência. O PIB, no início do plano distrital, era de 3,36%, alguma coisa assim. Apontamos para chegar, no último ano do PDE, a 6,12%. Fizemos uma escala para que, a cada ano, o governo tivesse que investir um percentual tanto com a sua receita própria quanto com o dinheiro do Fundo Constitucional.

E os dados que temos são os seguintes – eu vou pegar só os dados oficiais, de acordo com o relatório do PDE –: só com a receita própria do GDF, no ano de 2022, tinha que ter sido aplicado 3,84% do PIB. E quanto foi aplicado? Foi aplicado 1,80%. Essa diferença de quase 2 pontos significa bilhões. “Ah, diferença aqui de 2...”. Não! Na prática, estamos tratando de dezenas de bilhões, significa bilhões.

E, na última lâmina – para alegrar vocês –, pegamos a questão da receita própria do GDF mais os recursos do Fundo Constitucional. O governo tinha que aplicar 5,47%. Aplicou quanto? Aplicou 2,72%.

Eu penso, deputado, que nós fazemos a luta, V.Exa. faz parte dessa história de luta, e essas lutas se transformam em leis: o plano de carreira, o Plano Distrital de Educação, o Plano Nacional de Educação, a lei do PDAF, a Lei da Gestão Democrática.

E o que acontece? Sistemáticamente o Poder Executivo desrespeita as leis. A pergunta é: o que fazer? Na minha leitura, nós tínhamos que criar – e esta casa tem um papel de destaque nisso, deputado Gabriel Magno – a lei de responsabilidade educacional, fazendo uma analogia com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Quando estouram os índices, o limite prudencial etc., o que acontece? A lei prevê inelegibilidade, prevê cassação, prevê até prisão. Para mim, enquanto nós não construirmos a lei de responsabilidade educacional, vai ficar isso aqui. Vamos fazer a luta, vamos fazer a lei, vamos fazer as audiências públicas, vamos fazer as comissões gerais, e vai ficar por isso mesmo.

Eu queria até dizer o seguinte: neste semestre, nós vamos revisar a Lei de Gestão Democrática, deputado Gabriel Magno, e, a partir do segundo semestre, nós vamos construir um novo Plano Distrital de Educação. Aí vamos focar na criação da lei de responsabilidade educacional e na lei de sistema distrital de educação. Pelo tempo aqui, não dá para aprofundar.

Gente, eu agradeço a tolerância de vocês e o carinho do deputado e da mesa de sempre se lembrar do Fórum Distrital de Educação. Quero dizer que, com o coração partido, eu vou ter que me retirar. Irei para minha primeira aula de estudante de música da Escola de Música de Brasília. O deputado Gabriel Magno era da nossa banda, era o baixista. Então, eu vou me dirigir para a Escola de Música de Brasília agora.

Forte abraço.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Por favor, não falte à aula.

JÚLIO BARROS – Obrigado. Forte abraço a todas e a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Júlio. Não que você precisa de aula para tocar, tocamos juntos várias vezes, mas não podemos dar o exemplo de ficar faltando às aulas.

Quero até dizer, Júlio, já que você vai para a escola de música, que, neste exato momento – nós não podemos ir, e já justifico a minha ausência, mas o nosso mandato está presente lá –, o Iphan está anunciando hoje que vai tornar o choro patrimônio imaterial, patrimônio cultural da nossa cidade, do país, o Clube do Choro, que é tão importante! Sei que também você gosta do chorinho. Parabenizo o Iphan, na figura do presidente Leandro Grass. (Palmas.) Parabenizo também os músicos, os musicistas, que constroem diariamente o choro em nossa cidade, em nosso país, algo tão importante. Fique à vontade quando você precisar sair.

Eu vou inverter e falar por último, vou escutar todo mundo e vou falar por último. Nós não combinamos, mas, Liliane, pode ser você a próxima? Você sempre nos salva nessas situações. Assim, nós escutamos também a Universidade de Brasília, que tem apresentado uma série de reflexões importantes, não só sobre a educação de maneira geral.

Acho que o Júlio traz um elemento importante, de começarmos, de fato, a pensar o novo Plano Nacional de Educação e, conseqüentemente, o próprio Plano Distrital de Educação, que vai ser uma tarefa dos legislativos estaduais, dos 27. E, aqui também, com certeza, está na nossa agenda prioritária deste ano e do próximo construirmos um texto o mais avançado possível no sentido da garantia plena do direito à educação, porque os dados que o Júlio traz são assustadores.

Nós estamos falando, de fato, do início do ano letivo e temos de olhar para aqueles que estão fora, que estão tendo o direito negado. É muita gente. Eu tenho sempre batido em uma tecla: não se faz nenhuma política pública, não só educacional, mas educacional fundamentalmente, sem dinheiro.

O governador do estado de São Paulo, acho que todos devem ter visto, na semana passada, chegou a dizer que, no estado de São Paulo, os professores não eram os que tinham melhor salário, nem os que tinham as melhores condições de trabalho, mas eles tinham muito amor. Eu tentei até abrir o aplicativo do BRB e ver se fazia um pix com amor para pagar minhas contas, mas não consegui. Ele não mensura isso. (Risos.)

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Não existe lá esta opção: quanto de amor para pagar meus boletos. Foi uma fala do governador de São Paulo, mas sabemos que isso ainda permeia o conjunto de opiniões, de senso comum, não só de governadores, de gestores, mas da própria sociedade: o exercício da profissão do magistério a partir de um sacerdócio, de uma função e tarefa divina.

Passo a palavra para a professora Liliane, que representa a Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Liliane, obrigado mais uma vez por estar presente.

LILIANE CAMPOS MACHADO – Obrigada a você, deputado Gabriel Magno. Boa tarde a todos que estão presentes, diretores, colegas professores, nossa mesa. Vou cumprimentar todos e a todas na figura do deputado Gabriel Magno.

É muita responsabilidade estar nesta casa sempre falando do contexto da educação.

Algo que tem nos angustiado muito é como a educação superior, a universidade pode se aproximar e deve se aproximar da educação básica. Nós falamos muito isso. Eu hoje estou como conselheira, e essa é uma preocupação que temos deixado registrada em todos os contextos. A minha fala tem uma perspectiva muito mais positiva do que temos feito na condição de universidade para nos aproximarmos da escola de educação básica, entendendo que são ações positivas, saudáveis, mas ainda muito pequenas. Deveríamos ter condição e infraestrutura para fazermos isso em escalas muito maiores.

Boa parte das informações que eu vou trazer é oriunda da nossa coordenadoria de integração das licenciaturas, da Dapli, muito municiada pela professora Eloisa Pilati, nossa coordenadora na universidade, e a partir daí como que a Faculdade de Educação também entra nesse contexto.

Hoje, a universidade tem uma preocupação grande de como podemos nos aproximar da escola de educação básica e concretizar essa aproximação com ela, e alguns editais são feitos. No ano passado, nós tivemos um edital do DEG com o DEX, quando tentamos potencializar a formação inicial e continuada. Incentivando isso, foram 45 projetos, com 169 bolsas, para garantir trabalhos. Foram produzidos vídeos e materiais, isso tudo feito na relação escola de educação básica e universidade.

Houve 674 envolvidos na licenciatura em ação. Esse projeto, também com o edital do DEG/DEX, financiou bolsas, projetos com iniciativas inovadoras para as escolas. Há alguns anos, desde que a Graça assumiu a Eape, ela tem buscado essa parceria – e, na pessoa da Graça, eu estou trazendo a Eape como um todo, da relação da universidade com a educação básica, com a relação da formação. Em todas as semanas pedagógicas de formação da Eape, a universidade tem participado, a Faculdade de Educação e a universidade como um todo.

Hoje, nós temos, nas escolas, 360 alunos bolsistas do Pibid, que diz respeito ao aluno que está do primeiro ao quinto ano; ele vai à escola e recebe uma bolsa para fazer a iniciação à docência, para começar a vivenciar, na prática, a própria docência. Isso é feito sob a preceptoría de um professor da educação básica, que também recebe uma bolsa. Hoje, há 360 alunos do Pibid, bolsistas, mais 54 voluntários nas escolas do Distrito Federal. Na residência pedagógica, que é o aluno que está da metade para o fim do curso, que pode já viver a experiência do estágio, há 240 estudantes bolsistas e 27 voluntários – esses estão dentro das escolas do GDF também.

Nós temos uma comissão das licenciaturas, e uma das nossas grandes preocupações é como vamos chegar e dialogar com a escola de educação básica. Eu não sei se todos sabem, mas nós

estamos terminando a construção, com verba de emenda parlamentar, de um prédio para uma escola de educação infantil – que, vulgarmente, foi chamada só de creche –, com expectativa de atender mais 120 crianças. Não diminui muito o número que o Júlio trouxe, não, mas são mais 120 crianças atendidas na região da Asa Norte.

A perspectiva é que o prédio seja entregue em abril e que comecemos a trabalhar a partir de julho. Quando eu falo de nós, estou falando da parceria, porque quem vai fazer a gestão dessa escola de educação infantil é o GDF, é um convênio com a Secretaria de Educação, os professores da secretaria vão entrar nessa lista para atender essas crianças que estão nessa lista de espera que o Júlio nos apresentou.

Estamos construindo lá, deputado Gabriel Magno, o Centro da Primeira Infância, que é um polo de estudo e pesquisa para trabalharmos com desenvolvimento tecnológico e social, das tecnologias sociais, para o desenvolvimento da educação na primeira infância.

Nós estamos caminhando agora com o edital da Capes, e nesse edital foi permitida a oferta de especialização. A Graça nos acionou para fazermos a formação dos gestores da Secretaria de Educação, que acabaram de assumir as direções, e nós vamos ofertar mais de 200 vagas *lato sensu* para os gestores da educação básica.

A Graça nos pediu também um percentual alto de vagas para o Mestrado Profissional em Educação. No entanto, não podemos garantir as vagas dessa forma porque o mestrado tem limite de vagas, temos que respeitar os PCNs, e há questões não tão simples impostas pela Capes. Estamos pensando em como trabalhar com a perspectiva dos mestrados profissionais, para atender a uma parte do pedido. Não serão 40, 50, 100, 200 pessoas de uma vez, como no *lato sensu* que voltamos a ofertar.

Em linhas gerais, é assim a universidade. Para a Faculdade de Educação, há oferta de vagas para gestão escolar *lato sensu* prevista para este ano. Devemos começar o processo seletivo ainda no segundo semestre. Será gratuito e financiado pela Capes. É o edital da OAB.

Nós temos na Faculdade de Educação, coordenado pela professora Edileusa, Abádia e mais alguns colegas, o Observatório da Educação Básica, que tem feito muitos encontros, participado de levantamentos e de avaliações e produzido documentos significativos dessa nossa relação.

Quanto às políticas públicas, a nossa preocupação é como nós, responsáveis pela formação inicial, podemos colaborar no processo da formação continuada.

Deputado Gabriel Magno, precisamos trabalhar na questão que o Júlio trouxe. O nosso plano nacional está vencido. Fizemos uma Conae. Ficou sob a responsabilidade da Universidade de Brasília, via Faculdade de Educação, fazer a coordenação-geral da Conae. Para nós, isso foi emblemático, pois significou retomar o país, democraticamente. A primeira conferência no modelo democrático, com consulta a todos os municípios e a todos os estados da Federação, aconteceu dentro da Universidade de Brasília. Isso, para nós, foi muito caro e muito valioso. O MEC nos acionou, e nós coordenamos tudo. Agora, temos de tentar garantir que o Plano Nacional de Educação saia e não seja boicotado por frentes que têm tentado impedir o caminhar dessa situação.

No Governo do Distrito Federal, esperamos que os alunos que saem da graduação nos cursos de licenciatura da Universidade de Brasília e de outras universidades do DF e que tenham sido aprovados em concurso público tenham o direito à posse garantida. Assim, resolveremos a posse desses nossos alunos e diminuiremos o número de professores temporários, sem desempregá-los, visto que a maioria deles são os concursados aprovados para a carreira.

Então, fica o nosso apelo, como universidade e em prol dos nossos alunos.

Deputado, parabéns, mais uma vez, pela iniciativa de trazer a Faculdade de Educação para dialogar com a educação básica.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Liliane. Nós que agradecemos a presença da universidade, que sempre enriquece o nosso debate.

Anuncio a presença do querido amigo e grande parceiro na luta pela educação, deputado Fábio Félix. Às vezes, é difícil, mas estamos muito firmes nas lutas em defesa da educação e de uma série de agendas.

Anuncio a presença da Adriana Miranda, diretora da Escola Classe 25 de Ceilândia; da Regina e da Letícia, diretoras do Sinpro-DF; da Vera, da Escola Classe Beija-Flor; da Luana, diretora da Escola

Classe 10 de Sobradinho; do Pedro, diretor da Escola Classe 511 de Samambaia; do Paulo Gileno, diretor da Escola Classe 410 de Samambaia; do James, diretor do CEF Maria do Rosário de Ceilândia; da Patrícia, analista e monitora da secretaria de educação; da Kamila, analista e monitora da secretaria de educação; da Rita de Cássia, diretora do Sinpro; da Luciana Custódio, diretora do Sinpro; do Pedro Calebe, diretor do CEM 1 de Sobradinho; da Élbis, diretora do Sinpro; da Rita, diretora da Escola Classe 108 de Samambaia.

Eu vi algumas pessoas que ainda não citei aqui, por exemplo, a Berê, que é diretora do Sinpro; o Kamir, que é diretor do Sinpro.

Para quem eu não vi e nem citei ainda, qualquer coisa só escreva ali.

A Stephanie, diretora da Escola Classe Vila do Boa, lá de São Sebastião.

Nós vamos anunciar as presenças. Isso aqui é o registro de presença, gente; quem quiser falar, combina com o Magno e nós fazemos a inscrição para fala.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

Quero lembrar e anunciar publicamente que também esteve presente no início desta comissão o deputado Max Maciel.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Eu vou fazer uma fala muito rápida, porque eu não vou conseguir participar de toda a comissão geral, mas fiz questão de participar deste momento.

Primeiro, quero parabenizar a iniciativa do deputado Gabriel Magno, de que é necessário que em todos os processos decisivos como esse, que é a volta às aulas na educação, tenhamos avaliação. Infelizmente, essa tarefa não é cumprida da forma como deveria, por quem deveria, que é a Secretaria de Educação, ouvindo os gestores das unidades, ouvindo os gestores das próprias regionais, conversando com a categoria. Infelizmente, isso não acontece da forma como deveria.

Então, a Câmara Legislativa, por meio do deputado Gabriel Magno, que é o presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, cumpre esse papel hoje. Parabéns, deputado Gabriel Magno, pela iniciativa, pela comissão geral que se realiza aqui agora.

Eu só queria tocar em 2 pontos para que possamos refletir. Eu estou hoje na presidência da Comissão de Direitos Humanos aqui da Câmara Legislativa, é o sexto ano em que eu estou na presidência.

Este ano nós recebemos, doutor Anderson, uma avalanche de denúncias relacionadas à falta de estrutura das escolas com a educação inclusiva. Sabemos que esse é um problema estrutural, obviamente, porque hoje existem aqueles educadores voluntários, mas que é um trabalho, uma atribuição absolutamente insuficiente para lidar com a pluralidade das pessoas, das crianças e adolescentes atípicos, das pessoas com deficiência.

Essa é uma questão muito grave para a qual a Secretaria de Educação, mais uma vez, não se preparou, não se organizou; e pior, piorou a situação, porque várias crianças e adolescentes foram transferidos, de forma arbitrária, para outras escolas e as famílias foram avisadas em cima da hora. Isso é muito grave. Eu estou hoje na coordenação da Frente Parlamentar em Defesa da Educação Inclusiva e na Comissão de Direitos Humanos. Recebemos uma avalanche de denúncias em relação a esse tema. Isso nos preocupa muito.

O segundo tema – o deputado Gabriel Magno tem trazido isso muito para a Câmara Legislativa e nós também – é o acordo da greve, porque há uma parte significativa do acordo que não foi cumprida.

Com relação às nomeações dos professores, sabemos do déficit histórico. Essa é a luta do sindicato, é a luta da categoria. Tínhamos um acordo para que os temporários fossem remunerados para participar da preparação pedagógica do ano. Não participaram. Quer dizer, estava assinado. Era um acordo. São professores. Hoje, talvez seja a maioria dos que estão em sala de aula. Eles não participaram desse processo.

Então, tem muito o que melhorar na volta às aulas, especialmente no diálogo, na estruturação das escolas, na orientação pedagógica, na garantia do direito dos adolescentes e das crianças à educação. Essa discussão é fundamental e ela é um primeiro passo, com certeza, para apontarmos os problemas, para atuarmos como órgão de fiscalização, que é a Câmara Legislativa, e pressionar o Governo do Distrito Federal para que tenhamos momentos melhores no futuro.

Parabenizo o deputado Gabriel Magno. Parabenizo a mobilização da categoria, sempre pensando para além das pautas corporativas dos professores e das professoras, que são fundamentais. Estamos falando de uma das categorias de nível superior que menos ganha no serviço público do DF, uma categoria prejudicada, que não é valorizada. Essas pautas são absolutamente legítimas. Quando você pega o salário inicial de um procurador e o salário inicial de um professor, você vê a diferença: são 2 categorias que prestam serviço público e 2 categorias que têm uma diferença salarial gigantesca. Então, a pauta corporativa é fundamental; mas, além da pauta corporativa, vemos a dedicação do sindicato da categoria que pensa na finalidade da política pública.

Parabéns pela comissão geral. Contem com o nosso mandato nesta luta.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, deputado Fábio Félix, você tem sido muito importante. Aliás, deputado Fábio Félix, quem disse que o professor devia ganhar igual ao juiz foi o governador, na campanha. Temos o áudio gravado e já o tocamos várias vezes. Nossa dúvida, doutor Anderson, é que, às vezes, fico pensando que ele quis dizer juiz de futebol da terceira divisão, naqueles campeonatos de várzea, em que xingam a mãe, que só dão porrada. Deve ter sido isso. O áudio cortou e não pegou a parte final. Talvez seja isso que ele quis dizer.

Obrigado, deputado Fábio Félix, não só pela presença, mas por todo o empenho que o seu mandato tem dado à comissão.

Essa questão do ensino especial de educação inclusiva hoje é um drama. Eu diria até, doutor Anderson, que se ultrapassou o limite do descaso, do absurdo, da negligência nos últimos anos com a educação inclusiva.

Hoje, temos recebido, na Comissão de Educação, Saúde e Cultura e na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, uma série de crimes feitos pela própria Secretaria de Educação ao negar o direito à matrícula das crianças. Além do que o deputado Fábio Félix coloca sobre as transferências repentinas de estudantes de escolas, há negação da própria matrícula. Hoje, as famílias reclamam que não estão conseguindo matricular as crianças, que elas saem de uma turma, não se abrem outras turmas e elas estão completamente abandonadas.

O direito ao transporte escolar dessas crianças, desses jovens e adolescentes também está sendo negado. Várias nos relataram, inclusive, que várias delas possuem o cartão mobilidade para PcD para poderem se locomover junto com os filhos, mas, quando chegam à Secretaria de Educação por não estar sendo garantido o transporte escolar, escutam o seguinte: a família precisa escolher. Se quiser o filho no transporte escolar, eles recolhem o passe livre do cartão mobilidade para se locomover. Não está escrito em lugar nenhum que esse direito é de escolha de um ou de outro, até porque as famílias têm esse direito, por conta da deficiência dos filhos, garantido por lei para que eles possam se locomover na cidade para outros lugares além de irem à escola. Nesse caso, não é o passe livre estudantil.

Então, há uma série de direitos que estão sendo negados e as famílias estão sendo privadas. Fizemos algumas representações ao Tribunal de Contas sobre isso e, em breve, também levaremos à Proeduc esses relatos que temos recebido, muito assustados, com relação à negação desses direitos por parte da Secretaria de Educação.

Quero aqui lamentar, mais uma vez, a ausência da Secretaria de Educação aqui neste debate. Foram convidados. O convite foi feito com superantecedência, como para todos os outros membros da mesa. Até as 14 horas estava confirmada a presença da Secretaria de Educação. Minutos antes de começarmos a nossa comissão, eles encaminharam uma mensagem dizendo que havia aparecido outro compromisso na agenda, de última hora, e que não poderiam comparecer.

De qualquer maneira, a comissão não só vai ficar gravada, e está sendo transmitida, como nós também faremos um relatório do conjunto das falas, dos problemas apresentados, das soluções que nós podemos construir conjuntamente e ele será encaminhado para a Secretaria de Educação, para o Fórum Distrital de Educação, para o Conselho de Educação, para o próprio Ministério Público, para o Tribunal de Contas e para as entidades presentes, a fim de prestar contas da nossa audiência. Mas lamento a ausência, mais uma vez, da Secretaria de Educação.

Quero anunciar e agradecer a presença do Felipe Vitelli, conselheiro de cultura; do Rodrigo Teixeira, diretor do Sinpro; da Fátima, também diretora do Sindicato dos Professores; da Cleonice Lima, presidente da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down; do João Braga, também da direção do Sindicato dos Professores; da Berenice – eu já havia citado porque está aqui à

minha frente. Obrigado pela presença de vocês.

Neste momento, passarei a palavra ao Davi Falcão, que está representando os estudantes secundaristas do Distrito Federal. Obrigado por sua presença, Davi.

DAVI FALCÃO – Boa tarde. Eu queria começar saudando a mesa na pessoa do deputado Gabriel Magno. Cumprimento as pessoas presentes, professores, diretores, dirigentes do Sinpro – que eu particularmente tenho como referência, pois a minha mãe é professora aposentada da rede pública de ensino. É uma honra poder dividir este espaço com vocês.

Nós entramos em 2024 já em uma audiência, em uma avaliação do início do ano letivo com um fato muito significativo: a Secretaria de Educação não estar presente. Através disso conseguimos ver o descaso do governo Ibaneis com a educação brasiliense. É um governo que não abre diálogo com o estudante, não abre diálogo com os professores. É uma realidade muito triste vivermos na capital do país com um governo que não liga para a educação e a negligencia dia após dia.

Eu queria começar comentando sobre um problema muito grande que temos: a superlotação das salas de aulas no Distrito Federal. Enfrentamos isso há um tempo já. Em 2022, a Secretaria de Educação, indo contra o próprio Plano Distrital de Educação, decidiu aumentar o teto de alunos possíveis em cada sala de aula. E, a partir disso, temos um cenário de salas lotadas, salas que, em um clima de calor – no ano passado o Distrito Federal enfrentou um pico de calor muito grande –, eram inutilizáveis. É muito complicado um estudante prestar atenção na matéria ao mesmo tempo em que está suando, já que está em uma sala com o ventilador quebrado, o ar-condicionado quebrado, isso se há ar-condicionado, porque em muitas salas de aula não há.

Vivemos o tempo todo nesta realidade de iniciar o ano na insegurança. Como será neste ano? Qual vai ser a nossa realidade como estudantes no Distrito Federal? Iniciamos este ano – o ano letivo teve início no dia 19 – já com uma assembleia do Sindicato dos Professores marcada para o mês seguinte. E o que fica na cabeça do estudante é: “Vamos ter um ano completo? Vamos enfrentar uma greve por descaso do governo?” Porque o governo não cumpriu o acordo.

O governo que não valoriza o professor não valoriza a educação, não valoriza o estudante. No momento em que o governo deixa de valorizar o estudante, deixa de valorizar o futuro da cidade. Este é o governo que nós enfrentamos: ele não valoriza o futuro do Distrito Federal. É o governo do agora. Se há um problema na educação, faz-se um viaduto. Se há um problema dentro da sala de aula... Onde estão os ares-condicionados? Eles somem do galpão da Secretaria de Educação. Nós precisamos ter em mente que estamos enfrentando um governo que não está apoiando a educação. Um governo ausente, uma Secretaria de Educação que não dialoga conosco.

Outra pauta muito importante é a militarização das escolas do Distrito Federal, um cenário muito problemático. O governo Ibaneis – vou até repetir isso aqui, esses dias eu falei sobre isso e o nosso deputado Gabriel Magno também fala muito sobre isso –, se não dá conta, terceiriza; se não dá conta, entrega na mão de alguém; se não dá conta da educação, ele a entrega na mão da polícia militar, coloca a polícia militar dentro da escola.

O processo de militarização das escolas começou no governo do ex-presidente, atualmente inelegível, Jair Bolsonaro. Foi implementada uma militarização nas escolas que acarretava a censura dos estudantes. Aqui no Distrito Federal houve casos de estudantes que foram apresentar um trabalho sobre igualdade racial e foram censurados pela polícia militar que estava dentro da escola. A escola não é lugar da polícia, a escola é lugar de educação, o lugar onde o estudante tem que estar, o professor tem que estar, o lugar onde o ensino tem que ser cultivado. Quando eu penso em ir à escola, eu penso: “Vou me desenvolver intelectualmente, vou encontrar meus amigos, vou me divertir, vou falar com os professores, os quais eu tenho como referência”. Em casa nós temos os nossos pais, fora de casa nós temos os professores. São eles que nos mostram o caminho que devemos seguir, são referências que nós temos.

O cenário da militarização é muito problemático: o aluno vai para a escola e dá de cara com a polícia militar, que muitas vezes é racista, muitas vezes trata o aluno com desprezo, como um marginal, como se ele fosse uma pessoa de fora da sociedade. Muitas vezes, a polícia militar nos bate, nos olha com desprezo. Não faz sentido a polícia dentro das escolas. Principalmente em um cenário em que o governo federal já retirou o projeto sobre o Pecim, o plano de militarização das escolas, que vigorou até o ano passado. Por incrível que pareça, o governo Ibaneis decidiu continuar com a militarização, foi contra o governo federal, continuou com uma iniciativa contrária ao interesse dos estudantes.

Este é um ano marcante, pois é o primeiro ano em que todo o ensino médio está dentro do

Novo Ensino Médio, cuja realidade eu acredito que a maioria de vocês conhece. Ele foi implementado durante o governo Michel Temer de maneira autoritária, não houve diálogo com estudante, com professor, com diretor, com gestores educacionais. Quando nós viemos para o Novo Ensino Médio, viemos para a realidade dos professores... Darei um exemplo: o professor de sociologia vai para a sala de aula dar uma matéria eletiva e terá que falar sobre cozinha, sobre inteligência emocional, pautas importantes, mas aquele professor não está capacitado para isso.

Este é o problema do Novo Ensino Médio: ele não é pensado para o professor nem para o aluno. Para quem ele é pensado? Para atender aos interesses burgueses da educação brasileira? Será que é para isso? O tempo todo nós precisamos questionar qual a finalidade do Novo Ensino Médio e lutar para que ele seja revogado. O governo federal vem travando essa luta. O nosso intuito é sempre apoiar isso e lutar por um novo ensino médio que seja debatido dentro da comunidade escolar, que seja pensado por professores, por pessoas que vivem a realidade das escolas.

Bom, um cenário muito importante e muito grave que nós também enfrentamos no Distrito Federal, deputado, é a epidemia de dengue. Os alunos voltam às salas de aula em um cenário de insegurança, com pais adoecidos, parentes adoecidos, sem saber se eles vão para escola e vão ser contaminados, porque nós temos, em muitos casos, terrenos baldios no Distrito Federal – que vêm sendo abandonados. Esses são fatores que influenciam no dia a dia da ida para a escola.

Outro fator é o transporte público do Distrito Federal que também vem sendo cada vez mais sucateado. O metrô do Distrito Federal está um caos. Outro dia, eu fui pegar o metrô e, no monitor que fica na plataforma, mostrava que em 6 minutos o metrô iria passar. Eu esperei 20 minutos. Passados os 20 minutos, o pessoal começou a avisar que era para sair da estação, porque havia um problema no metrô da Asa Sul e não havia previsão para voltar. Eu fiquei me perguntando: se eu for para a parada agora, será que eu já perdi o ônibus que iria passar? Isso atrasou minha volta para casa absurdamente. Eu cheguei em casa muito mais tarde por uma negligência do governo.

É isso que nós estamos enfrentando. Vamos para a sala de aula com um transporte público sucateado, chegamos a uma sala de aula lotada, porque o governo sucateia a educação, não contrata os professores, não cumpre com o acordo de greve, em um cenário total de insegurança, de abandono, de desprezo pela educação brasileira. É isso que nós estamos vivendo.

Eu acho que de mensagem quero mencionar uma frase do nosso grande Paulo Freire, que eu gosto muito, em que ele fala: “Enquanto eu luto, eu sou movido pela esperança”. Essa é a mensagem para o início deste ano: há esperança. Nós enfrentaremos um ano de muita luta, mas também de muita esperança de que nós alcançaremos uma realidade melhor. Se tudo der certo, teremos a nomeação desses professores; vamos ver um ambiente escolar mais tranquilo, mais calmo e mais sereno para o estudante. Vamos cultivar a esperança, e nós, como entidade – a União dos Estudantes Secundaristas do Distrito Federal –, buscamos um ano mais tranquilo, de diálogo com os grêmios, com o sindicato, com os professores e com os alunos que formam a comunidade escolar.

Então, acho que nós temos em mente as batalhas que iremos travar, mas temos em mente que é necessário seguir com esperança, com muito amor, porque assim venceremos essa batalha.

Agradeço ao deputado pela oportunidade de falar. Você falou que eu sou um menino, e hoje, com certeza, foi um desafio para mim.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Davi. Pela sua fala, vê-se que você faz jus ao pronome senhor. É sempre bom escutar vocês, estudantes, porque nós aprendemos muito. Eu digo que a Secretaria de Educação deveria ouvir mais, bem como o MEC. Eu também vou puxar a orelha do Ministério da Educação, porque precisamos escutar mais os estudantes, nós aprendemos muito.

Agradeço as presenças do Antônio, do CEF 8 de Taguatinga; da Susana e do Léo, do CED 1 de Brasília.

Concedo a palavra à Márcia Gilda, professora, representando o Sindicato dos Professores.

MÁRCIA GILDA – Obrigada, deputado Gabriel Magno, pela oportunidade de estar aqui hoje com vocês discutindo os desafios da volta às aulas.

Inicialmente, quero cumprimentar a mesa, a Liliane, da Faculdade de Educação; o doutor Anderson, superparceiro das causas da educação; o deputado Gabriel Magno, muito acolhedor em sua fala quando nos chama; e o Davi, que falou do esperar de Paulo Freire, que é a esperança que se transforma em luta.

Também quero cumprimentar a todos, a todas e a todes que estão aqui conversando conosco hoje: meus companheiros de lutas e sonhos; sindicalistas; professores do sindicato; colegas professores; meus contemporâneos, Paixão e Adriana – nos conhecemos lá em Brazlândia –; gestores e gestoras aqui presentes; estudantes, enfim, toda a comunidade escolar.

É muito bom estarmos aqui para pensar os desafios deste ano letivo. Eu preparei aqui um *script* de tantos temas para falar, mas confesso que, com tantas colaborações aqui feitas, acabo fazendo uma outra fala, que não estava no *script*, porque educação é isso, inclusive. Às vezes, fazemos um planejamento e, quando chegamos à sala de aula, acontece uma situação, um questionamento de um aluno ou de uma aluna nossa. Com isso, iremos parar e conversar sobre aquele tema.

De fato, são muitos os desafios e já começamos com um desafio enorme esse ano, porque a semana pedagógica – que é a semana que paramos para pensar o projeto político-pedagógico da escola, que deve estar alinhado, em consonância com a expectativa, com a realidade, daquela comunidade onde a escola está inserida –, na maioria das escolas, não aconteceu. Não aconteceu não por falta de compromisso dessa categoria, que é engajada e tem todo o compromisso com a educação, pois é a educação que deve ser a melhor possível, porque é a educação que atende os filhos e as filhas da classe trabalhadora. Por isso, a escola precisa ser muito boa! Não tivemos a semana pedagógica, fizemos um ato na rodoviária fazendo essa denúncia.

Meu pai me ensinou que a única coisa que temos é o nome, doutor Anderson. E devemos cumprir com aquilo que falamos! Infelizmente, nossos mandatários no Distrito Federal não têm cumprido a sua palavra sobre o nosso acordo de greve. Fica aqui essa reflexão, a minha plaquinha, inclusive temos *outdoors* espalhados por toda a cidade em pontos estratégicos, cobrando do governador que acordo é para ser cumprido. Temos que honrar a assinatura de todos os secretários de Estado que avalizaram o nosso acordo e trouxeram a suspensão da nossa greve. (Palmas.)

Desse acordo, entre os 15 pontos temos 4 cumpridos hoje. Entendemos que alguns deles têm todo um trâmite legal e administrativo. A mesa de negociação permanece e vimos discutindo, mas alguns pontos simples.

O primeiro deles é a nomeação de todos os aprovados no concurso de 2022. Eram 776 vagas imediatas, mais o cadastro reserva. Eles chamaram os 776 aprovados no fechar do ano. Mas temos todo o cadastro reserva aguardando. Esperamos, inclusive, que aquele calendário que vazou das nomeações em março e julho de fato aconteça e que esses profissionais – como bem disse a professora Liliane, a maioria temporário, que estão ocupando a sua vaga – possam ser efetivados. Com isso faremos um novo debate, uma nova discussão para todos aqueles que estão no cadastro de excedentes.

Nós iniciamos o ano letivo com a convocação imediata de 14 mil profissionais temporários da educação. Hoje, dos 22 mil profissionais da educação da carreira magistério em regência, apenas 8 mil são profissionais efetivos, os demais são temporários. Nós não combatemos os temporários, que são altamente qualificados e que, inclusive, a cada 2 anos têm que passar por um novo processo seletivo; nós combatemos a precarização do trabalho. Nós queremos que todos tenham acesso ao concurso público.

Outra questão são as ampliações da carga horária. Eu trago a vocês também a nossa plaquinha de repúdio. Há anos, desde 2018, 2019, inúmeros professores e professoras aguardam a ampliação da sua carga horária. Qual a justificativa do governo em não ampliar essa carga horária, uma vez que faltam profissionais efetivos na rede? Qual a justificativa do governo? Nós viemos aqui denunciar isso. O governo pediu um prazo e colocou que seria cumprido esse item do acordo até o mês de fevereiro. Hoje, deputado Gabriel Magno, é o último dia do mês de fevereiro, ano bissexto, dia 29 – tiveram um dia a mais para cumprir o acordo – e nós amanhecemos sem a ampliação de carga horária no *Diário Oficial*.

Portanto, fica aqui o nosso apelo à Secretaria de Educação e ao governador Ibaneis Rocha para que cumpram a sua palavra e ampliem, porque é um direito. Essas pessoas precisam disso.

Dentre outras questões que estão colocadas, é preciso que se faça um plano de ação. Desde o início do ano 2000, nós não temos um número tão grande de professores em regime de contratação temporária na rede. O governo precisa apresentar um plano de ação para que, progressivamente, se inverta essa lógica, a fim de que tenhamos o mínimo aceitável de professores temporários para aquelas vagas que, de fato, são temporárias: direção, coordenação, supervisão e, é claro, casos de adoecimentos da categoria, porque todo mundo tem direito à saúde.

Esses pontos são urgentes e necessários. Nós teremos a assembleia no dia 20. E, não, o

sindicato não gosta de greve. A greve é um instrumento, é a última ferramenta de que nós lançamos mão, porque nós queremos, sim, aula normal todos os dias e com qualidade para os nossos alunos. A greve é um instrumento, e precisamos lançar mão dela quando for necessário.

Além de falar do acordo de greve, eu venho também trazer a todos algumas reflexões para as equipes gestoras. Por exemplo, inicia-se o ano sem o repasse do PDAF, tão necessário às escolas! Hoje, podemos dizer que temos 25 secretários de educação: a secretária e os 24 parlamentares; uma vez que as emendas parlamentares cresceram 65,9%, o PDAF diminuiu 19,1%. Ou seja, as direções de escola precisam, muitas vezes, ficar com o pires na mão, buscando emendas parlamentares para fazer aquilo que é necessário na escola. Fica aqui uma reflexão importante.

Aproveito a fala do PDAF para falar também sobre a valorização das equipes gestoras. No ano passado, o GDF aumentou o seu salário em 25% e ampliou esse reajuste para todos os cargos comissionados. Por que os nossos gestores e gestoras também não tiveram o direito a esses 25% de reajuste? Qual a diferença? São cargos comissionados e com um detalhe: são eleitos e escolhidos democraticamente pela comunidade escolar. Talvez seja isso, eles não devem favor. Fica aqui o nosso repúdio e a urgência também de se fazer essa valorização com relação aos nossos gestores e gestoras.

Nós lançamos, também, uma campanha sobre a estratégia de matrícula. Está aqui a nossa plaquinha. Nós estamos passando pelas escolas. Muitos professores e professoras estão pedindo a plaquinha, porque não é uma sala de aula que está superlotada. Essa hoje é a realidade da rede. Todos os anos o governo diz que vai entregar novas escolas. Eu li uma matéria que dizia que ele entregaria 40 novas escolas. Eu não vejo nenhuma. É preciso que nos mostrem onde estão essas novas escolas. Se não há novas escolas, se não há novas salas de aulas, é claro que irá desaguar na superlotação das nossas salas.

De 2019 para cá, o governo tem ampliado em 60% a estratégia de matrícula. Não se investe na estrutura. O governo, muitas vezes, tem optado, deputado Gabriel Magno, por alugar prédios, alugar imóveis, o que fica muito mais caro do que construir uma escola com toda a estrutura que os nossos estudantes merecem. Ou se adquirem *containers*, aquelas coisas de lata. Em Brazlândia, na década de 1980, havia uma escola de lata, que foi destruída. Hoje, em pleno século XXI, no ano de 2024, o governo tem lançado mão de trazer novamente escolas com essa estrutura.

Para vocês terem uma ideia, no Paranoá, na maioria das escolas, nos anos finais e médios, as turmas estão extrapolando assustadoramente a estratégia de matrícula com 39 alunos. Muitos estão na fila aguardando para serem atendidos.

Então, gente, todas essas questões, inclusive de estratégia, impactam na educação especial. O DF sempre foi modelo de inclusão e também de atendimento nas classes especiais. Hoje, as integrações inversas, que são turmas reduzidas, estão com o seu funcionamento comprometido. Turmas que poderiam ter um aluno TEA e mais 15 crianças estão com 19, 20 alunos e 3 alunos TEA. Isso compromete muito a qualidade do trabalho que é desenvolvido com as nossas crianças, com os nossos alunos.

No quesito de alimentação escolar, o mínimo a ser investido é 30%. O GDF investiu apenas 12% dos valores que deveriam ser definidos para o Plano Nacional de Alimentação Escolar. Isso tudo mostra o que culmina no desinvestimento da educação pública.

Nós estamos no nono ano de vigência do Plano Distrital de Educação. Os números nos mostram que, de 2015 até hoje, há uma diminuição da aplicação dos recursos voltados para a educação. De 2019 a 2022, os recursos da educação tiveram uma redução acumulada de 1,4% – isso aqui eu estou lendo, porque é mais técnico. O governo teve um aumento de recursos próprios em 8,4% e uma redução de 16,2%. Os dados referentes aos últimos anos de 2023 e 2024 apresentam o seguinte comportamento: crescimento nos recursos totais de 20,6% e redução de 4,4% dos recursos próprios, sendo que tivemos um aumento de até 69,5% dos recursos referentes ao Fundo Constitucional da Educação.

Então, ficam esses dados para refletirmos um pouquinho. E quero dizer que a luta por uma educação pública de qualidade não é minha, não é somente do professor que está em sala de aula, ela é de toda uma sociedade engajada, que busca mais equidade para que todos tenham acesso àquilo que é melhor.

Para finalizar, quero parafrasear Mário Quintana, de quem gosto muito: a todos que andam por aí, atravancando o nosso caminho, eles passarão, nós passarinho.

Obrigada. Foi ótimo estar aqui com vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Márcia. Que prazer ouvi-la.

Quero anunciar a presença do Klerton, da Ampae; dos diretores do Sinpro, que eu ainda não anunciei, a Elineide, a Consuelita e a Gilza – obrigado pela presença –; da Lúcia Brandão, diretora do CEI Parque dos Ipês, lá de São Sebastião; e do Marcone, do CEMTN – Centro de Ensino Médio de Taguatinga Norte.

Quero combinar que a nossa turma já me passe os inscritos, porque já vamos para a fala do doutor Anderson.

Doutor Anderson, antes da sua fala, eu gostaria que fosse passada uma apresentação, para trazermos também alguns números importantes que a Márcia trouxe. Quando pensamos nesta comissão geral, isso não foi à toa. Temos recebido, na Comissão de Educação, no mandato, uma série de denúncias, e elas passam por vários temas. O do investimento, quero apresentar os dados aqui, que para nós são fundamentais. O problema já foi dito nas nomeações de professores, de psicólogos, de assistentes sociais, de monitores.

Então, são várias as reclamações, de várias escolas que têm 32 estudantes diagnosticados e laudados com TEA, por exemplo, e a secretaria oferece 6 monitores, 6 educadores sociais voluntários. É um negócio escandaloso e há um desespero por parte das famílias, da direção de escolas, que já não sabem mais nem como organizar esse processo.

Há o problema de falta dos estudantes encaminhados para o transporte escolar. Na alimentação escolar, várias escolas também já nos informaram que não chegaram ainda os insumos para o início do ano letivo e o uniforme escolar. A Secretária até deu uma entrevista na televisão, nesses dias, dizendo que ia chegar em março – amanhã. Então, vamos ver se vai chegar. Houve um dia a mais.

Problemas no Cartão Material Escolar. As famílias que estão no Cadastro Único e que tinham o cartão – não são nem novos cadastrados, mas cartões do ano passado –, quando entram no sistema, está zerado o crédito. Já são quase 3 mil reclamações, hoje, na Ouvidoria. São 3 mil reclamações de que o Cartão Material Escolar está zerado.

Os secretários escolares – aqui há duas pessoas que são secretários escolares – reclamam o tempo inteiro que o sistema está fora do ar desde o ano passado. Há escola que não fechou o ano letivo de 2023 porque o sistema não funciona. Aí, tiveram que fazer um processo para garantir o diploma para as turmas finais, na Escola Classe... no 9º ano, no 5º ano. Nos CEFs, do 9º ano; no ensino médio, do 3º ano, no ano passado, e o restante ainda não fechou. Tiveram que matricular os meninos na próxima sem fechar o ano passado e hoje ainda continuam enfrentando esse problema do sistema fora do ar. Sobre o acordo da greve já foi falado aqui pelo deputado Fábio Félix, e a Márcia bem lembrou.

Eu queria só apresentar alguns números, que, para nós, explicitam um pouco esse processo. O debate aqui nunca é de individualizar. O problema não é pessoal. É um olhar de perspectiva, do que nós estamos falando sobre educação.

Então, esse primeiro quadro é um resumo do investimento em educação, no Distrito Federal, desde 2011. O mínimo constitucional são os 25%. O Distrito Federal saiu de 2011 investindo, em educação básica, 30% do seu orçamento próprio, para chegarmos, no final do ano passado, a 25,32. Nesse valor, inclusive, nós temos uma divergência até de método de conta, do que entra ou não. Dependendo do método, isso fica abaixo dos 25%. Mas o real é que, ano após ano, nos últimos 20 anos, nós diminuimos o investimento.

Por que falamos isso e resgatamos isso? Porque essa já foi uma rede – vários aqui participaram ativamente desse processo – de que nos orgulhávamos, não é, professora Márcia? Era a rede que pagava o maior piso do Brasil aos professores. Hoje não é mais. Inclusive, dependendo também da metodologia utilizada para o cálculo, nós podemos até dizer que nem cumpre a lei do piso, em alguns casos, no Distrito Federal.

Já nos orgulhamos de liderar vários *rankings* nacionais de estudantes matriculados em educação em tempo integral, por exemplo. Hoje o Distrito Federal ocupa, quando pegamos as matrículas de educação integral no ensino médio, o último lugar, e, quando pegamos no geral, em todas as modalidades, o penúltimo lugar em matrículas de educação integral do Brasil.

Então, essa já foi uma rede de cuja construção tínhamos muito orgulho. E não é à toa. Já chegamos a esse patamar de 30% do investimento, e ele está diminuindo ano a ano. Chegamos agora aos 25%.

Eu afirmo, sem nenhum medo de errar: o governador reconheceu, na semana passada, que o sistema de saúde do Distrito Federal entrou em colapso. O sistema de educação também. Ele está colapsado. Nós estamos operando acima do limite da capacidade. Hoje, se qualquer professora ou professor tiver algum problema e não for à escola, o estudante não terá aula. Aqui há vários diretores que vão poder confirmar isso. Não é verdade o que a Secretaria de Educação afirma: que não há estudante sem escola, sem aula hoje. Há, infelizmente. Nós voltamos a ter nesta cidade estudante que chega à escola e não tem aula porque não há mais professor. A Márcia lembrou que nós iniciamos o ano com 16 mil contratos temporários. São 15 mil cargos vagos hoje.

Eu queria trazer esse número, que, para nós, é muito assustador. E é possível pensar em formas para isso. Aqui está esse gráfico comparativo, para vermos as diferenças dos investimentos. E, aí, eu trago aqui o texto constitucional, o art. 227: "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação e à educação".

Esse dispositivo funcional, hoje, infelizmente, não está sendo assegurado pelo Governo do Distrito Federal. E, como diz o Júlio, é preciso pensar se é uma lei de responsabilidade educacional. Mas nós precisamos ter algum dispositivo para isso.

Não está na nossa apresentação um dado que eu queria trazer para vocês sobre a estratégia de matrícula. Vou usar os dados de 2016. Na estratégia de matrícula de 2016, quando analisamos as séries iniciais do ensino fundamental, o número máximo de estudantes por turma era de 26. Hoje, chega a 32. Nas séries finais do ensino fundamental, em 2016, o número máximo de estudantes por turma era de 30; o deste ano é de 38. Eu nem vou dizer aqui que não é respeitada a estratégia de matrícula, já que, quando nós pegamos as listas, o número é maior. Mas esse é o planejamento que a secretaria faz.

No ensino médio, em 2017, nós saímos de no máximo 38 estudantes por turma nas disciplinas eletivas e, vejam bem, atualmente são 55. Qual foi a estrutura das escolas, de 2016 para cá, que as preparou para receberem esse quantitativo a mais de estudantes? Não houve. As salas de aula não foram adaptadas, não foram preparadas, não foram ampliadas para receber o número de estudantes que, a cada ano que passa, é maior. A superlotação das salas de aula está combinada com o dado que nós mostramos e com os documentos da Secretaria de Educação. Quando verificamos os investimentos e o programa de trabalho para construção e ampliação das escolas, saímos de um orçamento de 76 milhões de reais, na LOA de 2013, para 17 milhões de reais em 2023.

Então, nós vemos que, de fato, houve um processo de completo abandono, nos últimos anos, da educação pública do Distrito Federal, que tem a ver, obviamente, com esse processo de desinvestimento, que, para nós, é muito preocupante.

E houve perdas – no nosso ponto de vista, irresponsáveis – das oportunidades que aparecem. A educação do Distrito Federal tem uma característica especial, se comparada à das outras unidades da Federação, porque ela hoje é financiada com recursos próprios do Distrito Federal e também com o Fundo Constitucional. Quando analisamos o histórico do Fundo Constitucional, ano após ano, nós podemos afirmar que ele tem um crescimento médio de cerca de 5% ao ano. Essa é uma expectativa real. Há ano que é um pouco menos, há ano que é um pouco mais, mas você pode fazer planejamentos de médio e longo prazo tendo como média os 5%.

Há determinados momentos muito pontuais da história em que falamos de janelas de oportunidade. O que o gestor educacional, ao se deparar com essa janela de oportunidades, faz para poder planejar melhor a rede, investir e deixar um legado? Essa janela aconteceu no ano de 2023. De 2022 para 2023, o Fundo Constitucional cresceu 41%, um ponto fora da curva. Isso significou, em termos de valores para a educação pública do Distrito Federal, um acréscimo fora da curva – está aqui o Klerton, que é um estudioso importante disso no Fórum Nacional de Educação. O Fundo Constitucional foi 3,1 bilhões de reais, em 2022, para 5,6 bilhões de reais no ano passado, um aumento só no Fundo de 2,5 bilhões de reais.

A pergunta que já fizemos várias vezes para a Secretaria de Educação, sem resposta, é: para onde foi esse dinheiro? Foram 2,5 bilhões a mais, o que seria uma janela de oportunidade. Qual o legado desse dinheiro? De fato, não dá para contar com esse aumento todo ano, apesar de que, este ano, se comparado com o ano passado, o fundo ficou igual para a educação, ou seja, esses 2,5 bilhões que cresceram no ano passado permaneceram, o DF não os perdeu. Houve o crescimento fora da curva no ano passado, mas o que foi feito com esse recurso?

Nós fornecemos algumas sugestões para a Secretaria de Educação, as quais quero

compartilhar com vocês. Doutor Anderson, Márcia, Liliane, diretor, 1 bilhão de reais de 2,5 bilhões é um valor considerável, cerca de trinta e poucos por cento. Vou fazer esta conta, porque sou professor de física da rede, mas sou ruim de conta. Nós temos cerca de 700 escolas no Distrito Federal. Se dividíssemos 1 bilhão por 700 e se esse 1 bilhão de reais – essa janela de oportunidade que houve com um crescimento acima da curva – que caíram nos cofres do Distrito Federal fossem usados, por exemplo, para o PDAF, para que as escolas e os diretores tivessem um planejamento de estrutura física das escolas, algo que é um problema, isso daria cerca de 1 milhão e 400 mil reais por escola.

Isso significa dizer – qualquer diretor ou diretora ou membro da comunidade escolar que faz parte do conselho da escola sabe – que, como legado dessa janela de oportunidade, isso no ano passado, não estamos falando de 10 anos atrás, poderíamos ter coberto todas as quadras das escolas do Distrito Federal, ter reformado todos os refeitórios das escolas públicas do Distrito Federal, as bibliotecas, as salas de leitura, os laboratórios. As escolas sobrevivem hoje com o PDAF de 50 mil, de 70 mil. Imaginem uma conta planejada, organizada, de 1 milhão e meio de reais por escola, usando 1 bilhão dos 2,5 bilhões. Nem pedi para usar tudo, só 1 bilhão.

Uma escola construída está orçada hoje em cerca de 10 milhões de reais, na média – pode ficar um pouco mais barato ou um pouco mais caro. Se se usasse o outro 1 bilhão, que não estava na conta, não estava na previsão, para construir escola, haveria mais 100 escolas.

Então, com os 2,5 bilhões, poderíamos ter reformado e equipado todas as escolas públicas desta cidade e ter construído ou começado o processo de construção de mais 100. Nós não estaríamos falando, hoje, no início do letivo de 2024, que estamos com todos esses problemas estruturais que estamos vendo.

Esse recurso poderia ser usado também para outras coisas, para reforço das carreiras, porque, como eu disse, houve o crescimento de 2 e meio a mais, mas ele permaneceu este ano e, provavelmente, vai permanecer no ano que vem, porque a diminuição na média não fica, você incorpora isso para um orçamento de longo prazo. Mas, para não nos chamar de corporativistas, de que só pensamos na carreira, no próprio umbigo, isso não foi feito.

A pergunta que temos feito, sistematicamente, para a Secretaria de Educação é: onde foram parar esses 2 bilhões e 500 milhões de reais do aumento do Fundo Constitucional do ano passado? Eu queria só destacar essa fala, doutor Anderson, porque nós temos apontado direcionamentos aqui também, como discutir, fazer avaliação, pensar, diagnosticar hoje o cenário da rede, mas também, na nossa opinião, apresentar caminhos – e há, é possível.

Vou dar mais um exemplo. Nesta semana, todos nós também ouvimos algo e ficamos estarecidos. O PDAF deste ano – alguém falou disso e é importante – é 119 milhões de reais, para ser dividido por todas as escolas. A efeito de comparação, ele é 11 milhões de reais a menos que o do ano passado, que foi 130. Porém, a rede cresceu. Há cerca de 20 mil novos estudantes com matrículas na rede. Então, há mais estudantes e menos PDAF para os diretores. Essa já é uma conta que não fecha. Essa conta não está batendo. A Câmara Legislativa colocou mais 115 milhões.

A Márcia falou dos 25 secretários de educação. Hoje metade do orçamento das escolas públicas é controlada pelo Executivo e a outra metade organizada e encaminhada pela Câmara Legislativa. Esse é um alerta. Mas eu quero perguntar: onde arrumar recursos para suplementar o investimento em educação?

Todos nós vimos a notícia estarecedora, como eu falei, de que o Governo do Distrito Federal utilizou – na nossa opinião no dispositivo –, um entendimento equivocado do Refis que foi aprovado no final do ano passado. A Secretaria de Transporte e Mobilidade anistiu a multa das empresas de ônibus em 99%. Este foi o desconto dado às empresas que não pagaram imposto, que não pagaram as multas que tomaram por não cumprirem o serviço: 99% de desconto! A dívida era de 130 milhões de reais. O acordo feito com as empresas e com o Governo do Distrito Federal foi que elas precisam pagar apenas 1 milhão e 300 mil reais. Os outros 128 milhões e 300 mil foram, em uma canetada, perdoados das empresas de ônibus. Eu nem vou discutir aqui a qualidade do serviço que é prestado por essas empresas, que é péssimo, para quem vive diariamente no Distrito Federal.

A secretaria ainda tem a ousadia de dizer que não precisou desse recurso, que ele não fez diferença. Ora, como não fez diferença? Cento e vinte e oito milhões de reais é mais que o PDAF de toda a rede de escola pública, que foi 119 milhões. Por que não cobrou a dívida dessas empresas e repassou diretamente para o PDAF? Não faz diferença? Se cada escola recebesse o dobro do que vai receber – não recebeu ainda, mas vai receber... Que conta é essa que não fecha? Então, há possibilidades. O que falta, na nossa opinião, é gestão.

Parabenizo o senhor Anderson e a Proeduc, que têm sido tão solícitos sempre nesse processo, mas também sempre ativos e altivos em encaminhar as denúncias, cobrar e fiscalizar – que é o papel do Ministério Público – o Governo do Distrito Federal para garantir o dispositivo constitucional que prevê que precisamos dar prioridade absoluta ao direito à educação a crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Era isso o que eu gostaria de apresentar inicialmente, para pensarmos em soluções conjuntas.

Vou passar a palavra ao senhor Anderson, agradecendo, mais uma vez, ao Ministério Público.

Já estão comigo as inscrições. Eu vou chamar os primeiros inscritos para as pessoas já irem se organizando para falar, logo após o doutor Anderson. Falarão a Kamila Braz e, logo em seguida, a Patrícia Aguiar. Chamarei sempre o próximo. Podem fazer uso da palavra de onde estiverem sentados, das mesas com microfone. Se quiserem, podem fazer uso da palavra sentados ou da nossa tribuna.

Há 14 inscritos por enquanto. Quero combinar com vocês um tempo de 3 minutos. Daremos também a tolerância dos 3 minutos mais 1 minuto. Passará o tempo no cronômetro. Assim, poderemos ouvir o máximo de pessoas possível.

Concedo a palavra ao Anderson Pereira de Andrade.

ANDERSON PEREIRA DE ANDRADE – Boa tarde a todos e todas. Eu agradeço o convite do deputado Gabriel Magno, em nome da Promotoria de Justiça de Defesa da Educação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Nós viemos aqui para ouvi-los. É muito bom que haja aqui hoje vários diretores de escola e organizações importantes, como o fórum e o sindicato.

Também viemos prestar contas. No Ministério Público, a Promotoria de Defesa da Educação está ciente dessa situação tão brilhantemente exposta pelo deputado Gabriel Magno, um deputado que tem sido parceiro da promotoria. Quando falamos promotoria, alguém pode pensar que é algo grandioso, com uma estrutura! Nós somos 2 promotores de justiça, 2 assessores, 2 secretárias e agora 1 pessoa no setor de apoio, porque a outra se aposentou, se jubilou, depois de muitos anos de serviço público. Somos muito poucos para muito trabalho, para uma situação da educação em que, apesar das saídas apontadas, é também alentador, deputado, ouvir que há saídas. As saídas estão aqui. Não nos iludamos. Eu vim caminhando hoje. Passei pelo fórum. A saída não está aqui. A saída é política. Ela está aqui, está em fazer com que os governantes arranquem do papel – mas é a comunidade, a população que vai fazê-los arrancar do papel – o art. 227 da Constituição, que trata de prioridade absoluta.

Temos nos deparado cotidianamente com esses problemas que foram aqui tratados pela colega Márcia Gilda, pela professora Liliane. Há alunos sem matrículas nas escolas públicas reclamando com a promotoria, transferências de escola para locais distantes, muitas vezes, na mesma regional de ensino, mas a uma distância absurda. As pessoas não têm dinheiro para pagar passagem. Muitas vezes, é o caso de uma criança, de um aluno com necessidade especial. Ele tem direito à gratuidade, mas a mãe, quando volta para casa por deixá-lo na escola ou quando vai buscá-lo, não tem direito a essa gratuidade. O caso do transporte escolar é muito sério também. Ele foi terceirizado pela TCB. É um braço que temos que estender, no sentido de investigar isso.

Casos de conflitos interpessoais também chegam bastante à promotoria. A alimentação escolar é objeto também da nossa preocupação. Nós somos cobrados por isso, pelo Conselho Nacional do Ministério Público, que nos pergunta: o que vocês estão fazendo com relação à fiscalização do Fundeb? Temos que dizer a verdade: não estamos fazendo nada, porque, infelizmente, não temos tempo de fazer, de nos aprofundar.

A matéria orçamentária e financeira é um universo do qual o gabinete do deputado tem nos municado. Ele nos mostrou, no final do ano passado, que a lei orçamentária do ano seguinte não previa, praticamente, nada para creches. Sejam 18 mil – como disse o Júlio Barros, do fórum –, sejam 14 mil, como afirma a secretaria, é vergonhoso! O censo, essa semana, mostrou, mais uma vez, que Brasília tem a maior renda *per capita* do Brasil. Não só do Brasil; mas da América Latina! Do México para baixo, Brasília tem a maior renda *per capita* e carrega essa vergonha. É vergonhoso para todos nós que 14, 15, 18 mil mães não tenham uma creche para colocar seus filhos.

Nós nos deparamos com todos esses problemas e o que temos feito? Desde que chegamos à promotoria, eu e a colega Fernanda temos nos empenhado em determinados temas e conseguido, desde o começo, alguns logros pequenos, como o apoio à vacinação em massa nas escolas; uma postura firme contra a militarização das escolas, tema que foi tocado pelo representante da Ubes. Desde o começo, tivemos essa postura e continuamos a mantê-la. Achamos que a militarização não é o

caminho, pelo contrário. Ainda mais no Distrito Federal. Há também uma manifestação judiciária contrária ao ensino domiciliar, que, pelo menos, até que se ressuscite a matéria, fez com que a lei do ensino domiciliar fosse sepultada com o parecer do Ministério Público, que foi contrário a ela.

Principalmente, no que tange ao assunto que foi tocado aqui que nos mobiliza muitíssimo, a questão das creches, há uma ação civil pública já transitada em julgado pelo tribunal. A matéria chegou ao Supremo Tribunal Federal, que disse que têm que se garantir vagas na creche. Os sucessivos governos não garantiram. Esse governo atual apresentou, em 2019, um plano de criação de vagas em creche e não o cumpriu.

A partir disso, pedimos ao juiz, no ano passado, que aplicasse multa pessoal ao governador e à secretária de educação atual por descumprimento desse plano. Multa pessoal, porque foi isso o que o tribunal disse. O tribunal disse: "Apresente um plano para implementar a política pública". É fácil criar milhares de vagas em creche? Não é fácil. Ninguém está dizendo que é fácil; mas, se for apresentado um plano a longo prazo ou a médio prazo, estamos dispostos a conversar.

Mais uma vez, venho a esta casa. A Proeduc se faz presente, e, mais uma vez, a Secretaria de Educação se faz ausente, o que é, de certa forma, frustrante, porque ela é um ator fundamental nesse cenário de discussão.

O Ministério Público, pelo menos, não se recusa a conversar. O Tribunal, diante da enxurrada de ações judiciais que reivindicam vagas em creche, nos chamou para uma conversa de mediação. Nós não recebemos procuração de nenhuma mãe e de pai nenhum para negociar, para colocar sobre a mesa o direito fundamental à educação de ninguém, mas vamos conversar. A ação é nossa, e estamos conversando.

A multa está pedida, e o juiz mandou intimar a secretária. Pelo menos, ele mandou intimá-la. A essa altura já está intimada, e a ação está suspensa, e nós estamos nesse processo de mediação. Mas é muito difícil trabalhar com mediação quando vemos a lei orçamentária, por exemplo.

De qualquer forma, nós temos que negociar. Ontem, o sindicato nos procurou, estivemos juntos, professora, com essa questão do não cumprimento da greve. Convidamos a secretária para conversar amanhã, por intermédio da procuradoria distrital, a quem chamamos para nos apoiar nessa etapa de negociação, e vamos conversar e vamos dialogar no sentido de fazer com que o governo cumpra o que assinou, o que 3 secretários de Estado assinaram nesse mês de maio do ano passado, que ensejou o fim da greve.

As perplexidades e um certo desencanto e um certo desânimo também se abatem sobre nós diante da magnitude dos problemas com que nos deparamos. Mas eu tenho a certeza de que o que nos move é a convicção, a forte crença de que a educação pública laica – a educação de qualidade – é o caminho para aquilo que a Constituição nos deu ao Ministério Público como um dos principais cometidos no art. 127, que é a defesa do regime democrático. Não vamos ter nunca um regime democrático se não tivermos uma escola pública de qualidade.

Continuamos trabalhando, continuamos lutando, continuamos cerrando fileiras com as instituições, com o deputado Gabriel Magno, com o deputado Fábio Félix, com o sindicato, com o fórum. Já estivemos reunidos com o fórum – temos que nos aproximar mais do fórum e queremos nos aproximar mais do fórum –, como também com o Conselho Distrital de Alimentação Escolar, com quem temos interlocução.

E, dentro de nossos limites, dentro das nossas possibilidades, nós vamos atuando e vamos buscando implementar e melhorar a política pública de educação.

Então, quero dizer, finalmente, que a Promotoria de Justiça de Defesa da Educação está à disposição e de portas abertas para dialogar com toda a comunidade. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Muito obrigado, doutor Anderson.

Quero registrar a presença do Phellip Alexander, que é conselheiro do Conselho de Defesa da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal. E já anuncio que faremos – e também reforço o convite para todos e todas presentes – uma audiência pública especificamente sobre a educação inclusiva e os problemas que nós temos também observado nesse início de ano.

Vou ler alguns comentários – uma denúncia que estão fazendo. Vamos averiguar. Eu não vou citar o nome para garantir a privacidade: "O GDF está terceirizando o serviço de tecnologia da informação com a empresa (Ininteligível.) Stefanini com valores milionários. E os aprovados no último concurso da Secretaria de Educação, para o cargo de gestor de políticas públicas e tecnologia da informação estão aguardando a nomeação. Esse é o processo, vamos acompanhar como é que ele vai

se desenvolver, onde estão os contratos.

O doutor Anderson estava comentando algo, e o Davi também falou disto. Eu vou apresentar o assunto para vocês. Já peço o apoio de todos nesta mesa, inclusive da universidade, para termos dados substantivos sobre isto. A universidade tem feito uma série de pesquisas sobre a questão da violência escolar, a violência na educação, assim como o Sindicato dos Professores e o próprio Ministério Público.

Chegou a esta casa no dia 15 de fevereiro um projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo. Ele está agora na Comissão de Educação. Esse projeto institui a Política Distrital de Segurança nas Escolas. Eu vou ler só o art. 5º, sobre as medidas de proteção que o Governo do Distrito Federal está propondo para as nossas escolas. São vários incisos, não vou ler todos.

O inciso II diz: “a instalação de detectores de metais nos acessos das unidades de educação pública do Distrito Federal”. Eu fico imaginando que quem escreveu isso não deve entender de escola. Imagine, doutor Anderson, uma escola com mil estudantes, o diretor organizando a entrada na escola, e toda hora em que um menino passar com a mochila vai apitar o detector de metal, porque vai haver lá um celular, uma tesoura, material escolar, e vai ter que ser feita a vistoria de mil estudantes. De fato, deve prevenir um certo tipo de violência, porque todo mundo ficaria do lado de fora da escola e, quando o último estudante entrasse, já teria acabado a aula, teria tocado o sinal e não teria havido aula. Então, ficaria a violência para fora mesmo. Deve ser isso. Mas quanto custa instalar detector de metal em 700 escolas do Distrito Federal? Qual é o valor de uma parceria dessas? Com quem seria a parceria?

“Inciso III – instalação de posto permanente de segurança armada nas unidades de educação pública do Distrito Federal”. Nós até temos uma prévia de quanto custaria isso, porque, no ano passado, quando houve aquela crise dos ataques contra as escolas, da violência organizada por grupos extremistas, o Governo do Distrito Federal chegou a publicar uma portaria para contratação emergencial de uma empresa de segurança armada. Pela pressão de vários aqui, ele a suspendeu. Segundo a portaria para contratação emergencial, o valor para contratar a empresa de segurança armada para a porta das escolas seria de 300 milhões de reais. É bom ter os valores de referência: o valor do PDAF é 119, então, custaria quase 3 PDAFs contratar uma empresa de segurança armada, por valores do ano passado.

“Inciso IV – instalação de dispositivo eletrônico de segurança do tipo botão de pânico nas escolas públicas”. Imaginem o que pode acontecer. (Risos.)

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – “Inciso XI – adesão das instituições públicas de ensino ao regime especial de gestão destinado à implantação do modelo cívico-militar, observada a disponibilidade de efetivo da instituição militar.” É assustador, porque nós estamos discutindo justamente o desfinanciamento da educação, vários problemas foram levantados, e este programa é, a princípio, a resposta do Governo do Distrito Federal para as escolas, porque ele chegou a esta casa no dia 15 de fevereiro.

Então, já quero fazer um convite. Nós vamos assumir a relatoria desse projeto na Comissão de Educação porque para nós há uma série de problemas, mas também para apresentarmos os dados substantivos daquilo que a universidade, o Ministério Público, o fórum e os estudantes têm feito, para provarmos por *a* mais *b* para a Secretaria de Educação e para o governador que esse projeto de lei não é solução. Ele não resolve; pelo contrário, ele pretende retirar ainda mais dinheiro da educação, porque o que estão colocando aqui é que o dinheiro de educação vai para a segurança pública, mais uma vez; vai para a segurança armada na porta das nossas escolas. Então, temos de ficar atentos.

Concedo a palavra a Kamila Braz. Depois ouviremos a Patrícia.

KAMILA BRAZ – Boa tarde, pessoal, colegas de secretaria, deputado. Obrigada pela oportunidade de fala.

Eu sou monitora em gestão educacional. Atuo prioritariamente, hoje, com alunos da modalidade de inclusão, alunos com deficiência dentro da Secretaria de Educação. Eu falo a vocês, com todo pesar, que estamos precisando de socorro, no sentido de que o monitor de gestão educacional, hoje, na secretaria, detém o privilégio – estou sendo irônica – de ter a pior remuneração do quadro de servidores públicos do GDF. Hoje, um monitor da Secretaria de Estado de Educação, considerado, dentro da nomenclatura, um analista em políticas públicas e gestão educacional, especialidade monitor, recebe, com um mestrado, o valor líquido – ou seja, que cai nas nossas contas bancárias – de R\$3.723,00. Falo de um monitor com contrato de 30 horas.

Nós desempenhamos um papel de extrema relevância ao dar suporte operacional aos alunos, às crianças com deficiência, seja na educação infantil, seja no ensino médio. Onde precisar desse suporte, nós temos que estar lá. Porém, hoje, com esse incentivo, a permanência do servidor é colocada em risco: o quadro de monitores tem 1.623 funcionários. Aproximadamente 100 estão em função gratificada executando funções de cunho administrativo. Dos 1.500 que restam, 1.300 têm carga horária de 30 horas, ou seja, não ocupamos 40 horas, como os professores. Para vocês terem uma noção, é vedado a nós pedir à administração pública que aumente a nossa carga horária. Esse aumento poderia ser um incentivo para a nossa permanência, já que, como o deputado mesmo disse, nós trabalhamos com amor, mas não por amor; nós precisamos ser incentivados e respeitados.

Quais são as nossas atribuições legais, aquelas que estão positivadas no dispositivo legal? Nós operamos com a criança com deficiência na sua higiene, na sua alimentação, no seu deslocamento, e atuamos procurando sempre dar a essa criança e a esse adolescente autonomia. Eu sempre falo que o êxito do meu trabalho ocorre quando o aluno não precisa mais de mim. É este o êxito da educação inclusiva, permear o aluno de independências e autônias, fomentá-las no aluno.

Hoje nós carecemos de um suporte da secretaria. É algo que nós não temos. Na escola em que eu atuo, este ano há 41 alunos laudados e 4 monitores.

Obrigada a todos, por me ouvirem. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Kamila Braz, pela fala. Está tudo anotado. Vamos oficializar os órgãos.

Inclusive, houve o acréscimo de um problema neste início de ano letivo: a portaria de supervisores. Essa portaria não permite que os diretores de escolas nomeiem seus supervisores.

Dr. Anderson, a portaria diz o seguinte: em caso de número ímpar de supervisores na escola – é feita uma conta com base no número de estudantes –, o supervisor tem que ser necessariamente administrativo. O supervisor não pode ser pedagógico. A escola não tem o direito de escolher. Por exemplo, nas escolas em que há só 1 supervisor, não há servidor administrativo para ser nomeado, porque é vedada a nomeação de monitores como supervisores. Então, não há servidores na escola. Em escolas que têm 3, 2 têm que ser administrativos, e 1 tem que ser pedagógico. O professor, da carreira magistério, não pode assumir o cargo de supervisão administrativa. Então, são vários problemas.

Anuncio a presença da Bárbara, assessora da deputada Paula Belmonte. Agradeço à Bárbara e, também, à deputada, que está sempre presente às atividades e tem feito um excelente trabalho na Comissão de Fiscalização e Transparência desta casa, fiscalizando o Governo do Distrito Federal e cobrando ações dele.

Passo a palavra à Patrícia Aguiar, monitora da Secretaria de Educação.

PATRÍCIA AGUIAR – Bom, vou agradecer de forma geral porque o tempo é pouco.

Estou muito feliz por estar aqui um representante da Proeduc. Já tentamos falar, duas vezes, e o nosso pedido foi arquivado por motivo de consultoria jurídica. Eu não entendi, e talvez o senhor possa me explicar, depois.

Nesse pedido, esclarecemos que, como dizem o edital, a Lei nº 5.106/2013 e a Lei nº 7.142/2022, o cargo de monitor é administrativo, não pedagógico. O tempo inteiro, somos colocados para fazer a parte pedagógica. A nossa formação é de nível médio. Eu tenho nível superior como veterinária. Eu não sei nada de pedagogia. O tempo inteiro, ou somos assediados pela gestão ou recebemos alguma documentação da Proeduc dizendo que temos que fazer assessoria pedagógica. Nós não temos essa formação.

Inclusive, a Portaria nº 28/2016 fala sobre apoio, secretaria e monitor, que são da carreira assistência. A portaria faz seu trabalho para apoio e secretário. Portaria pode esclarecer atribuição, mas não pode dar atribuição nova. Essa Portaria nº 28/2016 traz um monte de atribuição pedagógica que não consta em nenhuma lei dos monitores. O tempo inteiro, baseiam-se nessa portaria para nos coagir a fazer a parte pedagógica.

Já houve casos de monitores com 16 alunos especiais em sala, colocados por um gestor. Acha que monitor tem que ficar com aluno especial, e não havia professor. Você falou que, quando não há professor em sala de aula, não há aluno. Sempre que o professor de sala de aula especial falta, o monitor é coagido a ficar com o aluno. Nós não temos formação para isso, nem somos responsáveis por aluno. Temos curso de formação de 1 mês, que deixa bem claro que não fazemos a parte pedagógica. O tempo inteiro, recebemos notificação para fazer a parte pedagógica.

Na primeira unidade em que entrei, quiseram me colocar com um aluno Proeduc – é assim que eles chamam. O menino tinha risco de morte súbita. Se ele entrasse em crise, teria que ser aplicado corticoide na veia dele. Não temos formação para isso. Recentemente, outra colega foi coagida a fazer um curso na Secretaria de Saúde, para aprender a aplicar insulina num aluno. Nós também não temos formação para isso.

Todos os advogados de Direito Administrativo que eu procurei perguntam o que está na lei e o que está no edital. Tanto na lei quanto no edital se resume a isto: higiene, atividades de cuidado e locomoção dos alunos. Nós somos da operacional, como ela falou. No curso de formação disseram que não temos que ficar transportando aluno de cadeira de rodas com lesão medular, com lesão de coluna vertebral, porque isso pode agravar o problema. Vários professores pedem que isso seja feito.

O deputado falou que o professor não assume carreira administrativa. Assume. Só para concluir, deputado, eu já fui chamada 4 vezes para ser supervisora e não pude, sendo de carreira administrativa. Mandaram colocar um professor no lugar. Por que a Proeduc não coloca um professor que não pode ficar em sala de aula para assumir a parte pedagógica que é colocada para o monitor fazer? Sendo que existem vários professores que estão adaptados, e nós, monitores, não temos nem a chance de readaptação. Se vocês não sabem, não existe readaptação para monitor. Um monte de professor readaptado pega o cargo administrativo que nós poderíamos pegar e não pega um aluno especial.

Então, era isso.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Muito obrigado, Patrícia Aguiar.

Nós vamos esquematizando aqui. Obrigado pela fala.

Nós temos conversado também. Você falou uma coisa importante. É o que está na regra e na normativa, mas, quando interessa, sempre pode fazer, enfim... Até porque os monitores, quando são pedidos para função administrativa na regional de ensino, são cedidos, eles saem da escola. Quando há um interesse da administração central, aí pode, mas para a escola não pode.

PATRÍCIA AGUIAR – Por exemplo, a secretaria disse que, por causa da Proeduc, nenhum monitor mais vai ficar em função. Só que existem cerca de 200 em função que não são tocados.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Exatamente. A regra vale...

Concedo a palavra a Antônio Carlos da Silva, diretor do CEF 8 Taguatinga.

Prepare-se a Marluce Ferreira, professora da Escola Classe 405 Norte.

ANTÔNIO CARLOS DA SILVA – Boa tarde. Sou Antônio, diretor do CEF 8. Quero cumprimentar o SINPRO, a Proeduc, o Davi, a UnB e o Gabriel. Diante da realidade de todas as falas, eu tenho que fazer um tipo de defesa que não é nem para A, nem para B. Eu vou falar da minha instituição e da minha coordenação de Taguatinga.

Nós começamos o ano letivo, deputado Gabriel Magno, muito tranquilamente. Chegou alimentação à escola no prazo previsto. Nós tivemos reforma na escola. Ela aconteceu com verba parlamentar. Nós tivemos contratações de terceirizados, como foi dito aqui. Ela aconteceu nos finais de semana pela Unigep de Taguatinga. Então, nós temos uma coordenação regional de Taguatinga muito efetiva, muito politizada e bem movimentada, na pessoa do Murilo. Eu não estou puxando a brasa para a sardinha dele. Estou fazendo uma fala que era preciso ser falada, porque só falamos de várias coisas negativas, e, na instituição em que eu sou gestor, algumas coisas acontecem de forma diferente.

Eu não vou fazer crítica a um gestor que eu desconheço, porque ele tem uma realidade diferente da minha. Ano passado, eu estive aqui 4 vezes em cada gabinete e fui contemplado com 8 verbas parlamentares. Com essas verbas, eu consegui fazer diversas movimentações. Quando eu falo eu, é o CEF 8, eu e a equipe.

Eu vou aproveitar algumas falas aqui.

Davi, 40 alunos na sala. Nós temos 3 ou 4 dispositivos legais, que temos que entender que o Gabriel falou, da estratégia de matrícula. Nós temos a Constituição Federal, que dá ao adolescente e à criança direito à vaga na escola. Nós temos a Lei de Diretrizes e Bases e o ECA.

Hoje, na minha escola, há 108 alunos especiais. Cada aluno desse, como já foi dito, tem uma redução de turma. Quando chega uma manifestação da Proeduc ou do conselho tutelar, tenho que entender que aquele aluno tem direito àquela sala, tem direito àquela escola, mas há o limite físico. As

salas hoje medem mais ou menos 45 metros quadrados, o que daria 30 alunos. Então, essa é uma realidade que temos de saber.

Quando a verba parlamentar é destinada e bem utilizada, você consegue fazer uma movimentação de aquisição de patrimônio de obras, que depende de cada gestor. Vou repetir: não estou fazendo crítica a nenhum gestor, mas o gestor precisa realmente se movimentar; às vezes, ele precisa sair daquele espaço físico da escola para conseguir fazer essa movimentação.

Tanto a Secretaria de Educação como esta casa têm um papel importantíssimo na educação da sociedade brasileira, mas é preciso também ressaltar que as escolas... A minha escola tem uma estrutura de 1974. O que precisamos pensar? Nossa população aumentou. Se você pega hoje a 26 de setembro, essa área não está legalizada. Então, o Poder Público não pode construir escola lá. Se você vai a algumas áreas de Vicente Pires, você também não pode construir escola. Se você vai a Arniqueira, você não pode construir escola. Isso também tem que ser dito, senão ficamos na situação em que há realmente coisas negativas, mas há coisas que temos que entender.

Então, é preciso legalizar algumas áreas, construir essas escolas e contratar servidores. As contratações demoram mais de 1 ano; a construção de escola, de 1 a 2 anos. E o valor que o deputado Gabriel Magno acabou de citar dá em torno de 10 milhões.

Vejo que há coisas bacanas a serem resolvidas, mas há situações que também temos que colocar.

Falarei rapidamente sobre a questão do financiamento. Temos hoje, de custeio, R\$53.400,00 (cinquenta e três mil e quatrocentos reais) e, de capital, R\$99.000 (noventa e nove mil reais). Então, mesmo que aqueles 1 milhão e 400 mil chegassem à minha escola, as legislações precisam ser modificadas.

Essa é a minha contribuição. Agradeço a oportunidade. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Antônio Carlos.

Concedo a palavra à senhora Marluce Ferreira, professora da Escola Classe 405 Norte. Em seguida, à senhora Elineide Rodrigues, diretora do Sinpro e, obviamente, professora.

Quero anunciar a presença do nosso querido deputado Eduardo Pedrosa, presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa por estar aqui. Reconheço seu compromisso com a escola pública e com a educação. Também passou por esta mesa a deputada Paula Belmonte.

MARLUCE FERREIRA – Primeiramente boa tarde a todos. Agradeço o espaço de fala. Eu gostaria de começar falando sobre a minha realidade, a Escola Classe 405 Norte. Na nossa escola, temos 16 turmas de classe especial que atendem especificamente crianças autistas e, atualmente, 35 inclusas nas demais turmas.

Todos os anos, são feitos os estudos de casos. Esses estudos de casos são construídos por toda a equipe pedagógica, considerando todo o desenvolvimento dos estudantes, e são enviados dentro do prazo pedido pela Secretaria de Educação – se não me engano, ano passado, foi agosto. Enviamos esses estudos de casos, nos quais fazemos as indicações seja para a permanência do estudante na classe especial, pois ele precisa de uma temporalidade maior para desenvolver suas habilidades, seja para a inclusão daquela criança que já está pronta para ir a uma turma de integração inversa, seja o encaminhamento da criança para o centro.

Normalmente, até 2022, tínhamos respostas favoráveis à nossa indicação. No ano passado, simplesmente não as tivemos mais. A princípio, responderam ao processo via SEI dizendo que estava tudo ok. Mais ou menos em meados de novembro, esses estudos de casos foram totalmente ignorados, e as decisões foram mudadas. Veio uma orientação da Secretaria de Educação para que não informássemos isso para a família, que informássemos somente quando retornassem as aulas.

Na nossa escola, nós temos um diálogo superaberto com as famílias. Eu acho mais do que justo que as famílias saibam o que está acontecendo. E foi informado: “Olha, aparentemente, as crianças não vão poder permanecer”. E as famílias buscaram os seus direitos. Muitos foram até a promotoria, fizeram denúncias, enfim. Iniciamos este ano com crianças sendo inclusas... Como foi dito anteriormente pela mesa, o ideal seria uma turma para integração inversa de 15 estudantes e uma criança inclusa, que seria... Atualmente, nós temos turmas com 19 estudantes, sendo 3 autistas, estando, no 1º ano, na integração inversa, ou seja, precisando de todo suporte e adaptação.

Não temos monitores. O número de educadores sociais voluntários é insuficiente. E sabemos

também que são pessoas que não têm uma formação adequada para estarem no trato diário com aquelas crianças.

Na classe especial, iniciamos o ano com vagas bloqueadas, não exatamente turmas, porque algumas crianças não estavam matriculadas em lugar algum e estavam esperando uma resposta final. Hoje mesmo, nós tivemos uma resposta de um estudante cujo estudo de caso foi enviado em agosto. Eles só deram a devolutiva hoje de que esse estudante não vai permanecer. Ou seja, começamos as aulas há duas semanas, e as crianças não têm vaga na rede. E não estamos falando de crianças novas. São crianças que já estão matriculadas há muito tempo.

Então, está uma situação muito complicada, está insustentável, porque não temos suporte para receber as crianças na inclusão. A classe especial está sendo... Eu fico pensando em todo o meu trabalho que é construído durante todo o ano letivo. Tudo que eu coloco sobre o desenvolvimento do estudante está sendo totalmente ignorado pela Secretaria de Educação.

Enfim, é essa a situação atual. Não estamos tendo condições de atender adequadamente as crianças. E todo o trabalho que vem sendo construído pelos profissionais está sendo totalmente ignorado.

É isso. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Marluce.

Neste momento, concedo a palavra a Elineide Rodrigues, professora e diretora do Sinpro. Logo em seguida, usará da palavra a Maria Antônia, professora da Escola Classe 17 de Taguatinga.

ELINEIDE RODRIGUES – Boa tarde. Quero cumprimentar a mesa, a plenária e falar da importância de toda a comunidade escolar, de todos nós estarmos debatendo a educação.

Eu gostaria de parabenizar a iniciativa do deputado Gabriel Magno, presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, porque o tema aqui é avaliação. E, afinal, educação perpassa por planejamento e também por avaliação.

Então, eu acho – inclusive já sugerindo, Gabriel – que nós, após a avaliação, possamos, a partir das fragilidades, fazer um bom planejamento e apresentar para o governador, porque parece que ele ainda está dormindo. Lembro a Constituição, no seu art. 205: "A educação, direito de todos e dever do Estado". Dever do Estado e da família. Parece que só a família está sabendo que ela tem o dever de prestar e dar assistência às crianças e aos jovens, pois o Estado, o governo, o governador Ibaneis ainda não enxergou que é ele quem deve dar assistência porque ele é o governador do Distrito Federal.

A educação está pedindo socorro no Distrito Federal. Vários de nós que estamos aqui hoje somos dirigentes do Sindicato dos Professores no Distrito Federal, viemos de várias cidades do Distrito Federal, nós visitamos as escolas, nós dialogamos com a comunidade escolar, nós dialogamos com as equipes gestoras, com professores, orientadores, monitores, com os agentes de educação social, e nós estamos vendo que não está nada bem. Nós temos um PDE que está em seu nono ano de vigência, ele deveria estar melhorando os números, mas pelo contrário, nós estamos regredindo.

Em nossa meta 9, há escola que deveria aumentar o número de ofertas da educação de jovens e adultos, mas há escolas e turmas fechando. Em nossa meta 1, a oferta de escolas e creches deveria aumentar, mas há crianças que estão fora delas. Em nossa meta 10, deveria haver uma oferta maior para as pessoas privadas de liberdade, mas há menos de 10% de oferta de educação dentro das cadeias públicas. Em nossa meta 17, deveria haver a valorização dos profissionais do magistério, inclusive dos aposentados.

(Soa a campainha.)

ELINEIDE RODRIGUES – Hoje há pessoas idosas aposentadas passando fome, passando necessidade e superendividadas junto ao BRB. Nós temos um PDE que não é cumprido por esse governador Ibaneis Rocha.

Eu penso que nós deveríamos sair daqui com todas as tratativas e proposições, que a denúncia chegue ao Executivo, aos órgãos competentes, inclusive ao restante do parlamento desta casa, deputado Gabriel Magno, que apoia em gênero, número e grau as ações do governador Ibaneis.

O governador tem de entender que a saúde do Distrito Federal está pedindo socorro porque ele a abandonou. A educação no Distrito Federal está pedindo socorro porque ele a abandonou. A cidade está suja, cheia de mosquitos da dengue, cheia de buraco.

(Soa a campainha.)

ELINEIDE RODRIGUES – A população não aceita mais isso, temos de dizer “basta”. Esse sindicato e eu, como cidadã, lutaremos, iremos às ruas dizer que nós não aceitamos esse descaso com o povo do Distrito Federal, com as nossas crianças e com os nossos jovens.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Elineide.

Acato o encaminhamento da proposta do Júlio, agora reforçada pela Elineide. Nós pensaremos em um seminário para que possamos planejar não só o ano letivo, a rede, mas para pensarmos no próximo Plano Distrital de Educação. Todos já estão convidados para que juntos nós possamos planejar a programação, mesas importantes, que não façamos só o diagnóstico, mas que apresentemos algumas soluções importantes.

Convido para fazer uso da palavra a Maria Antônia, professora da Escola Classe 17 de Taguatinga. Peço que já se prepare o James Mayner, um sobrenome chique, professor e diretor do CEF Maria do Rosário, de Ceilândia.

Concedo a palavra a Maria Antônia.

MARIA ANTÔNIA DE SOUZA – Boa tarde a todos e todas. Quero agradecer à colega Beatriz, assessora do deputado Gabriel Magno, pelo convite desta audiência; bem como à colega de escola, Ioná, por estar me acompanhando neste momento.

Eu estou aqui para falar em nome da professora Maria Antônia, que está no 27º ano na Secretaria de Educação, há 3 anos como readaptada, e também como mãe de estudantes, porque eu tenho 2 estudantes que são da rede pública de ensino do Distrito Federal desde a educação precoce; por questões do nascimento, eles precisaram participar da educação precoce, e ainda permanecem na rede pública.

São muitas as demandas, as necessidades da rede pública. E aqui eu queria elencar alguns pontos. Não sei se terei tempo suficiente, mas eu queria elencar um ponto relacionado à EJA Interventiva, que hoje não é a realidade com que eu trabalho. Eu estou, desde maio do ano passado, na Escola Classe 17, atuando no laboratório de informática, que é muito precário – inclusive busquei uma verba junto ao deputado e fomos contemplados com 50 mil reais, o que ainda não é suficiente para a nossa demanda, mas vamos tentar mais recursos para conseguir fazer um trabalho no nosso laboratório de informática.

Eu quero falar da realidade da EJA Interventiva, porque, desde 2018, eu atuava no CEF 13, de Ceilândia, na EJA Interventiva, onde tivemos vários problemas; e agora, começando o ano letivo, ainda permanecem esses problemas. A EJA Interventiva é uma modalidade de extensão da EJA, ofertada aos estudantes maiores de 15 anos com necessidades especiais, DI, com outras comorbidades ou TEA.

No CEF 13 nós trabalhamos com 4 turmas, sendo 2 de primeiro segmento e 2 de segundo segmento. Todos os anos essas turmas não iniciam o ano letivo juntamente com as turmas do ensino regular por falta de profissionais, por falta de professores atuando com esses estudantes. Parece que priorizaram o ensino regular, e a EJA Interventiva sempre fica para o final. Não iniciamos as aulas por falta de professores e também por falta de educadores sociais – eu não falo nem monitores, porque na escola só tem 1. Quando chegam esses educadores sociais, todas as vezes nós temos de mandar um novo documento para pontuar quantos estudantes há na escola.

Além da EJA Interventiva, que são 60 estudantes no CEF 13, todos com necessidades especiais – DI, TEA e outras comorbidades –, nós também temos os alunos que estão na inclusão. Neste ano, para iniciar o ano letivo – que já foi tardio – assim como no ano passado, a direção, depois que recebeu os professores – não todos –, ainda precisou alocar material, como mesas, para acomodar esses estudantes. Em razão da superlotação do regular, essas mesas e cadeiras foram priorizadas para esses alunos, e as nossas turmas estão trabalhando de forma precária, porque o mobiliário não é adequado à necessidade deles, até que a regional consiga cadeiras. Portanto, não há essa previsão, e isso vem acontecendo há muito tempo.

Também quero falar do CEF 9 de Taguatinga Sul, que foi fechado de forma arbitrária. Meu filho estudava lá no ano passado. No final do ano passado, no mês de novembro, depois da eleição da direção, fomos informados de que a escola seria fechada para funcionar ali o CEI 11. Além de as escolas em volta estarem superlotadas, o fundamental 2, esses alunos foram remanejados para outras escolas, causando uma maior superlotação nessas outras escolas da redondeza.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado. Anotado já para encaminharmos as explicações do fechamento das escolas. Isso tem acontecido em outras regionais, fora as escolas que estão em obras permanentes. Nós já fizemos vistoria no CEI 10 da Ceilândia com obra paralisada, no Caic do Gama. Enfim, várias escolas estão em obras há 10 anos ou mais. Lá no Manguelal, onde eu moro, passo lá, e eles mudam, doutor Anderson. Há uma plaquinha dizendo: será inaugurada em dezembro. Depois apagam e colocam que será inaugurada em abril, em junho, e continuam apagando! Quem sabe será em algum dia?

Concedo a palavra ao James, diretor do CEF Maria do Rosário, em Ceilândia. Em seguida, solicito que se prepare a Luciana Custódio, professora e diretora do Sindicato dos Professores.

JAMES MAYNER SILVA – Boa tarde aos colegas diretores e diretoras que se encontram à mesa. Deputado Gabriel Magno, quando falamos de educação, eu vivo a realidade, mas parece que há gente que vive as *Crônicas de Nárnia*, porque, sinceramente, é complicado.

O saudoso Paulo Freire disse certa vez o seguinte: “É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal modo que, em um dado momento, a tua fala seja a tua prática”. Aqui no DF essa distância está aumentando, principalmente pelo que o governador fala. O governador soltou uma divulgação dizendo que, no ano passado, destinou 263 milhões de PDAF para as escolas. Mentira, ele não destinou! Desses 263 milhões, 114 milhões foram de emendas parlamentares. E se o deputado quisesse botar em cultura e em saúde? Não iria para educação e pronto! É um direito e uma prerrogativa do deputado!

Então, estamos vivendo à mercê das emendas. Mas não de todo deputado, não! Há deputado que bota 200 mil no ano. Agora, há deputado que coloca 15 milhões. O deputado Gabriel Magno coloca muita grana! Mas ninguém é obrigado, não! A Constituição Federal está dizendo que é dever do Estado. Dos 149 milhões que são do GDF para mandar para a educação, o ordinário, boa parte é para a feira de ciências e para pagar o educador social voluntário. O que chega à escola é muito pouco! Equivalem a 70 milhões divididos em 2 parcelas. Há muitos anos, não há reajuste, e tudo aumentou neste país. Eu digo isso porque 12 pincéis, antigamente, eram 24 reais. Hoje, um pacotinho com 12 pincéis custa 70 reais, e continuamos recebendo a mesma coisa! Cadê os órgãos de fiscalização que não veem isso? Mas, quando acontece um problema na escola, um mínimo problema, o menino cai ou acontece alguma coisa como subir aula ou não haver aula, estão lá para punir o diretor e o professor.

Gente, essa lógica está errada e invertida. Não existe educação sem financiamento e investimento. No semestre passado, não fizeram licitação de papel A4, que é insumo básico das escolas. Neste semestre, também não fizeram licitação. Tudo o que a secretaria não compra, nós temos que tirar do PDAF. Esse PDAF vai servir para quê? Ele vai dar conta do recado? Claro que não. As escolas vivem na penúria, e, para não viverem, você tem que andar com o pires na mão pedindo ao deputado.

(Soa a campainha.)

JAMES MAYNER SILVA – Isso tem que acabar no Distrito Federal.

O governador foi a uma escola do Sol Nascente com o ministro da educação e com a ministra da saúde. Foram 20 semanas de mobilização contra a dengue. As escolas estão cheias de bens inservíveis. O maior foco de dengue que há nas cidades são os bens inservíveis dentro das escolas, e todo mundo sabe disso. Vinte semanas de mobilização. A primeira mobilização era para retirar esses bens inservíveis. Eu, no dia 15 de janeiro, fiz uma ligação para o setor responsável da secretaria para recolher esses bens. Está registrado aqui no meu celular. Eu falei: “Gente, está chovendo muito e estamos com essa epidemia de dengue. Vamos fazer um esforço, um mutirão para retirar esses bens inservíveis”. Não há planejamento na secretaria e todo mundo sabe disso. Os órgãos de fiscalização têm que fiscalizar não só a ponta. Está todo mundo adoecido, tendo que dar conta e não há carteira suficiente.

(Soa a campainha.)

JAMES MAYNER SILVA – A empresa de manutenção. Todo início de ano tem que haver manutenção para cuidar das escolas. São problemas de telhado, da parte elétrica. Pela primeira vez, depois de muito tempo, a secretaria ficou sem a empresa de manutenção. Aí, tudo tem que ser tirado do PDAF.

Deputado Gabriel Magno, V.Exa. disse que hoje boa parte do orçamento é controlado pelos deputados. Não é, não. O deputado mandava a emenda e estava tudo indo muito bem porque as escolas estavam melhorando, mas foi criado o cartão PDAF para atrapalhar. Vejam o saldo dessas

regionais e a quantidade de dinheiro parado rendendo juros porque não conseguem executar. Foi criado um dispositivo de cartão com o intuito de fiscalizar com transparência, mas o dinheiro está parado. O deputado aprova a emenda, manda recurso, mas não conseguimos executar. Há regional com 6 milhões, 8 milhões parados, que correspondem às emendas parlamentares de 2023. Como um programa desse dá certo se o dinheiro está parado, e você está precisando de benfeitoria dentro da escola? Viu, promotor?

(Soa a campanha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Para concluir.

JAMES MAYNER SILVA – Para concluir. Isso é questão de justiça. É só pedir para ver o saldo. Onde estão as emendas? Estão sendo executadas? Qual o valor que está parado? Essa emenda caiu quando? Por que não foi executada?

Criaram um mecanismo de controle não para ajudar, mas para atrapalhar, porque não há tecnologia para isso. “Ah, uma empresa vai ser escolhida pelo aplicativo”. Quando você escolhe o Uber, mostra o modelo que você quer utilizar – Uber bag ou não sei quê. Quando escolhem a empresa, não sabem nem se ela tem dinheiro para bancar a obra, porque não há tecnologia para isso. A empresa tal ganha para fazer uma obra de 200 mil. “Ah, eu não vou entrar porque atrapalha a obra, demora.” Chamam outra, e ela não faz. Estava tudo muito bem, e eles fazem isso para atrapalhar. Por quê? Porque os deputados estavam ganhando protagonismo com isso, ajudando as escolas, e todo mundo sabe disso. Eles querem controlar e engessar isso propositadamente para não dar certo. Isso acontece até o momento de o deputado dizer: “Eu mandei verba para aquela escola, mas nunca executaram nada. Eu vou mandar para outro lugar”.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, James.

Quero fazer só um complemento sobre a questão dos bens inservíveis. Nós tivemos notícia de várias escolas, inclusive, dizendo, James, que a secretaria respondeu os ofícios para recolhimento dos bens inservíveis com a seguinte resposta: “É só a escola pagar o frete”. Porém, não podem usar o PDAF também. Não sei de onde vão tirar. Como os professores estão ganhando muito, talvez possa sair do bolso deles mesmo.

Concedo a palavra a Luciana Custódio, diretora do Sinpro.

LUCIANA CUSTÓDIO – Boa tarde, quase boa noite já, será? Primeiro, quero saudá-lo, deputado Gabriel Magno, por essa iniciativa. V.Exa. tem feito um trabalho essencial na Câmara Legislativa e à frente da Comissão de Educação.

Quero saudar, também, o doutor Anderson e a doutora Fernanda, a sua parceira. Eles inauguraram um novo tempo na Proeduc. Isto para nós foi uma conquista enorme, ter uma Proeduc realmente comprometida com a qualidade da educação pública. Quero dizer que é uma satisfação muito grande ver vocês lá à frente. Obviamente, os desafios são enormes. Vocês não têm o poder da caneta, da decisão, mas cumprem um papel essencial.

Quero saudar os outros representantes da mesa: o representante da UES-DF, a representante da universidade e a minha querida companheira e amiga Marcinha, que representa muito bem a nossa categoria, a diretoria colegiada do Sinpro, e apontou com muita assertividade todos os desafios do cumprimento do acordo de greve.

Falarei rapidamente. Até listei 7 eixos principais: os grandes desafios do retorno do ano letivo. O debate passa pelo direito ao acesso à escola, que está sendo retirado dos estudantes quando eles são desterritorializados e obrigados a estudar em outros locais. Currículo também é território. Lembrou-me muito bem de quando eu estudava nas escolas públicas de Brazlândia – a Marcinha também é de lá. Há um rito desde a saída da sua casa com seus vizinhos, que vão para a escola. São as escolas em que estudaram os irmãos, os vizinhos. Isso é território. Isso é pertencimento. Se você cerceia o estudante desse direito territorial e curricular, você está desterritorializando não só o estudante de um direito da mobilidade, mas também cultural – o que é identidade daquele povo, daquele território.

Essa questão da carência de escola se desdobra em outro problema: a superlotação das turmas. Há 2 vertentes na superlotação das turmas. Uma é a ausência de qualquer condição de estabelecimento de metodologias ativas para as aprendizagens. Não está havendo apenas um sequestro do direito à educação pública de qualidade. O que está havendo é um sequestro no DF do direito às aprendizagens. Como os professores vão construir um planejamento e um trabalho pedagógico com vistas no futuro, no que há de mais moderno, no que já há de desconstrução de

metodologias tradicionais – que são as metodologias ativas –, com turmas superlotadas?

Há outro problema, que é a total ausência de possibilidade de efetiva educação inclusiva. A educação, para ser inclusiva, precisa ser realizada em um ambiente promovedor da construção de aprendizagens.

Eu faço aqui um parêntese bem rápido. Acabei de receber também uma denúncia de uma colega cujo neto está matriculado em uma escola, em uma regional – ele tem TEA, Transtorno do Espectro Autista, é não verbal, se alimenta por mamadeira, tem estereotípias, movimento de *flap*, começou a andar agora em agosto, tem 4 anos –, o aluno foi para ser incluído numa turma de classe especial e está numa turma de integração inversa com 17 estudantes. Um estudante de 4 anos. Vejam o que é isso! Usurpação, cerceamento de direito à dignidade humana desse estudante e da família desse estudante. Depois precisamos ver como encaminharemos isso.

Nós temos a questão do direito à educação inclusiva; a ausência de política pública para busca ativa e fortalecimento da EJA; a ruptura – esse é um desafio enorme para este ano que também precisamos citar – com a estrutura organizativa, conceitual e curricular do Novo Ensino Médio, que será um espaço de disputa para nós; o fortalecimento da gestão democrática; a descentralização do PDAF, como já foi dito aqui; e o sétimo ponto que eu destaquei – que é urgente – é a questão da convocação até zerar o cadastro reserva e a criação de um novo concurso público.

Vejam bem, quando brigamos por semana pedagógica e para professor de contrato temporário não é só pelo direito dele ao planejamento, mas também para a escola poder se organizar. Nós temos hoje muitas escolas que são basicamente constituídas por professores de contrato temporário, em que só a equipe gestora é do quadro efetivo. Então, para essas escolas, não há planejamento na semana pedagógica.

Os desafios são enormes. Eu acredito que nós damos aqui um pontapé inicial importante com este debate, mas, sobretudo, tomamos consciência de todos os desafios que nos esperam – que são muitos. O que estamos vendo, a partir da retirada desse direito, é exatamente o sequestro da dignidade humana dos estudantes das escolas públicas do Distrito Federal e dos profissionais que nas escolas atuam. Falar de valorização de educação pública também é falar de valorização dos profissionais que atuam na educação pública.

Temos uma assembleia marcada para o dia 20 e a Marcinha, com certeza, vai fazer a chamada. É isso pessoal. Sigamos firmes no esperar – como diz a Marcinha – de Paulo Freire, que é o esperar na luta.

Um abraço grande para todo mundo.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Lu.

Podem ficar tranquilos, categoria e direção do Sinpro, porque nós faremos reverberar a convocação da assembleia do dia 20 de março daqui em diante. Todos os dias, deste plenário, a população do Distrito Federal ouvirá que há uma assembleia marcada para o dia 20 de março.

Antes de passar para a Cléo, gostaria de fazer pequenos comentários a respeito de 2 coisinhas que a Lu falou – até para encaminharmos no nosso relatório – sobre a gestão democrática. Nós também temos recebido várias questões de escolas que não tiveram o processo eleitoral das suas direções validado, por vários motivos – às vezes não houve chapa, às vezes houve uma chapa que não alcançou o quórum mínimo, enfim.

A lei estabelece um prazo e até agora não vimos uma movimentação nítida e uma orientação para as escolas, que estão sem saber qual será o prazo e o procedimento para que essas escolas possam garantir... Elas estão com a direção indicada, por enquanto, mas é preciso cumprir o que está na lei – 180 dias é o prazo previsto na lei. A eleição foi no final do ano passado, então, já estamos perto do final do prazo – que é em abril. É preciso apresentar, lançar um edital para que as escolas se organizem, a comunidade escolar se organize.

Concedo a palavra à Cléo Bohn, presidente da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down. Em seguida falará o Selassiê Júnior, que é diretor da Escola Classe 604, de Samambaia.

CLEUNICE BOHN DE LIMA – Boa noite a todos, cumprimento a mesa na pessoa do deputado Gabriel Magno, agradeço ao público que até essa hora se mantém aqui e lamento a pouca presença ou ausência dos parlamentares. Parece que educação não é um tema que lhes interessa, porque, se nós estamos tratando de uma comissão geral, deveria haver presença maciça. Eu mesma passei e conversei com vários parlamentares desta casa, com assessores, chamando atenção para o tema.

Eu acho que não é necessário ficar repetindo o que se passou por aqui: as questões e os problemas que acontecem nas escolas do Distrito Federal. As escolas passam por tudo que já foi dito aqui: salas superlotadas, falta de professores, enfim.

A educação inclusiva foi citada por vários colegas que me antecederam. Eu venho aqui porque fui, por 2 mandatos, presidente da Associação DFDown, que é a associação local, e hoje estou na Federação Brasileira, que tem sede em Brasília. Nós atendemos as famílias de manhã, à tarde à noite, de madrugada, na Sexta-feira Santa e no Natal, para falar de escola. O número de alunos com deficiência vem crescendo – ainda bem. Saíram os dados do Censo Escolar na semana passada e vimos discutindo, na Secretaria de Educação, ano após ano, e as promessas não estão sendo cumpridas.

No ano passado, nós acordamos que seria criado um Observatório da Deficiência. Inclusive, a promessa era de que seria por área da deficiência, para que nós e os familiares, pudéssemos nos dirigir à secretaria. Eu queria registrar isso: nós continuamos aguardando. Era para que a própria secretária viesse lançar isso aqui nesta casa, no início do ano. Os problemas persistem: falta de monitores, de educadores sociais voluntários. Não entendemos por que é feita a estratégia de matrícula, se não há os profissionais, se ainda vai ser feito o edital no ano seguinte. Os profissionais não recebem capacitação nenhuma, não têm formação, e os alunos iniciam o ano letivo sem esse apoio, não vão para as aulas. Há vários que ainda não foram.

Há essa questão do EJA, em que os alunos são encaminhados para o EJA Interventivo mesmo sem ter idade, porque, na escola comum, não há como continuar, ainda não existe EJA, mas encaminhou o aluno para o EJA. Alguém que me antecedeu falou sobre isso aqui também. Então, é um repeteco.

Precisávamos das autoridades aqui, as pessoas não comparecem. Posso falar com o deputado Gabriel Magno, que é da comissão, que tem interesse na pauta, *ok*, vai sair um relatório daqui. Mas quem deveria estar aqui? Será que é preciso fazer uma convocação já que o convite não funciona? Há problemas demais para um lugar que é a capital do país, não é possível! Aqui só falta ter aula embaixo da árvore, porque o resto tem, foi dito aqui.

Não sei como vamos continuar com o número de alunos da educação inclusiva, com essas salas superlotadas. Nós entendemos que vem crescendo o número de alunos, mas nós temos 30 alunos, 32 alunos. A minha filha é do CEF 07, de Sobradinho. Não há o EE, então, nós estamos fazendo o que lá? Não há uma sala de apoio para que exista uma oficina mínima para os professores trabalharem com os nossos filhos. Eles estão indo só ficar na escola. Quando chega o ensino médio, nem se fala! Quer dizer, não há professor, os professores são temporários, não conhecem os alunos. Ao atingirem 14, 15 anos os alunos vão para a EJA Interventiva, não foram alfabetizados e assim continuam.

Sobre a questão do ar-condicionado, alguém falou aqui e eu vou falar da escola da minha filha – eu acho horrível quando eu falo do meu, seria preciso falar do coletivo –, o CEF 07 de Sobradinho tem ar-condicionado instalado desde 2019. Então, por favor, alguém desta casa tome providência. Não é possível que haja um problema na energia que vem do poste para dentro da escola! Olhem o calor que houve no ano passado! E para este ano há previsão de calor intenso. As pessoas com deficiência e os professores fiquem na escola com essas condições.

São muitos os problemas, não há necessidade de ficarmos repetindo aqui. Acho que nós temos que juntar forças. Aqui há algumas frentes parlamentares: há a da síndrome de Down, há a da educação inclusiva. Vamos ver o que vamos fazer! O deputado falou de fazermos uma frente específica, não é? Mas nós estamos vendo que o problema é geral. Temos que continuar e talvez convocar quem é de direito.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Cléo.

Vou deixar 2 encaminhamentos a mais para combinarmos. Nós vamos convidar a secretária mais uma vez para vir a esta casa e à Comissão de Educação, Saúde e Cultura para, depois de entregue o relatório produzido hoje, apresentar as suas explicações.

O Tribunal de Contas publicou recentemente um estudo técnico a partir de várias representações que foram feitas pelo nosso mandato, pelo Sindicato dos Professores e pelo Ministério Público de Contas, as quais acolheu. E, na nota técnica, notificou o Governo do Distrito Federal e deu o prazo de até o final de março para a secretaria responder às questões sobre falta de financiamento, de estrutura, de não planejamento e vários dos pontos que nós elencamos aqui. Vamos aguardar também essa resposta.

Vamos convidar a secretária mais uma vez para ter o direito do uso da palavra, para se apresentar para o conjunto da sociedade do Distrito Federal. Não havendo êxito no convite, faremos a convocação. Utilizaremos desse instrumento para convocar a secretária de educação para vir aqui e prestar contas para a sociedade do Distrito Federal.

Sobre o ar-condicionado do CEF 17 e de outras escolas, você viu, Cléo, esse é um dos efeitos colaterais da falta de planejamento no investimento em manutenção das escolas públicas. As escolas conseguem o recurso com um parlamentar para comprar, por exemplo, ar-condicionado, mas a secretaria não tem contrato de manutenção. Então, esse recurso também precisa entrar no planejamento. As escolas começam a comprar equipamentos – e isso é muito bom –, mas a secretaria não acompanha o processo. Então, não há contrato de manutenção.

Então, a escola consegue uma emenda, por exemplo, para comprar o ar-condicionado, mas depois não tem o recurso para fazer a instalação, por conta da rede elétrica que não suporta, ou até para fazer a manutenção periódica desses aparelhos. Então, vamos cobrar novamente esse processo.

Passo a palavra ao Selassiê, diretor da Escola Classe 604 de Samambaia.

SELASSIÊ DAS VIRGENS JÚNIOR – Boa noite a todas e todos.

Quero lembrar uma música do Legião Urbana. O James falou de Nárnia, falou que parece que nós estamos vivendo um filme. Renato Russo fala: “A minha escola não tem personagem / A minha escola tem gente de verdade”. Nós não somos personagens, somos gente de verdade, que vive o dia a dia da escola, mas parece que nós estamos vivendo um filme. Então, essa é a realidade. Ainda bem que nós estamos aqui.

É o que o Gabriel acabou de falar e o que o representante da Proeduc falou: não há planejamento. Eu sou de Samambaia. Está ali o meu amigo Paulo, também diretor de uma escola próxima. Há quanto tempo nós estamos lá em Samambaia, Paulo? Praticamente desde que a cidade nasceu. Então, o nosso querido governador e gestor que aí está – já está no segundo mandato – passou por um período de covid e teve tempo para planejar.

O deputado Gabriel Magno colocou o quanto houve de aumento só com o dinheiro da área federal. O que foi feito? Ele dá um exemplo. Samambaia deixou de crescer horizontalmente há quantos anos, Paulo? Ajude-me. Ela começou a crescer verticalmente. Eu acho que isso é nítido para todos nós, moradores do Distrito Federal. Quantas escolas novas foram criadas em Samambaia? Nenhuma.

Com a questão da covid, muitas famílias que tinham os seus filhos estudando em escolas particulares tiveram que tirá-los de lá – essa não é uma realidade só da nossa cidade. E para onde eles migraram? Para a escola pública. Isso aconteceu antes de tudo o que estamos colocando aqui. Por isso as nossas salas estão abarrotadas.

Surpreende-me as propagandas do governo. Primeiramente, o governo faz uma propaganda de 500 novas salas. Não sei se vocês observaram isso. Estava tão nítida a vergonha que foi questionado esse número para quem era do governo. Ele, então, diminuiu para 400. De uma hora para outra, sumiram com 100 salas.

Nós, gestores e diretores de escolas, ficamos muito preocupados com a ampliação dos supervisores. Eu trabalho em uma escola classe em Samambaia. Ela é uma das maiores, se não a maior nesse segmento. Nós passamos por uma ampliação há um tempo. Só que não houve ampliação, digamos assim, de pessoal para trabalhar. Nós tivemos vários colegas que se aposentaram.

Preocupa-me, agora, essa ampliação de servidor, porque não há escolas novas. É um crescimento vegetativo natural: “Olha, aqui, precisa de um CEF. Aqui precisa de um CEM. Aqui precisa de mais escolas classes”. Estão ampliando as escolas e colocando um servidor a mais na direção da escola. Eles falam: “Ah, ampliamos aqui. Agora há gente para ajudá-lo”.

Deputado Gabriel Magno, veja o que vai acontecer com os gestores. Lembro o fato que aconteceu na Escola Classe 10, que também nos deixa preocupados. Nós perdemos uma servidora terceirizada por quê? A direção da escola, com medo de não fazer o serviço, pois as calhas estavam entupidas e havia o problema da dengue, disse: “Olha, a empresa são vocês. Não quero saber. Vocês têm que fazer”. O servidor fala assim: “Se eu não fizer, o que acontece?” Não sabemos. Isso vai ter que ser investigado. O GDF, ou seja, a gestão que aí está, lava as mãos e acaba sobrando... Acredito eu – é bom acompanhar isso – que a nossa colega gestora vai acabar assumindo essa situação. Isso é muito complicado.

Temos outros pontos, mas eles já foram contemplados.

Eu agradeço a palavra. Muito obrigado por estar aqui hoje. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Selassiê. Nós estamos acompanhando esse caso da Escola Classe 10, de Ceilândia, até para não só apurar, mas também para garantir o direito e as responsabilidades. Hoje este é um problema fundamental das escolas: faltam profissionais em todas as áreas, e acaba que, pelo compromisso e pelo amor, os professores e os servidores acumulam funções.

Já estamos no final, eu vou ler todos os nomes que irão falar, só para que se organizem: Lúcia Brandão, professora do CEI Parque dos Ipês; Suzana Fernandes de Souza, professora de Matemática do CED 01; professor Paulo Gileno, diretor da Escola Classe 410, de Samambaia; Gilza, diretora do Sinpro; Stephanie Duarte, diretora da Escola Classe Vila do Boa, em São Sebastião; Marcone, coordenador pedagógico do CEMTN; e Felipe, do Conselho de Pessoas com Deficiência do DF. Esse é o conjunto dos inscritos que ainda falta falar.

Concedo a palavra à Lúcia Brandão, professora do CEI Parque dos Ipês.

LÚCIA BRANDÃO – Boa noite, pessoal, pois já anoiteceu.

Eu gostaria de cumprimentar a mesa e dizer da felicidade de ter o Gabriel como deputado, colega e professor da minha regional de ensino que é São Sebastião.

Eu vim para fazer uma avaliação do início do ano letivo, que classifico como um início perverso. Eu trabalho na Secretaria de Educação há 26 anos em Brasília, eu já tinha 2 anos na Bahia. Neste ano, na escola em que trabalho, são 26 professores. Há 1 professora concursada e 25 professores de contratação temporária. Como aconteceu a contratação temporária? Por meio de um novo concurso, agora no final do ano, em que vários professores, mais da metade deles, nunca pisaram em uma sala de aula.

Então, Luciana Custódio, há professores que chegaram na segunda-feira, no primeiro dia de aula, e receberam uma lista de 29 alunos, sendo 4 deles autistas. Os alunos, essas crianças nunca tinham ido à escola, os pais nunca tinham levado o filho à escola e a professora nunca tinha pisado na escola – várias delas. Na terça-feira, no segundo dia de aula, vários professores chegaram e disseram: “Eu quero desistir”. Nós tivemos de acolhê-los e dizer a eles: “Não. Não desista, não. Você passou. Você fez uma faculdade. Você terminou. Agora, vamos lhe dar apoio”. Mas como apoiamos?

A Lei Berenice Piana, de 2012, uma lei nacional, dispõe que as crianças com autismo têm direito a um acompanhante especializado. Cada criança com autismo! Eu sou de Barreiras, na Bahia, e lá há acompanhantes especializados. Aqui, em Brasília, as crianças com TEA, o Transtorno do Espectro Autista, não têm direito ao acompanhante especializado. A criança tem direito a dividir um educador social voluntário que, por ser voluntário, vai trabalhar no dia que quer, pois não tem nenhum vínculo empregatício e é explorado, porque ele recebe uma ajuda de custo para pagar transporte e alimentação, que é 40 reais a diária. Ainda assim, uma escola com 700 estudantes em que havia 7 educadores voluntários, hoje, há 4 para atender 35 crianças com laudo. Isso ocorre por quê? Quando a criança completa 4 anos é que vamos observá-la e encaminhá-la para que esse lado venha. Então, 35 crianças já estão com laudo, mas há um monte delas ainda sem o diagnóstico.

Essa é a minha avaliação dessa perversidade que está acontecendo.

Foi questão de pauta, de acordo, que nós suspendêssemos a greve para que houvesse a semana pedagógica e recebêssemos esses professores – e ela não aconteceu.

Outra avaliação que faço, rapidinho, porque já vou sair, é sobre a questão do CIEE, o Centro de Integração Empresa Escola. Antes de eu ser professora, eu era estagiária, e sempre foi o CIEE que contratou os estagiários. No final do ano, o GDF rompeu com o CIEE e contratou uma faculdade de Juazeiro do Norte para contratar os estagiários. Então, há estagiários na escola. É a Faculdade Patativa do Assaré, de Não sei por que houve essa troca. Não sei que interesses estão por trás disso tudo. É uma coisa para vocês pensarem. A secretária da minha escola me chamou atenção disso. “Não, o contrato dos meninos vai mudar de faculdade, de lugar, do CIEE, para Patativa do Assaré”. Eu disse: “Que faculdade é essa?”. Em Juazeiro do Norte.

Havia outras coisas para falar, mas eu agradeço.

Digo para as meninas da 405 Norte que eu comecei lá com a inclusão do autismo no ano 2000, e é lamentável a escola ter chegado a esse ponto.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Lúcia.

Já anotado aqui mais um encaminhamento para oficiarmos a Secretaria de Educação e

entendermos os motivos que levaram a isso e quais são as vantagens da troca dos contratos.

Chamo agora a Suzana Fernandes de Souza, professora de matemática do CED 01.

SUZANA FERNANDES DE SOUZA – Boa noite a todos, a todas e a todes. Vou tentar ser breve.

Estou aqui por duas situações. Primeiro, quero dizer que roda nos grupos de WhatsApp uma mensagem falando para as pessoas de contratos temporários ficarem tranquilas em relação ao pagamento. Está tendo uma inconsistência. A secretaria já sabe disso. O crédito vai cair na conta, porém, se houver alguma divergência, no próximo mês, será pago.

Eu fico pensando como faremos para ir trabalhar? Eu não sei o que vai cair, não existe contracheque disponível e há esta desculpa: “Olha, se não cair neste mês, no mês que vem cai”. Nós somos professores que trabalhamos no CED 01 de Brasília. É uma escola que atende ao sistema prisional. Imagine você se deslocar da sua casa até o sistema prisional sem salário. Eu acho um absurdo. Eu acho que nem deveria ser cogitada a possibilidade de erro em um pagamento.

Estou falando da minha situação, mas é a situação também, como o deputado já falou, de aproximadamente 14 mil profissionais que atendem às escolas do Distrito Federal. É um pedido de socorro, é um pedido de... Nem sei o que dizer, porque, se essa situação fosse de uma empresa privada, no mínimo, essa empresa seria multada. Isso não pode acontecer. A partir do momento em que você é contratado, você já recebe de imediato aquele valor para ir ao trabalho. A empresa tem que dar a você condições de trabalhar. E não é só a questão do transporte para ir ao trabalho, mas de você se alimentar. Essa situação é vergonhosa. Contrato temporário existe desde que a secretaria existe. Mesmo que se faça convocação de todos os efetivos, ainda vai existir o contrato temporário. Isso não era para ser um problema. Isso era para ser resolvido na secretaria.

Outra situação, deputado, é bem relativa à nossa escola, o CED 01 de Brasília, do sistema prisional. Eu peço um olhar com carinho para a nossa escola. É uma escola que atende a uma demanda com várias especificidades, uma escola com muitas peculiaridades. Temos uma sede recente, uma sede pequena, que não nos atende. Atendemos ao complexo da penitenciária, com a EJA e com a remissão pela leitura. Isso demanda um determinado investimento que não temos recebido.

Vou aqui utilizar uma fala. Recebemos algumas cartas de estudantes. Vou ler apenas uma frase de uma carta que me toca muito. Eu gostaria que vocês ouvissem. Até coloquei aqui “Cartas do Cárcere”. O estudante coloca bem assim: “Obrigado por ter nos lembrado que quem está preso somos nós, não os nossos sonhos. Esses, ninguém prende”.

Esse, deputado, é o trabalho que fazemos no CED 01. Não é só escola. Trabalhamos com emoções. Tentamos mostrar a eles que há possibilidade de uma vida diferente quando saírem do cárcere.

Obrigada a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Muito obrigado, Suzana.

Já fizemos um ofício para a Secretaria de Educação quanto à inconsistência do pagamento dos contratos temporários, do que está no contracheque, que não é o salário. Isso é inadmissível!

Este ano letivo começou no dia 19 de fevereiro. São quase 2 meses para a Secretaria de Educação fazer todo o planejamento, para que, quando os estudantes, os professores, os profissionais chegassem à escola, já houvesse alguma coisa mais em ordem. Estamos aguardando a resposta da secretaria. Vamos acompanhar isso.

É muito importante não só o trabalho que é feito, mas também a agenda, que tem a ver com direitos que precisam ser garantidos. Vivemos em uma sociedade, e nesta casa não é diferente. Existem vários ataques, inclusive a essa questão da ressocialização, do papel do Estado, do direito e do próprio papel da escola.

Quero fazer uma reflexão com vocês. Entristece-nos muito ouvir de alguns parlamentares, representantes, de alguma maneira, de uma parcela da sociedade – eles foram eleitos democraticamente, não houve fraude na urna eletrônica, que elegeu todos eles –, nesta tribuna, que o lugar mais perigoso para uma família deixar o seu filho, hoje, é a escola.

Isso é um ataque visceral a nós, porque parte de uma premissa muito perigosa. Este alerta e chamado, quero fazê-los aqui coletivamente: nós, profissionais da educação, incluindo professores, monitores, secretários escolares, servidores da carreira assistência e da carreira magistério, orientadores, entre outros, não somos necessários na escola, porque, nesta concepção de que a escola não é lugar de educação, mas, como eles dizem, de escolarização, não é preciso profissionais, não é

preciso pessoas.

Isso é uma ameaça direta, não é nem mais velada, à nossa própria existência. Falo “nossa” como professor da rede pública do Distrito Federal. Isso é muito grave, na minha opinião, porque é esta concepção que precisamos disputar: a de que profissionais qualificados, com boas condições de trabalho, com estrutura e tudo o que estamos dizendo aqui é fundamental para se garantirem direitos e não privilégios nem favores.

A escola é espaço de escolarização também, mas é, fundamentalmente, um espaço educativo.

SUZANA FERNANDES DE SOUZA – Sobre o que o senhor falou em relação à qualificação, há colegas em contratação temporária que têm formação de pós-graduação, de mestrado. Há doutores em contratos temporários. É porque queremos? Não! É porque nós fazemos o concurso, mas não somos convocados. Isso não é uma questão de ser qualificado ou não, mas uma questão de Estado.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Sim.

SUZANA FERNANDES DE SOUZA – Fazemos o concurso e não somos convocados.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Da garantia dos profissionais.

SUZANA FERNANDES DE SOUZA – Realmente, é bem complicado isso. Precisamos de respeito.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Claro.

SUZANA FERNANDES DE SOUSA – Inclusive, deputado, se for o caso de não recebermos, que o senhor nos acompanhe numa paralisação de 1 dia. Uma pessoa sem receber não tem que trabalhar. (Risos.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Depois conversamos sobre isso.

SUZANA FERNANDES DE SOUZA – A pessoa não tem que trabalhar se não receber salário. Isso é um absurdo – um absurdo! – e tem acontecido com frequência. A falta de respeito tem sido...

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Acredito que isso já esteja na pauta da assembleia do dia 20 de março. Já fica aqui o encaminhamento, que estou fazendo sem consultá-los, mas tenho certeza de que teremos...

SUZANA FERNANDES DE SOUZA – Contamos com o seu apoio, que sabemos que temos.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Sem dúvida alguma.

Concedo a palavra ao professor Paulo Gileno, diretor da Escola Classe 410 de Samambaia.

Gilza, prepare-se. A Gilza está aqui ainda? Eu a vi saindo. A Stephanie Duarte é a próxima oradora, diretora da Escola Classe Vila do Boa.

PAULO GILENO RIBEIRO BÔSCO – Boa noite a todos. Saúdo os membros da mesa, saúdo os meus colegas de trabalho, os professores, os monitores, os secretários, a carreira.

Sinceramente, eu saio desta comissão geral muito triste de saber que há quadros e situações em escolas públicas do Distrito Federal que são, na minha opinião, terríveis. São situações que comprometem o funcionamento da escola e a educação pública.

Eu sou de origem pobre. Estudei em escola pública, formei-me em faculdade pública, acredito na educação pública e trabalho para uma educação pública de qualidade. Quando eu vejo essas situações, a única palavra que me vem à cabeça é descaso. Porque é muito fácil colocar a educação pública de uma dita qualidade aos olhos, digamos assim, da imprensa, aos olhos do povo.

Esses lugares que os colegas citaram são escolas, pelo que eu entendi, que ficam distantes do centro do poder. Vemos que, infelizmente, o nosso Distrito Federal, a nossa Brasília, tem situações que precisam ser vistas, precisam ser – pode ser uma palavra forte – investigadas. Providências devem ser tomadas.

Eu faço minhas as palavras do James. O pessoal sai de férias, mas nós, que estamos na gestão, ficamos trabalhando. Este ano houve 60 dias sem aula praticamente. Eu fiquei na ilusão de que teríamos um tempo bom para descansar, mas não tivemos. Por quê? Porque tínhamos muitas demandas para fazer na nossa escola e, infelizmente, tivemos muita dificuldade de executar essas demandas, de executar as emendas parlamentares. Por quê? Porque nos foi feita a promessa de que seria instalado um programa que facilitaria o trabalho, traria transparência e seria rápido.

A primeira justificativa era que você deixaria de usar o cheque, que é uma coisa de novela

do *Vale a Pena Ver de Novo*, e você teria à disposição um cartão. Nós já estamos na época do pix, mas o cartão já seria um progresso. É bom ressaltar que o PDDE, que é o recurso federal, era um cheque, passou a ser cartão e funciona perfeitamente bem. Só que foi agregado a essa promessa de cartão, que faria um processo mais rápido, o tal de um aplicativo. Eu confesso que o aplicativo em si até que não é complicado, só que os fornecedores não conseguem se cadastrar.

Hoje mesmo eu estava conversando com um fornecedor que presta serviço em Samambaia e ele falou: "Paulo, ajude-me! Eu não consigo trabalhar, não consigo me cadastrar". Eu falei: "Olhe, eu tenho um contato do pessoal que nos foi apresentado na nossa reunião de gestores, é o pessoal representante do Sebrae, o pessoal representante da Secretaria de Educação. Veja com esse pessoal a possibilidade de eles o ajudarem". Ele continua sem conseguir se cadastrar. Está em análise, está em análise...

Algumas situações estão gerando uma dificuldade para que essas emendas sejam executadas. Nós vimos que algumas escolas começaram o ano em obras. Como assim? Foram 60 dias sem aula. Não deu tempo? Cadê o planejamento?

Infelizmente, as pessoas, não só a comunidade, mas até alguns colegas professores, colegas servidores, acham que é o diretor que tem que resolver tudo isso. Eu sou bem claro com o meu grupo, porque eu falei assim: "Olhe, aquilo que me compete, eu tento fazer com a maior brevidade, com a maior agilidade, mas aquilo que não me compete, a única coisa que eu posso fazer é solicitar e aguardar". E esse aguardar tem gerado problemas, tem gerado dificuldades, a ponto de ouvirmos de alguns parlamentares: "Eu vou dedicar o valor que eu tenho de emendas para outras áreas, porque nós precisamos que esses recursos sejam executados".

As regionais viraram o ano com dinheiro em caixa. Por quê? A ideia do cartão, para nós que estamos ali como gestores, é válida, é positiva, mas esse sistema não funciona. Acho que é preciso zerá-lo e começá-lo de novo. Por que eu falo que ela é válida? Porque nós, gestores, recebemos uma gratificação irrisória, até certo ponto ridícula, principalmente nós de escola classe.

Nós recebemos nos grupos de WhatsApp propostas de alguns parlamentares sugerindo que seja feita uma equidade. É diretor? É diretor. Meu amigo Selassiê agora é praticamente um prefeito.

(Soa a campanha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Peço que conclua, Paulo.

PAULO GILENO RIBEIRO BÔSCO – A escola dele me fez uma pergunta sobre o Minha Querida Samambaia. Eu sou um dos pioneiros em Samambaia. Cheguei lá quando eu era criança. Samambaia tem crescido não só verticalmente, mas muito horizontalmente. Quantas escolas foram feitas? Nenhuma.

Agora a proposta é fazer exatamente aquilo que fizeram na escola do Selassiê, é construir mais salas dentro de uma mesma escola. E a qualidade onde fica? Por que se fala que o pior lugar para se colocar o filho é uma escola pública? Porque há um problema real, a questão da segurança. Colocar catraca em escolas, escolas em que ainda não há porteiros. Quem vai cuidar da catraca, o diretor da escola? De escolas sem câmeras – como, por exemplo, a minha –, quem vai cuidar, o diretor da escola?

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Para concluir, Paulo.

PAULO GILENO RIBEIRO BÔSCO – É mais ou menos isso que eu tenho para falar. Há muitos problemas, mas eu gostaria de enfatizar, deputado Gabriel Magno e todos os presentes, a segurança: nós precisamos de porteiros, nós precisamos de câmeras em todas as escolas. O tempo mudou, gente. O tempo mudou.

Recentemente, ocorreu um furto na minha escola, porém não há câmeras. Recentemente, houve um problema com uma criança especial, porém não há câmeras. A câmera é necessária, o porteiro é necessário. Então, eu quero enfatizar, na minha fala, que nós estamos precisando de mais segurança na escola.

Obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Paulo.

Apenas para continuar o diálogo, não há apenas um encaminhamento, nós apresentamos uma indicação, que deve ser lida na semana que vem, ao Governo do Distrito Federal, para que se cumpra mais uma pauta do acordo. Esse ponto não foi escrito, mas foi dito aqui, inúmeras vezes, quando, no final do semestre passado, foi votada, por esta casa, a proposta de reajuste do Governo do Distrito

Federal, para o conjunto do serviço público, de 6% ao ano para os servidores efetivos e de 25% nas gratificações dos comissionados.

Vários servidores do Governo do Distrito Federal têm uma especificidade, no que diz respeito ao entendimento legal da comissão. Os diretores são um desses que ficaram de fora do entendimento bruto da lei. Várias categorias estavam por fora. O GDF encaminhou a esta casa projetos de lei para adequar a proposta e também fazer valer e garantir 25% para o conjunto desses servidores. O governo prometeu reajuste para os diretores e diretoras de escola, que estão aguardando até hoje – ele não chegou. Nós já reforçamos também a indicação de que os diretores sejam valorizados – obviamente, entendendo que eles não são cargos comissionados de confiança do governo, porque são eleitos pela comunidade escolar, mas merecem o tratamento da sua valorização, assim como outros que ficaram de fora da lei. O governo assim o fez a fim de, de fato, valorizar a educação e a gestão democrática nesta cidade.

Concedo a palavra a Stephanie Duarte, diretora da Escola Classe Vila do Boa, de São Sebastião.

Peço que se prepare o Marcone, coordenador pedagógico do CEMTN.

STEPHANIE MARINA CARDOSO ARAÚJO DUARTE – Boa noite a todos e todas. Agradeço o convite. Parabéns pela iniciativa! Vou tentar ser bem breve.

Além de todos esses problemas já listados, vou citar mais um. Houve um colega que falou que a merenda chegou tranquilamente, mas este ano começou com a falta de óleo. Além de outras faltas, não há óleo nas escolas para o preparo da merenda, dos alimentos. Na nossa escola, tivemos que comprá-lo. A secretaria enviou uma recomendação de como fazer o preparo da comida sem óleo, porque não há óleo para a distribuição. Foram enviadas essas orientações para as escolas, para orientar as merendeiras a como preparar essa alimentação sem óleo. Então, fora o papel que não temos – estamos usando o recurso do PDAF para adquiri-lo –, também foi orientado que usemos o recurso do PDAF para compra do óleo. O que faremos sem o PDAF? A escola ainda não recebeu o PDAF neste ano e estamos nos virando com isso.

Chamo a atenção também para a educação integral.

A escola onde atuo como gestora atende à educação integral. Há 100 crianças na educação integral. Nós vimos tentando. Nós sabemos que a escola está em uma comunidade muito carente, com crianças extremamente vulneráveis, que passam por diversas situações de abuso e por insegurança alimentar. Tentamos acolher essas crianças na educação integral. Do total de 280 alunos, atendemos 100 na educação integral, sem estrutura, recurso ou segurança para o desenvolvimento do trabalho.

Foi colocado que, para atuar na educação integral – nós somos uma escola classe de anos iniciais –, deveriam ser professores com jornada de 20 horas, sendo 20 e 20, com 4 horas em um turno e 4 horas em outro turno. Foi feito concurso para professor temporário dos anos iniciais, com jornada de 40 horas. Professor efetivo não pode assumir as turmas de educação integral. A situação está mal definida.

Foi lançada uma política de educação integral nacional, e não vemos o GDF se movimentar para fortalecer a educação integral. Pelo contrário, ele vai colocando resistências e dificuldades, para que acabemos desistindo de oferecer esse atendimento na escola. Não há solução para nada. Não há material, recurso, estrutura nem espaço físico. Agora, não há nem o recurso humano, o professor, para atuar na educação integral.

Agradeço a todos os presentes.

Boa noite. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Stephanie, que vive também uma dura luta fora da escola. Trata-se da luta da comunidade Vila do Boa, por moradia, que, obviamente, acaba impactando no direito à educação das crianças. Houve várias derrubadas no último ano.

Então, externo toda a minha solidariedade não só à direção e aos profissionais da escola, mas à comunidade da Vila do Boa. Ainda bem que há a Stephanie e vários professoras e professores lá para ajudar nessas lutas. Depois, falam que escola ensina só matemática e português. (Risos.)

Concedo a palavra ao Marcone Scarinci, coordenador pedagógico do Centro de Ensino Médio de Taguatinga Norte.

MARCONE SCARINCI – Boa noite a todos.

Cumprimento a mesa, na pessoa do deputado Gabriel Magno, e parabenizo-o por tudo que faz

pela educação pública, pela luta pela escola pública do Distrito Federal.

Para resumir o que foi dito aqui, vou usar as palavras da Elineide: a educação do Distrito Federal pede socorro.

Vários pontos importantes foram levantados. O maior número de professores temporários em detrimento de professores efetivos – isso é uma ameaça à carreira de professor de escola pública do Distrito Federal –; a não participação dos professores temporários na semana pedagógica – isso foi muito ruim. Houve escolas que nem tiveram semana pedagógica, porque praticamente 100% de seus professores são temporários e, por isso, não puderam fazer semana pedagógica. A diminuição de gastos com merenda escolar é muito grave, porque compromete a qualidade da alimentação dos nossos alunos. A tragédia do Novo Ensino Médio, que não é só do Distrito Federal. Esse é um problema, uma tragédia nacional. A Conae – Conferência Nacional de Educação se posicionou pela revogação do Novo Ensino Médio. Espero que o governo federal revogue esse ensino médio, porque esse é um desejo de professores e de toda a comunidade escolar.

Nós temos notado uma coisa que está também incomodando. Eu acho que o SAE deveria estar aqui, mas infelizmente não está. É justamente a questão da carreira de assistência. Parece que essa carreira está em extinção, porque há escolas em que eu acho que já não há mais nem uma pessoa lá. Numa escola tradicional, como a minha, uma escola de peso, há pouquíssimos trabalhadores de assistência, tanto na secretaria, como no apoio para atendimento a pais, na primeira triagem, para fazer serviços fundamentais, rodar prova, uma série de coisas. Está ameaçada. Isso está, inclusive, caindo nas costas dos coordenadores, sobrecarregando coordenadores. Houve um concurso agora recente em 2022, mas praticamente ninguém foi convocado da carreira de assistência.

Fica aqui um apelo, porque não haver servidores de assistência escolar nas unidades escolares compromete em muito a educação no Distrito Federal.

Era isso o que eu queria falar, sendo claro, sucinto e objetivo. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Marcone.

Concedo a palavra ao Phellip Alexander, conselheiro no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal.

Não sei se ele ainda está presente.

Já saiu? (Pausa.)

Eu quero agradecer, mais uma vez, a fala de todos que permaneceram bravamente aqui até o final. Vou devolver rapidamente a palavra aqui para a mesa, para os companheiros e companheiras fazerem suas breves saudações e encerrarmos, combinando alguns encaminhamentos.

Concedo a palavra, primeiramente, ao estudante, senhor Davi Falcão, representando aqui a UES-DF.

Obrigado, Davi.

DAVI FALCÃO – Quero só agradecer mesmo ao deputado por esta oportunidade. É muito importante que essa avaliação seja feita no início do ano letivo para podermos ter parâmetros de avaliação de como anda a educação do Distrito Federal e poder debater isso com as pessoas que estão dentro do dia a dia da comunidade escolar.

Agradeço a fala de vocês. Com certeza foi muito proveitosa. Espero que o deputado dê encaminhamento às sugestões aqui dos nossos professores e diretores.

É exatamente isso. É descaso o que sofre a educação no Distrito Federal hoje. É o que a professora ali falou. Não existe essa realidade em que a secretaria fala para se cozinhar sem óleo numa escola. Isso não existe. Que alimento o estudante vai consumir? Como vai ser feita essa comida? Eles estão querendo que o merendeiro faça milagre? É isso. A educação está abandonada.

Agradeço mais uma vez pela oportunidade, deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Davi.

Concedo a palavra à professora da Universidade de Brasília, diretora da Faculdade de Educação, Liliane Campos Machado.

Agradeço, Liliane, mais uma vez, a presença da UNB e da nossa FE, que tem o coração do Paulo Freire projetado no modelo de formação de professores e que também tem sido tão atacado aqui nesta casa, que, às vezes, ficamos até assustados, mas reforçamos sempre.

LILIANE CAMPOS MACHADO – Não. Não é só aqui não. Somos acusados o tempo inteiro de formar, formar mal ou não formar, mas formando mal ou não, o nosso aluno passa no concurso e dá conta do recado na sala de aula. Então, está bom.

Deputado Gabriel Magno, quero agradecer mais uma vez pela confiança, pelo convite, reiterando o que a Marcinha colocou. Nós continuaremos, apesar de todas as questões e os problemas que foram elencados hoje. A responsabilidade e a dimensão da luta são muito grandes.

Quero dizer que nós temos a esperança do Paulo Freire mesmo, esperamos fazendo, esperamos trabalhando, esperamos lutando, esperamos conduzindo esse processo.

Enquanto faculdade, enquanto universidade, quero dizer que vamos continuar trabalhando muito nessa frente da formação, da formação continuada e da interlocução com a secretaria e com a educação do GDF, com a nossa responsabilidade social de fazer a transformação também a partir da educação.

Vamos ser eternamente criticados, mas estamos aqui para isso. Onde houver um professor ou alguém fazendo educação, sempre vai haver alguém dizendo que não formamos. Eu sou conselheira. Eu escuto o tempo todo que a universidade não forma o aluno de que a secretaria precisa. Quando perguntamos de qual aluno a secretaria precisa, ninguém nos conta que aluno é esse. O fato é que nossos alunos têm se formado, 90% deles passam em concursos e dão conta de seguir a carreira.

Mais uma vez parabênzo o senhor pela ação, pela comissão e pelo trabalho feito.

Agradeço mais uma vez pela confiança também de trazer a faculdade para essa discussão e essa pauta.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, professora Liliane.

Concedo a palavra à professora Márcia Gilda, do Sindicato dos Professores. Obrigado, Marcinha, pela presença.

MÁRCIA GILDA – Obrigada a você, deputado Gabriel Magno, pela oportunidade de compor esta mesa, de poder dialogar com todos e todas que estiveram presentes hoje e por todos os desafios que a educação pública sempre nos impõe.

Aproveito o momento para fazer uma chamada para a nossa Assembleia Geral com paralisação que vai acontecer no dia 20 de março, a partir das 9 horas e 30 minutos, no espaço Funarte. Estaremos lá discutindo ponto a ponto o nosso acordo que suspendeu a greve. Vamos também lançar a nossa nova campanha salarial. É importante ressaltar que a nossa categoria foi a única que disse ao governador: “Esses 18% parcelados são insuficientes”.

Fomos atrás disso, conseguimos vitórias e conquistas, dentre elas uma superimportante: a incorporação da Gaped, a Gratificação Pedagógica. Estamos também agora com o novo mote: “Recompondo perdas. Rumo à meta 17”. Esperamos todos os professores, as professoras, os orientadores e as orientadoras educacionais para estarem junto conosco nesse debate.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, professora Márcia e todo o sindicato dos professores. Já diz o cântico: “Sinpro somos nós. Nossa força é nossa voz”. Saúdo o Sinpro em nome dessa categoria maravilhosa.

Concedo a palavra ao promotor de justiça da Procuradoria de Educação do Ministério Público, doutor Anderson Pereira de Andrade.

Obrigado, doutor Anderson. Mais uma vez, parabéns pelo belíssimo trabalho na Proeduc.

ANDERSON PEREIRA DE ANDRADE – Eu que agradeço o convite em nome da Proeduc.

Pudemos ouvir com muita atenção todas as questões levantadas. Eu gostaria rapidamente de me referir a 3 pontos que foram questionados.

Com relação à monitora que não está mais presente, já sairíamos daqui, se ela tivesse permanecido, com uma agenda marcada para conversar, porque, como eu disse, conversamos, sim. Costumo dizer que recebemos todo mundo na promotoria, só não recebemos caboclo e pombagira. O resto recebemos. Conversamos com todo mundo sem embargo do nosso entendimento. Temos o entendimento de que os monitores devem permanecer na atividade-fim, sim. Esse é o nosso

entendimento. Inclusive pela carência que há de profissionais para fazer esse trabalho tão valioso, complexo e difícil.

Eu falei para o deputado que, se formos convidados para essa audiência pública que vai ser chamada sobre educação inclusiva, espero estar presente para conhecer mais sobre o tema, porque eu confesso a minha não completa, mas bastante e significativa ignorância sobre ele.

Temos conversado bastante com a responsável pela Subin, a professora Renata Antunes, que nos convenceu, que nos persuadiu de que a classe especial, o Centro de Ensino Especial, eles não são espaços em que o aluno deva permanecer indefinidamente. Ele deve estar ali, mas logo ir para a inclusão.

Fomos persuadidos disso e passamos a defender essa ideia. Porém, claro, muitas vezes os pais que chegam à promotoria – na maioria das vezes – querem que seu filho permaneça, mesmo que seja uma criança, um adolescente, muitas vezes até um jovem, que já tem anos e anos de classe especial ou de Centro de Ensino Especial.

Por fim, quero me dirigir também aos colegas diretores de escola que falaram do PDAF. Veja, nós temos no Ministério Público uma atuação muito forte com relação ao PDAF, que não é da Proeduc – a Proeduc, como eu disse, tem uma estrutura bastante enxuta –, mas das Promotorias de Defesa do Patrimônio Público. O colega responsável pela fiscalização do PDAF falou assim: “Vou investigar em Sobradinho para ver como é que está”. Ele pinçou, porque ele não pode investigar nas 700 e tantas escolas. Então, disse: “Vamos à Regional de Sobradinho!” E ele descobriu uma corrupção gigantesca. Foram expedidos 17 mandados de busca e apreensão e foram presas pessoas, e não só servidores e servidores.

Infelizmente, estamos em um país em que a corrupção não é exclusividade de quem lida com dinheiro público, até porque essa relação de corrupção só existe porque há o corrupto e o corruptor. Nesse caso, havia ambos os personagens, tanto servidores quanto empresários que se prestaram a esse papel.

Assim, o cartão veio na intenção de colocar um freio de arrumação disso. Eu vou levar ao conhecimento dos colegas que tratam do tema. Nós estamos com um GT – do qual nós da Proeduc fazemos parte – sobre o PDAF, junto com a controladoria e com o Tribunal de Contas. O cartão foi uma tentativa de moralizar o uso do dinheiro público e fazer com que aqueles gestores que realmente são sérios – que são a maioria absoluta, não temos dúvida – tenham a flexibilidade e a mobilidade que o uso dessa verba dá, para que eles possam usá-la de uma maneira rápida, ágil, mas também de uma forma correta e justa.

Então, o objetivo da Promotoria de Defesa da Educação é esse. Estamos à disposição, deputado e todos os presentes, para permanecermos no diálogo em defesa do direito fundamental à educação. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, doutor Anderson. É muito importante isso.

Para fecharmos a nossa comissão geral, eu quero combinar alguns encaminhamentos. Já foi dito, mas eu gostaria de reforçar que agendaremos uma data para a realização de uma audiência pública sobre a questão da educação inclusiva, do ensino especial, que também nos preocupa. Doutor Anderson, estão todos convidados.

E convidaremos novamente as entidades e a própria secretaria, pois acatamos a proposta apresentada pelo Júlio na mesa, reforçada pela Elineide, de realizarmos um seminário para pensar em um planejamento mais estrutural da rede, do ponto de vista do seu financiamento; da sua organização; das dimensões curricular e político-pedagógica; enfim, de todos os eixos que norteiam essa luta, à luz do que foi aprovado na Conae, a Conferência Nacional de Educação.

A participação democrática do conjunto da sociedade civil e o documento base aprovado na Conferência Distrital de Educação, que ocorreu ano passado, são muito importantes. Esses documentos servem de referência na orientação da organização da nossa política pública. Nós pensaremos juntos não só na data, como no seminário, para que todos voltem a esta casa.

O estudo técnico publicado semana passada contém uma série de representações que a secretaria deverá responder ao tribunal sobre o orçamento, a falta de planejamento, o número de alunos por turma e a nomeação de servidores. Aguardaremos o prazo dado pelo Tribunal de Contas à Secretaria de Educação, que é no final de março, para novamente convidar a secretária para comparecer a esta casa. Se ela recusar o convite, portanto, nós a convocaremos para que preste

contas do processo chamado por alguns aqui – na minha opinião, corretamente – de caos, de um colapso na educação pública.

Convidarei a universidade, o movimento estudantil, o movimento sindical, o Ministério Público, os órgãos de controle, aqueles que estudam o tema, os militantes em defesa da educação pública, as escolas, para pensarmos e refletirmos juntos sobre as várias proposições que passam por esta casa de leis que tentam regular a educação pública do Distrito Federal. Eu citei 1 exemplo, mas há muito receio em relação às prioridades; precisamos pensar, de fato, em qual é a natureza, o princípio da educação.

Eu gostaria de deixar registrado o importante levantamento feito pelo Marcone sobre os servidores da carreira de assistência. Quase toda semana temos lido desta tribuna sobre o quantitativo de cargos atualmente vagos na Secretaria de Educação, para que nós possamos ter uma dimensão desse colapso na rede.

Quando nós falamos da carreira assistência, hoje há 684 cargos de gestor em políticas públicas e gestão educacional vagos, de um total de 1.000, uma taxa de ocupação de apenas 31% de servidores. Há 2.070 cargos de analista em políticas públicas de gestão educacional vagos, em um quantitativo total de 5.500, o que significa uma ocupação de apenas 62%. Há 5.871 cargos de técnico em políticas públicas e gestão educacional vagos, em um total de 9.000, o que representa uma taxa de ocupação de 34,8% desses cargos. Ainda na assistência à educação, há 584 cargos de monitor de gestão educacional vagos, em um total de 2.000, uma taxa de ocupação de 70%. Na carreira de magistério público, há hoje 14.488 professores da educação básica, hoje, 14 mil e 488 cargos vagos; um total de 36 mil cargos, o que significa uma taxa de ocupação de apenas 59,8%. Essa é a realidade, esse é o tamanho do rombo na política de não contratação, de aumento da terceirização, de aumento da fragilidade dos contratos.

Respondendo a uma representação ao Tribunal de Contas, feita por nós e pelo Sinpro ao Ministério Público de Contas, sobre esses números, no ano passado o tribunal reconheceu e pediu explicações para a Secretaria de Educação. A resposta foi feita por intermédio de um documento, que tem sido anunciado, que fala da nomeação de 30 mil professores no primeiro semestre, inclusive com uma primeira leva agora.

Mais uma vez eu lamento a secretária não estar aqui para ouvir, porque é preciso também, para que haja essas nomeações, que o governo altere a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias. O veto do governador, a partir de emendas de vários parlamentares – inclusive de uma emenda nossa –, hoje não prevê a nomeação desses 3 mil professores para o primeiro semestre, que são absolutamente necessários.

É importante lembrar que no ano passado havia previsão orçamentária para mais de 6 mil nomeações, mas essas não foram feitas; houve apenas 700 nomeações. Então, há margem orçamentária para isso, há margem financeira, bem como margem fiscal.

Encerro, trazendo o relatório publicado no início deste mês, assinado pelo governador do Distrito Federal, de gestão fiscal do Distrito Federal, que nos mostra que estamos no menor índice da série histórica, quando fazemos a relação de despesas com o pessoal e receita corrente líquida, de 34%, com base no parâmetro da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Esse é o menor índice da série histórica desde que a lei foi criada, o que significa que, diferentemente do que o governo tem dito e comemorado, “a boa gestão fiscal do Governo do Distrito Federal” é uma boa gestão fiscal às custas dos direitos da população, porque expressa a opção deste governo de não nomear servidores, de congelar os salários e as carreiras dos servidores. Quem sofreu e continua sofrendo é a população, vide a crise da dengue na saúde, que está colapsada; na educação, já dita aqui; na assistência social, com as filas no Cras e no Creas.

Então, o preço dessa dita falsa boa gestão fiscal é a população que está pagando, infelizmente. Há margem, mas falta vontade política. Há orçamento financeiro e há espaço fiscal.

Agradeço a todos os convidados que ficaram até essa hora; bem como quero agradecer a presença dos trabalhadores desta casa, porque sem eles nós não conseguiríamos fazer esta audiência e transmiti-la na rede para todos vocês. Agradeço a todos que se pronunciaram no *chat*, não vou ler os nomes, mas nós anotamos os comentários, vamos produzir um relatório e encaminhá-lo para o conjunto das entidades; aos trabalhadores do cerimonial, a Sara e a Ana Paula; à garçonete que nos serviu um cafezinho, uma água; a Sara e a Rose; o serviço de apoio ao plenário, o Marinho; o Luiz, da TV Câmara Distrital; a Copol, a Polícia Legislativa, na figura do Carlos Roberto.

Boa noite a todos e a todas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão ordinária que originou esta comissão geral.

(Levanta-se a sessão às 18h47min.)

Observação: nestas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais foram reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização deste evento.

Siglas com ocorrência neste evento:

BRB – Banco de Brasília
Caic – Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente
Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CED – Centro Educacional
CEF – Centro de Ensino Fundamental
CEI – Centro de Educação Infantil
CEM – Centro de Ensino Médio
CEMTN – Centro de Ensino Médio de Taguatinga Norte
CESC – Comissão de Educação, Saúde e Cultura
CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola
Conae – Conferência Nacional de Educação
Copol – Coordenadoria de Polícia Legislativa
Cras – Centro de Referência de Assistência Social
Creas – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CTN – Colégio de Taguatinga Norte
Dapli – Diretoria de Planejamento e Acompanhamento Pedagógico das Licenciaturas
DEG – Decanato de Ensino de Graduação
DEX – Decanato de Extensão
DI – Deficiência Intelectual
Eape – Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EE – Ensino Especial
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EJA Interventiva – Educação de Jovens e Adultos Interventiva
FE – Faculdade de Educação
Fecampo – Fórum Permanente de Educação do Campo
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
Gaped – Gratificação de Atividade Pedagógica
GDF – Governo do Distrito Federal
GT – Grupo de Trabalho
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
MEC – Ministério da Educação
PcD – Pessoa com Deficiência
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais.
PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira
PDE – Plano Distrital de Educação
Pecim – Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares
PIB – Produto Interno Bruto
Pibid – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PNE – Plano Nacional de Educação
Proeduc – Promotora de Justiça de Defesa da Educação
Refis – Programa de Incentivo à Regularização Fiscal
SAE – Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Públicas no DF.
SEI – Sistema Eletrônico de Informações
Sinpro-DF – Sindicatos dos Professores no Distrito Federal
Subin – Subsecretaria de Educação Inclusiva e Integral
TCB – Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília
TEA – Transtorno do Espectro Autista
Ubes – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UES-DF – União dos Estudantes Secundaristas do Distrito Federal
UES-DF – União dos Estudantes Secundaristas do Distrito Federal
UnB – Universidade de Brasília
Unigep – Unidade Regional de Gestão de Pessoas

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).

Ata Circunstanciada da 12ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 12ª (DÉCIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA, DE 5 DE MARÇO DE 2024.

INÍCIO ÀS 15H

TÉRMINO ÀS 18H06MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está aberta a sessão ordinária de 5 de março de 2024, terça-feira, às 15 horas.

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o deputado Pastor Daniel de Castro a secretariar os trabalhos da mesa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente, deputado Chico Vigilante e deputado Max Maciel.

Cumprimento todos os presentes na galeria. A luta de vocês é a nossa luta. Esta casa sempre defende todas as categorias, mas, seguramente, também o coração extraordinário do nosso presidente, por ser servidor público e abrir sempre a galeria para receber vocês. Vocês têm todo o nosso apoio. Na pessoa do presidente, o nosso apoio está emprestado para vocês, e vamos trabalhar para que a vida de vocês mude nesse sentido. Meus parabéns. Esta casa é de vocês. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, as seguintes atas de sessões anteriores:

– Ata Sucinta da 10ª Sessão Ordinária, de 28 de fevereiro de 2024;

– Ata Sucinta da 11ª Sessão Ordinária, de 29 de fevereiro de 2024.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovadas sem observações as atas mencionadas.

Retificação:

Na sessão de 22 de fevereiro de 2024, onde se leu “Ata Sucinta da 6ª Sessão Ordinária”, leia-se “Ata Sucinta da 7ª Sessão Ordinária”.

Convoco todos os parlamentares que estão na casa para que iniciemos esta sessão, primeiro, com os Comunicados de Líderes, depois, com os Comunicados de Parlamentares e a Ordem do Dia.

Os projetos relativos à Polícia Penal foram lidos.

Incluo na Ordem do Dia, como item extrapauta, o Projeto de Lei nº 974, da Polícia Penal, e o Projeto de Lei nº 975, que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e que trata da mesma matéria.

Então, Paulo, a partir deste momento o projeto de lei da Polícia Penal já se encontra em condições de ser analisado por esta casa. Obviamente, vamos conversar com os presidentes das comissões e com os demais deputados para, se conseguirmos proferir os pareceres em plenário, nós o votarmos e aprovarmos.

Deputado Chico Vigilante, V.Exa., que é sempre o nosso conselheiro e orientador, deputado Max Maciel, deputado Pastor Daniel de Castro, nós temos um problema com relação a tempo. Esse projeto acabou demorando um pouco para chegar e há o fechamento da folha. Vamos pedir aos demais líderes e presidentes de comissões para que, se conseguirmos avançar na votação hoje ou amanhã – de preferência hoje –, façamos justiça a esses servidores, que têm como instrumento de

trabalho a própria vida. É muito importante que consigamos, no dia de hoje, pautar e votar esse projeto.

Convoco os senhores deputados para o andamento da sessão ordinária imediatamente.

Não havendo quórum, a presidência vai suspender os trabalhos durante 15 minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h10min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Ratifico e incluo como item extrapauta o Projeto de Lei nº 969/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências”, relativo à carreira de assistência social.

O Projeto de Lei nº 975/2024 já está incluído como extrapauta.

Incluo como extrapauta o Projeto de Lei nº 974/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Reestrutura a Carreira da Polícia Penal do Distrito Federal”.

Incluo como extrapauta o Projeto de Lei nº 975/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências”.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Já há quórum, deputado? (Palmas.)

Vamos reabrir a sessão, pelo que foi lembrado pelo deputado Chico Vigilante.

(A sessão é reaberta às 15h18min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Declaro reaberta a presente sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao líder do meu partido, deputado Iolando, para dar um salve ao nosso presidente Lula.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Esse tem moral! Vá agradecer ao presidente Lula pela duplicação da BR-080!

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente, meu bipresidente; primeiro secretário, deputado Pastor Daniel de Castro; deputado Chico Vigilante; deputado Daniel Donizet; demais membros desta casa; pessoas na galeria, que tanto contribuem para o nosso mandato. Parabéns pela iniciativa de vocês. (Palmas.) Contem com o nosso apoio. Contem com a nossa contribuição. Temos lutado bastante por vocês, fazendo com que o governo entenda a necessidade da convocação, do aumento dos quadros dos servidores públicos do Distrito Federal. Sempre temos nos colocado.

Ontem à tarde, mesmo, estive com o Ney, secretário de planejamento, prevendo a possibilidade de contratação de outros servidores, e de demais servidores. Ele estava com a sua assessora Luciana e também com outros assessores, que acompanharam a nossa solicitação e estão fazendo uma avaliação direta para depois nos passarem um quantitativo real da situação financeira do Distrito Federal, para ver em que categorias serão contratados, ou em que quantidade as contratações serão feitas pelo Governo do Distrito Federal. Isso é apenas para cumprimentá-los.

O propósito da minha fala hoje, nesta tarde, é por uma causa a qual eu defendo também, que é a causa da pessoa com deficiência no Distrito Federal. Recentemente tenho pautado bastante isso, porque temos visto o quanto dá resultado desenvolvermos um trabalho em prol da causa da pessoa com deficiência.

Eu fui vítima de um acidente de moto 30 anos atrás. Fiquei com uma sequela permanente no meu membro superior direito, no meu braço. Com isso, eu tenho determinado como foco e bandeira

principal do nosso mandato a defesa da pessoa com deficiência. Nós temos nos colocado à disposição todos os dias para que a população, para que as entidades privadas e para que as entidades públicas do nosso Distrito Federal – a capital do Brasil, a capital de todos os brasileiros – tenham todas as possibilidades de aceitação, de acolhimento, de atenção, de preservação dos direitos das pessoas com deficiência.

Nós temos lutado por isso com muita veemência, com muita vontade, com muita garra. Todos os dias temos avançado. Recentemente, apresentamos nesta casa a proposta de servidores, como vocês, que passaram em concursos públicos, e outros que estavam aguardando a contratação... Eles entraram na cota da pessoa com deficiência, mas, naquele exato momento, o governo entendeu, por meio da Subsaúde – uma subsecretaria ligada à Secretaria de Planejamento –, que as pessoas que tinham laudos médicos comprovados apresentando as suas deficiências... Essas pessoas se sentiram rejeitadas pela Subsaúde.

Nós fizemos uma apresentação no Colégio de Líderes e propusemos convidar a subsecretária da Subsaúde para vir aqui prestar esclarecimentos. Ela veio de fato na segunda-feira passada ao Colégio de Líderes e apresentou todas as justificativas. Porém, ainda não convencidos, nós apresentamos a possibilidade de que o governo tornasse a coisa mais legítima. Solicitamos que as pessoas que passassem no concurso público apresentando um laudo médico, apresentando um relatório médico comprovando a sua deficiência, não pudessem ser desclassificadas pela Subsaúde. O governo entendeu isso e resolveu suspender a decisão para fazer uma análise melhor e assim poder identificar quais são as pessoas que têm deficiências, com seus laudos comprovados. Sendo assim, elas poderiam ser contratadas pelo Governo do Distrito Federal.

Essa é uma luta constante. Nós sabemos que, desde o primeiro dia em que entramos no mandato, em 2019 – estamos agora no segundo mandato –, nós travamos uma luta constante. Já avançamos muito com a conquista da criação da Secretaria da Pessoa com Deficiência, com a conquista do Estatuto da Pessoa com Deficiência, com o Cadastro Único da Pessoa com Deficiência, com o CIL *online*, com o DF Acessível e com vários outros projetos e trabalhos que estão sendo feitos pelo Governo do Distrito Federal e pela Secretaria da Pessoa com Deficiência, encaminhados por nós, por projeto de lei de nossa autoria.

Quero dizer a todos vocês do Distrito Federal, aqueles que nos ouvem, aqueles que nos acompanham nas redes sociais, que quero me colocar também como fiscal dessas causas aqui nesta casa.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO IOLANDO – Eu não aceitarei isso e acredito que vários deputados que aqui estão lutarão por esta causa, para não deixar em vão a defesa das pessoas com deficiência e de seus direitos garantidos. Isto é o mais importante para nós: os seus direitos garantidos. Não queremos nem mais nem menos; nem menos nem mais. Nós queremos a igualdade, como todos os servidores públicos, como todo cidadão do Distrito Federal merece.

Eu me coloco à disposição. No meu portal do Instagram, @iolandooficial, você pode fazer denúncias sobre quaisquer questões que girem em torno da pessoa com deficiência: seja uma rampa que não foi feita próximo à sua residência, próximo ao seu trabalho; seja uma empresa que praticou maus tratos, que lhe tratou mal. Denuncie, por meio do nosso Instagram, ou denuncie por meio do *site* da Secretaria da Pessoa com Deficiência.

O nosso gabinete, o Gabinete 21 desta casa, da Câmara Legislativa, está à disposição para acatar todos os tipos de denúncias que são feitas contra a pessoa com deficiência no Distrito Federal. Nós não aceitaremos e iremos até a última instância para punir, realmente, aqueles que não querem cumprir aquilo que é determinado por lei. E nós vamos, aqui, cumprir a lei. Peço a ajuda de todos vocês.

Digo mais uma vez: o gabinete do deputado Iolando, o Gabinete 21, está à disposição de todos vocês para demais reclamações, críticas e quaisquer questões que girem em torno da deficiência, inclusive aquele que está usando a vaga exclusiva da pessoa com deficiência ou aquele que passou no concurso público pela cota da pessoa com deficiência e não foi contemplado e está se sentindo injustiçado, enfim, todas as pautas que giram em torno da pessoa com deficiência. Estou me colocando, agora, como fiscal oficial para esta bandeira e não abro mão de defender a pessoa com deficiência no Distrito Federal.

Muito obrigado a todos. Muito obrigado, presidente, pela oportunidade. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, deputado Iolando, líder do nosso bloco.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

Deputado Pepa, o seu assessor Kiko se encontra? Nossos sentimentos.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, boa tarde novamente a V.Exa. e a todos os deputados aqui presentes; ao vice-presidente, deputado Ricardo Vale; ao deputado Chico Vigilante, ao deputado Iolando, ao deputado Pepa, ao deputado Joaquim Roriz Neto, ao deputado Max Maciel.

Presidente, eu peço que a mesa faça uma retificação. O líder do PP na casa é o deputado Pepa, mas lá está o meu nome. Peço para que seja alterado, porque o deputado Pepa é quem foi escolhido para ser o líder e nós precisamos respeitar isso, mas agradeço esta oportunidade de falar como líder do meu partido, o PP.

Dois assuntos me trazem a esta tribuna. O primeiro deles, sem dúvida nenhuma, agradecendo a Deus por esta oportunidade, é que, neste momento, ser um deputado distrital no Distrito Federal me proporciona participar da construção de algumas histórias que são por demais importantes. Além de trabalhar para a cidade toda, para todo o Distrito Federal, cuidamos da 26 de Setembro, de Vicente Pires, de Aguas Claras, do Riacho Fundo II, que temos cuidado com tanto carinho, além de outras cidades.

Hoje, especialmente, algo marcou a nossa vida. Lá estavam presentes o deputado Iolando, o deputado Pepa, o deputado João Cardoso, o deputado Rogério Morro da Cruz, o ex-deputado Rodrigo Delmasso. Na liderança do nosso governador, hoje, S.Exa., complementando o trabalho da Lei Complementar nº 806, que versa sobre a regularização dos templos das entidades religiosas e sociais, que há muito tempo padecem da insegurança jurídica...

Quero parabenizar aqui o presidente da Terracap, Izidio, e o seu diretor de regularização fundiária, doutor Leonardo Mundim. Eles trouxeram o novo arcabouço da entrega de todo esse documento que compõe a CDRU – Concessão de Direito Real de Uso. Essas instituições podem, junto ao governo, fazer um requerimento de sua área ou regularizar a área que elas já estão usando, inclusive pagando uma taxa de apenas 0,15%. Mas, se essas instituições estiverem prestando um trabalho social, elas podem usar a chamada moeda social. O trabalho que essas instituições prestam para o Governo do Distrito Federal faz com que elas não paguem nenhum valor dessa área utilizada, ou seja, elas utilizam a área de uma forma gratuita.

Isso é uma grande evolução, porque todos nós que aqui estamos sabemos a importância que têm as instituições religiosas, as igrejas evangélicas, as igrejas católicas, os centros espíritas. Nós sabemos a importância do trabalho social que essas comunidades fazem. Mais ainda, presidente: sabemos que o trabalho dessas instituições sociais alcança, muitas vezes, as nossas crianças. São instituições que, na maioria das vezes, estão na ponta das cidades, onde o governo, muitas vezes, é menos presente, e onde também está a comunidade mais necessitada, onde estão as nossas crianças e, às vezes, famílias em estado de vulnerabilidade, que têm tanta necessidade de ter as coisas e são abarcadas por essas instituições.

Eu tenho tido a oportunidade de receber no meu gabinete inúmeros presidentes dessas instituições. Quando eles vão ao gabinete, fazemos o que podemos, porque sabemos que essas pessoas estão na ponta transformando vidas, cuidando das nossas crianças e dos nossos adolescentes, cuidando de famílias que estão passando por momentos tenebrosos de muita dificuldade, de escassez, de falta nos seus lares. Essas instituições têm sido a *longa manus*, a mão estendida do Estado lá na ponta. Então, eu quero parabenizar o Governo do Distrito Federal.

Por certo que eu não serei um homem, um parlamentar desonesto aqui. Essa é uma luta que vem de muito tempo – não é, deputado Joaquim Roriz Neto? Muitos governos que passaram tiveram a mão nessa luta, mas não há como deixar de enaltecer a vanguarda do nosso governador Ibaneis, principalmente quando ele traz esse valor para 0,15%, porque isso diminui o valor da prestação que essas instituições têm que pagar. Eu acho até que nem é justo elas pagarem e, por isso, há a moeda social. Se a instituição faz um trabalho social, esse trabalho computa como se fosse um pagamento em pecúnia e ela não precisa pagar. Ela usa a área do Estado para fazer um trabalho que muitas vezes o Estado não tem condição de fazer.

Quero parabenizar todos os deputados envolvidos, aqueles que ajudam essas instituições, aqueles que põem emenda para que essas instituições possam fazer esse trabalho. Assim, estamos

cuidando do maior patrimônio que nós temos que são as pessoas. Parabéns a todos.

Há um segundo assunto que me traz aqui, presidente. Todo mundo sabe aqui nesta casa que eu sou pastor, então acabo sendo a voz de várias instituições religiosas no Distrito Federal, da minha igreja, Assembleia de Deus Ministério Madureira, da igreja batista, da presbiteriana, de várias igrejas. Hoje eu quero mandar um abraço muito especial, presidente, ao pastor José Clarimundo, pastor presidente da igreja Assembleia de Deus Ministério de Anápolis. Hoje esse ministério completa 84 anos de um trabalho extraordinário. Todos os anos ele tem o Comep, que é o congresso da juventude justamente no período de Carnaval.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Estou encerrando, presidente.

Tal como aqui em Brasília, onde tivemos inúmeros congressos. Eu participei de 19 congressos agora em fevereiro. Também em Anápolis milhares e milhares de jovens se reúnem durante 4 dias, 5 dias em um momento de louvor e adoração a Deus.

Portanto, esses 84 anos da Assembleia de Deus do Ministério de Anápolis têm que ser comemorados, tal como outras igrejas, a minha igreja Assembleia de Deus de Madureira, na liderança do nosso bispo primaz doutor Manoel Ferreira, do nosso bispo Samuel Ferreira, bispo Abner Ferreira, do bispo Oídes José do Carmo. É o bispado da nossa igreja que conduz a Assembleia de Deus de Madureira em nível de mundo. Essas igrejas fazem um trabalho extraordinário ao Estado.

E todos os governos, presente, passado, anteriores reconhecem a importância do trabalho dessas igrejas na nação brasileira, porque são instituições que estão cuidando de vidas, transformando vidas. Sustentamos casa de recuperação, ajudamos essas pessoas e assim a sociedade vai crescendo com a benção de Deus.

Muito obrigado, presidente, senhoras e senhores. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Quero agradecer e registrar a presença do deputado federal do PL do Maranhão, deputado Henrique Júnior. É um prazer tê-lo conosco. Seja muito bem-vindo a esta casa. O senhor é de um estado de que nós gostamos muito, o Maranhão. Conheço muito Lençóis. Agradecemos pela presença do senhor como também de sua equipe. Fique conosco. Daqui a pouco, caso o senhor queira fazer uso da palavra, suspenderemos a sessão. É um prazer tê-lo conosco. Só encerrando aqui os Comunicados de Líderes. Muito obrigado. Esta casa se alegra muito com a sua presença. Voltando lá, dê um abraço aos nossos deputados federais pelo Distrito Federal. Muito obrigado pela presença.

Concedo a palavra ao deputado Eduardo Pedrosa, vice-líder do União Democrático.

Hoje vamos dividir: primeiro a direita, depois a esquerda. Se bem que o deputado Eduardo Pedrosa é centro.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (Bloco União Democrático. Como vice-líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu queria, em primeiro lugar, aqui saudar os meus colegas policiais penais do Distrito Federal. (Palmas.)

Hoje é um dia muito feliz. Pelo menos para mim é um dia muito especial, porque vejo justiça sendo feita. Muitos policiais penais ao longo dos últimos meses viram colegas de outras categorias, inclusive de outras forças de segurança, sendo reconhecidos, e para eles, nada.

Hoje, presidente, temos a oportunidade de fazer justiça com essa categoria que sai todos os dias de casa para defender a nossa população. O combate às facções organizadas, a defesa da segurança pública da população do Distrito Federal acontece em primeiro lugar dentro dos presídios, onde essas pessoas se dedicam dia após dia em defesa de outras pessoas. São pessoas que se colocaram à disposição da sociedade, quando escolheram sua profissão, para defender outras pessoas. Nós não podemos deixar nunca de valorizar e de deixar o nosso reconhecimento a cada um de vocês. Que hoje a dor do esquecimento seja enfim contornada para que possamos valorizar essa categoria e eles possam sair daqui se sentindo reconhecidos como devem ser. (Palmas.)

Eu queria deixar essa minha fala em primeiro lugar, parabenizando a todos os policiais penais, falando da necessidade da nomeação de mais policiais penais. Sabemos dessa importância. Contem conosco nesse sentido.

Quero parabenizar o presidente da Câmara Legislativa, deputado Wellington Luiz, por toda a construção. Parabenizo o governador do Distrito Federal pelo apelo ao secretário de planejamento e

economia, Ney Ferraz, por ter encaminhado esse projeto para cá, ouvindo essa voz importante. Parabéns ao Paulo, presidente do sindicato, um grande amigo, guerreiro, batalhou muito nesse processo. Tenho alguns amigos como o Anderson, o Jotinha, o João Renato. Enfim, tenho vários amigos na polícia penal que também quase que diariamente falavam comigo sobre isso.

Essa é uma vitória coletiva dessa instituição, que merece todo o nosso carinho e a nossa atenção.

Quero mandar um abraço ao Teles, secretário da polícia penal hoje, que tem se dedicado muito em prol de valorizar esses profissionais.

Então, gente, muito obrigado. Parabéns a todos. (Palmas.)

Por fim, eu queria falar da violência nas escolas do Distrito Federal. Vimos recentemente um caso que chocou muitas famílias. Eu não poderia deixar aqui de falar a respeito disso. Precisamos encontrar medidas que, realmente, tragam segurança para as crianças dentro das escolas. Isso passa por um ambiente com envolvimento com tecnologia, passa por investimentos, realmente, robustos nessa área para trazer segurança para os alunos nas escolas. Passa também por acompanhamento psicológico dessas crianças dentro das escolas e nas suas casas.

Não adianta falarmos: "Vamos trabalhar para que consigamos ter um ambiente melhor", sem termos ali condições para um acompanhamento psicológico, sem termos condições de vincular, por exemplo, isso à assistência social. Vejo aqui pessoas da assistência social. Precisamos valorizar esses profissionais, porque se hoje as pessoas do Distrito Federal estão, muitas vezes, doentes, é porque estão sem apoio e sem suporte. Temos que ter esse olhar.

Então quero deixar essa minha fala com relação à segurança nas escolas, dizendo que nós, a Câmara Legislativa – tenho certeza de que, em nome do nosso presidente, eu posso falar –, estaremos empenhados em ajudar naquilo que for necessário para que possamos garantir a segurança das nossas crianças nas escolas públicas do Distrito Federal.

Eu gostaria de mandar um abraço a todos do Sindsasc, ao pessoal da Defensoria Pública e da Procuradoria, que são muito dedicados e merecem todo o nosso reconhecimento também. (Palmas.)

Um abraço a todos. Fiquem com Deus.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado deputado Eduardo Pedrosa. Quero parabenizar V.Exa. pela importante interlocução. V.Exa. esteve em várias reuniões com o secretário Teles, com o secretário Ney, com o secretário Gustavo Rocha, com o próprio governador, brigando por isso, o que é extremamente justo.

V.Exa. esteve também com a categoria, inclusive, representando a Câmara Legislativa. Eu não pude estar lá, mas V.Exa. estava lá, ouvindo as angústias dessa importante categoria. Hoje chegamos a um momento importante.

Vale também ressaltar o papel do deputado federal Rafael Prudente, que também ajudou nessa interlocução. Ele esteve, na última reunião, junto comigo, com o Moreira, com o Paulo e com alguns secretários. Eu não poderia deixar de citá-lo, para fazer justiça.

Então, registro o meu muito obrigado pelo importante papel desempenhado pelo nobre deputado Eduardo Pedrosa.

Concedo a palavra ao deputado Ricardo Vale, representando o bloco da Minoria, substituindo o deputado Gabriel Magno, que está com dengue.

DEPUTADO RICARDO VALE (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos e todas. Boa tarde, presidente. Quero saudar também, primeiramente, os servidores das várias categorias do Distrito Federal, servidores públicos que gosto de ver sempre nesta casa, mas que, infelizmente, estão sempre aqui reivindicando melhorias salariais e melhores condições de trabalho. Esta Câmara Legislativa não tem deixado de conversar, de dialogar e de dizer que é legítima a luta que vocês fazem por melhores condições de salário.

A população do Distrito Federal precisa de serviço público de qualidade e não existe serviço público de qualidade se vocês não estiverem bem remunerados. Então, fica aqui o meu respeito a todos vocês. Contem conosco também! (Palmas.)

Quero também falar, presidente, sobre o episódio triste que aconteceu na Escola Classe São José, lá em São Sebastião, onde um jovem entrou com facas, feriu alguns coleguinhas, feriu um professor, um auxiliar. Isso tem sido recorrente aqui no Distrito Federal.

Eu sou do tempo, deputado Joaquim Roriz Neto, em que existia o batalhão escolar. Sempre estudei em escolas públicas, eu e minha família, uma família grande. Quando eu chegava à escola e via o policial militar, eu já me sentia mais seguro, assim como os meus pais e todo mundo. Infelizmente, não existe mais esse batalhão, que, ao mesmo tempo em que nos deixava mais seguros, ele também impedia que jovens, por diversos motivos... Sempre havia aquelas briguinhas, mas elas não chegavam ao ponto como as que vemos hoje, em que jovens levam armas brancas, armas, revólveres para a escola. Essa situação é muito difícil.

Eu queria fazer um apelo ao Governo do Distrito Federal: pense, de forma muito séria, na volta do batalhão escolar no Distrito Federal. Se não me engano o batalhão era da época do Joaquim Roriz, o seu avô, deputado Joaquim Roriz Neto.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO RICARDO VALE – Eu conheço um pouco da história desta cidade.

Ficam querendo colocar militares dentro das escolas, mas eles não são treinados para isso, eles não têm preparo para isso. Então, tem que se criar o batalhão escolar para prevenir que coisas assim aconteçam.

Fica aqui o apelo e a minha solidariedade à comunidade escolar de São Sebastião e do Distrito Federal inteiro. São vários professores que trabalham nessa insegurança. Infelizmente, esse tal *bullying* está em muita evidência e acabamos vendo jovens cometendo crimes. Digo de novo: tragam de volta o batalhão escolar para que possamos ter um pouco mais de tranquilidade nas nossas escolas públicas.

Presidente, também quero falar sobre o dia 8 de março, que está chegando, dia em que se comemora o Dia Internacional das Mulheres. Infelizmente, as mulheres no nosso país e no mundo – no Distrito Federal não é diferente – têm sido vítimas de muita violência, muita violência doméstica, muito desrespeito, muitos feminicídios. Temos acompanhado que no Distrito Federal todo dia há um caso de violência, todo dia há um feminicídio. Infelizmente, embora a Câmara Legislativa tenha feito e apresentado várias leis importantes, o Governo do Distrito Federal as sanciona e as regulamenta, mas não as coloca em prática.

Eu vou citar 2 leis minhas, de nossa autoria. Uma obriga o debate da questão da valorização da mulher contra o machismo nas escolas públicas, que já foi regulamentada no início do ano passado pela Secretaria de Educação. O governo e a Secretaria de Educação não a colocaram em prática ainda. Nós queremos que essa lei passe a funcionar para que, daqui a poucos anos, tenhamos uma geração menos machista, uma geração que respeite mais as mulheres, que não seja tão violenta. Então, é uma lei importante.

A outra é recente, deputado Chico Vigilante, e nela o agressor de mulher é punido no bolso quando ele agredir uma mulher, como em um caso de um cidadão que ameaçou a mulher por 4 vezes e agora ateou fogo na casa dela, tentando inclusive matá-la. Esse indivíduo já deveria estar sendo punido no bolso, porque vem a Polícia Civil, tem que acionar os bombeiros...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO RICARDO VALE – ... tem que chamar a saúde pública, é todo um gasto que o Estado tem por conta desse machista violento, que merece, além da Maria da Penha e da prisão, sentir no bolso o que é agredir uma mulher, o que é bater em uma mulher, tentar matar uma mulher.

Portanto, fica o apelo ao Governo do Distrito Federal para que faça com que as leis aprovadas aqui, principalmente as leis em defesa das mulheres, saiam do papel e existam de fato, porque só assim vamos coibir, diminuir, minimizar toda essa onda de violência no Distrito Federal contra as nossas mulheres.

Muito obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, vice-presidente Ricardo Vale. Agradeço-lhe muito as palavras.

Quero saudar o deputado Joaquim Roriz Neto, o deputado Fábio Félix. Onde está o deputado Fábio Félix?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Fábio Félix, conforme foi pedido por V.Exa., nós incluímos como extrapauta, a seu pedido, o projeto de lei que trata da carreira de

assistência social, junto com a LDO. Portanto, daqui a pouco, como segundo item de pauta, nós já vamos colocá-lo em votação, certo, deputado? Muito obrigado, deputado Fábio Félix.

Concedo a palavra ao nobre deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (Bloco PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente, senhoras e senhores deputados e quem nos acompanha neste plenário ou pela TV Câmara Distrital.

Quero iniciar dando uma saudação ao Sindsasc, a todos os assistentes sociais, aos membros da Defensoria Pública e da PGDF e aos policiais penais presentes. É importante vocês estarem aqui reivindicando o que, de fato, é de direito. (Palmas.)

Presidente, a minha fala, hoje, não poderia ser diferente, mas confesso que eu não queria fazê-la. Fiquei triste hoje de manhã, de verdade. Fiquei entristecido com a entrevista do novo secretário de transporte do Distrito Federal. Ele fez uma fala alinhada com a das empresas. Não há por que ele fazer uma fala alinhada com a das empresas.

O primeiro grande desafio de um gestor público é reconhecer suas dificuldades e fragilidades. É claro que nem tudo é tão imperfeito ou perfeito demais. Há contradições em absolutamente tudo. Mas o fato de o secretário afirmar publicamente que o sistema de transporte público é bom na capital do país mostra que ele não tem condição nenhuma de ser secretário de transporte no Distrito Federal! Ele não conhece a realidade do Distrito Federal de ponta a ponta. Ele não acorda cedo para esperar 30 minutos para pegar um ônibus, para rodar mais 40 minutos dentro da sua própria cidade, para passar mais 1 hora para chegar ao Plano Piloto. Isso totaliza quase 2 horas dentro de um meio de transporte lotado. O mínimo que o secretário deveria fazer na imprensa é pedir desculpa, e chamar a população para debater o transporte e entender as suas fragilidades.

É verdade que, hoje, temos a frota mais nova do país. Hoje! Lembro que ainda há uma empresa cujo prazo para apresentar o cronograma para a Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana desta casa termina hoje mesmo, no dia de hoje! Esse cronograma não foi entregue ainda.

Detalhe: renovação de frota não é benfeitoria de empresário, não! Isso está no contrato. Para a empresa ter a renovação por mais 10 anos, a empresa deveria, no mínimo, apresentar a renovação de frota. Das 5 empresas, 3 apresentaram, e 2 não apresentaram. Isso não dá nem baliza de igualdade às empresas que se esforçaram para manter a frota nova daquelas que não. E há uma empresa que ainda anda com 70% da sua frota sucateada. Isso é uma falta de respeito com a população.

Eu vou dizer aos senhores palavras do secretário na entrevista de hoje. Fiquei chocado. Eu assistia à entrevista pela tevê e falava: "Não é possível que alguém não assessorou esse homem! Ele fala isso, publicamente, ao vivo na televisão." Ele disse: "Ônibus é feito não para que todos consigam ir sentados". É verdade, secretário. Só que, no ônibus, existem limites para número de passageiros sentados e para número de passageiros em pé. Desafio o senhor a ir comigo a qualquer cidade, em horário de pico, para ver se esses limites estão sendo respeitados. As pessoas estão como sardinhas em lata no transporte público.

Outra fala do secretário: "Você teria que ter um trem de alta velocidade para suprir essa demanda". Bem, secretário, eu não sei se o senhor sabe, mas o senhor é chefe de gabinete aí. Eu tenho aqui, em mãos, da Sudeco, o Estudo de Projeto Funcional Transporte Ferroviário Luziânia/Brasília. Está aqui. São centenas de páginas trazendo o quanto o transporte da região metropolitana melhoraria se fosse sobre trilhos.

Mas vamos falar do Distrito Federal. Senhor secretário, tenho em mãos o PDTT – Plano de Desenvolvimento de Transporte Público sobre Trilhos. O Ibaneis está há 6 anos no governo e não fez andar 1 quilômetro de trilhos na capital do país! Digam-me 1 quilômetro de trilhos, transporte de massa, que andou! Está aqui o documento, desenhado e feito por técnicos e por consultores do próprio GDF. Estão, no documento, as linhas onde ia transitar o VLT. Ele transitaria fora da área tombada, para não cair na esparrela de que não pode haver catenária. Para quem não sabe, catenária é a fiação sobre o VLT, que pega energia.

Não fizeram rodar nenhum quilômetro de trilho. Ao mesmo tempo em que não fizeram nenhum quilômetro de trilho, fizeram dezenas de viadutos, que não resolveram absolutamente nada, e um túnel, que também não resolveu absolutamente nada. Vão ter que criar outra estratégia para resolverem o trânsito.

Bem, senhor secretário, vale a pena visitar esse plano e fazê-lo sair do papel. Atravessa-se a capital do país de carro em 40 minutos; não é possível uma pessoa demorar 2 horas para chegar ao

Plano Piloto.

Detalhe: o Distrito Federal deixou de ser pêndulo há muito tempo, há muito tempo. O que é pêndulo? É a pessoa sair de Planaltina ou de São Sebastião e chegar ao Plano Piloto. Vou dar um exemplo prático. O governo criou o Mangueiral e o Crixá, em São Sebastião. As pessoas do Crixá não conseguem chegar ao IFB de São Sebastião. Tivemos que fazer uma audiência pública, colaborar com a secretaria e apresentar uma mudança de rota.

Olhem só: trabalhamos em conjunto. A nossa comissão está à disposição para colaborar com o governo para melhorias no transporte. Mas é importante que a pasta reconheça as fragilidades e não venha dizer para o público – que anda em transporte lotado todo dia e passa perrengue por horas – que o sistema é bom. Isso é falta de respeito com quem está trabalhando todo dia.

O Distrito Federal deixou de ser pêndulo porque cresceu. Nós somos a 3ª maior cidade do país. Moro no P Sul. É mais fácil, para mim, vir para o Plano Piloto do que ir para o P Norte, que fica a 1,5 quilômetro da minha quadra, porque não há ônibus do P Sul para o P Norte! Isso mostra que não há inteligência de trânsito.

Detalhe: é verdade que ficam muitos ônibus estacionados depois do horário de pico. Sabem por quê? Eles já estão pagos. É só botá-los para rodar.

Nós só vamos conseguir ter eficiência no transporte quando desprivilegiarmos o transporte individual e garantirmos um transporte público de qualidade.

Ele citou Santa Maria. No meu gabinete, há servidor que mora em Santa Maria. Não é pegar, ir de carro até o terminal do BRT e embarcar lá; quero ver pegarem uma alimentadora na expansão de Santa Maria. Secretário, uma alimentadora demora 30 minutos para chegar ao BRT de Santa Maria. Depois, são mais 30, 40 minutos até chegar ao Plano Piloto. Então, não é verdade que uma pessoa demora 30 minutos para chegar ao Plano Piloto. Demora mais, porque não há alimentadoras suficientes.

Para cidades que têm um metrô... Já falei isso aqui 1 milhão de vezes. Vou ficar um cara chato até isto entrar na cabeça desse povo: não existe ônibus concorrendo com metrô no mundo! Vocês têm mais condição de viajar do que eu. Viajem para fora que vão ver. Em todo o mundo, funciona como? Alimentam-se os terminais de baldeação, e o transporte de massa leva os passageiros com mais conforto e tranquilidade. É assim que funciona. Não é a pessoa pegar um ônibus e ficar morando dentro dele. Faz até aniversário com todo mundo, de tanto que conhece o povo, pois já passa 2 horas por dia no mesmo ônibus. Passa mais tempo dentro do ônibus, às vezes, do que com alguém da família.

Então, queremos chamar a atenção para o respeito por esta cidade.

Temos, neste momento, alguns compromissos firmados com o novo secretário. Você vai ter toda a nossa colaboração técnica e de eficiência para melhorar o transporte público, mas nós não vamos aceitar um milimetrozinho de não verdades nesse processo.

O transporte do Distrito Federal não é bom. O transporte do Distrito Federal é caro. Outra aspa do secretário: "Você tem que entender que o custo aumenta em relação ao nível de conforto de que precisa". Alguém perguntou à população que paga o transporte qual conforto ela quer? Eu vou dizer a que a fala do secretário corresponde. Eles não colocaram ar-condicionado nos ônibus por uma escolha política deles, e não por uma escolha da população que usa o transporte. Quem manda a ordem de serviço para comprar ônibus é o governo. Ele que determina a altura, o nível, se há ar-condicionado, se não há. Mas o qual ônibus que eles compram? Um chassi de caminhão com carroceria de ônibus em cima, em que qualquer senhora, como a minha mãe, tem dificuldade de subir num degrau daquele, porque ele tem quase 1 metro de altura, e qualquer um pode cair numa parada de ônibus, porque a parada é desnivelada.

Então, não existe conforto porque vocês não querem. A população quer conforto. Seja qual for o custo, o povo já paga. Esse sistema custa 2 bilhões de reais, e o Estado está devendo mais 1 bilhão, ou seja, já não é barato para dizer que tem de custar caro se quiser qualidade. Nós queremos qualidade, não importa o custo que ela exija, porque nós pagamos por ele.

Vamos exigir que a população decida também o tipo de transporte que ela quer, porque é assim que vamos fazer um transporte eficiente, com participação popular e com o povo gestando o transporte.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO MAX MACIEL – Assim encerro, presidente, reforçando outro convite.

A secretaria veio aqui pedir crédito suplementar para as empresas e assumiu um compromisso de, no semestre agora, apresentar a implementação do centro de controle operacional das empresas. Isso está em contrato. Já era para o governo ter feito isso no início do contrato.

Eu vou explicar o que isso quer dizer para quem está nos acompanhando. Quer dizer que era pra você chegar a uma parada e haver um letreiro – em Belo Horizonte é assim –, haver um letreirozinho, um painelzinho, dizendo o ônibus que está se aproximando, em quantos minutos ele está se aproximando. Já existe tecnologia para isso, mas o Governo do Distrito Federal não a tem.

O governador do Distrito Federal não tem GPS para monitorar as empresas, não tem fiscal para multar e saber se elas estão saindo no horário. Tudo isso quem tem é a própria empresa, ou seja, é a empresa que nos informa se ela saiu no horário, se o ônibus lotou ou não, se vai passar próximo da parada.

E aí, reforço, o ônibus sai lotado, não é por mero acaso. É a famosa pernada. Os 15 minutos que eles fazem esperar significam mais pessoas dentro do sistema, porque a remuneração é por passageiro e não por quilômetro rodado.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO MAX MACIEL – Presidente, muito obrigado.

Afirmo: estamos à disposição para colaborar, mas não achem que esta casa vai deixar passar despercebida qualquer falta de respeito aos trabalhadores e trabalhadoras que acordam cedo e andam em um ônibus lotado sem qualidade.

Obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Max Maciel. Vamos acompanhar de perto essa questão do transporte. O secretário esteve comigo aqui nessa semana. Eu pedi, inclusive, que ele conversasse com os deputados. Portanto, vamos alinhar isso. Algumas coisas realmente nos preocupam.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, nós, desta casa de leis, e a sociedade de Brasília, estamos em déficit com o pessoal da Defensoria Pública do Distrito Federal. (Palmas.)

Aqui foi dado aumento aos defensores, mas esqueceram o pessoal da base, o pessoal que toca, o pessoal que faz. Eu falei isso na época. Portanto, estou cobrando do defensor que, junto com o governador, encaminhe imediatamente um projeto de reparação da injustiça que está sendo feita com vocês. Isso é urgente. Até porque, para quem não sabe e está assistindo a mim, a Defensoria Pública do Distrito Federal está perdendo quadros. As pessoas passam no concurso, são treinadas e depois vão embora porque a remuneração é muito baixa.

São vocês que estão na ponta atendendo efetivamente as pessoas mais pobres. Quando alguém precisa de uma cirurgia urgente, são vocês que o atendem. Quando uma mãe está precisando da pensão alimentícia, são vocês que a atendem. Portanto, isso tem de ser tratado com a justiça que vocês merecem.

Dito isso, quero dizer ao pessoal da carreira de Polícia Penal que estamos prontinhos para votar o projeto. Ele já está na pauta, e vamos votá-lo e aprová-lo no dia de hoje. Só sairemos daqui depois que ele tiver sido aprovado em primeiro e segundo turnos, para que o governador possa sancioná-lo e atender vocês efetivamente. Vamos votar todos os projetos de todas as carreiras que chegam aqui, porque é assim que temos feito.

Presidente, quero abordar outro ponto. Quero falar do importante decreto, deputado Ricardo Vale, que foi assinado hoje pelo presidente Lula, mudando a qualidade da cesta básica a ser entregue à população. Estão incluídos mais 10 itens, trocando produtos ultraprocessados por produtos que a classe média e os ricos já comem. A nova cesta básica será composta por 10 alimentos de diferentes grupos. São eles: feijões, leguminosas, cereais, raízes e tubérculos, legumes e verduras, frutas, castanhas e nozes, oleaginosas, carne e ovos, leite, queijo, açúcar, sal, óleo, gordura, café, chá-mate e especiarias. Essa é a nova cesta básica de um governo que efetivamente se preocupa com a população mais carente deste país, porque a classe média já comia isso todo dia. O pobre é que achava que tinha de só comer salsicha e outra bagulhada que há por aí. Portanto, estamos dando dignidade efetiva às pessoas.

Quero abordar outro ponto, presidente. Pedi há pouco uma audiência à secretária de saúde do Distrito Federal porque precisamos resolver um problema grave de uma empresa chamada Ipanema, que presta serviços de limpeza e de segurança à Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Essa empresa atrasa salário e não paga férias, deputado Wellington Luiz. O trabalhador sai de férias e volta das férias sem ter recebido nada. A empresa não paga tíquete-alimentação e não cumpre nada que está na lei.

Portanto, a nossa orientação é que a secretaria rompa o contrato com essa empresa para que os trabalhadores sejam tratados com a dignidade que merecem! Entrou de férias? O trabalhador tem que receber o pagamento 48 horas antes. É o que diz a lei. Deu quinto dia útil do mês? O salário tem que ser pago! E o que diz a lei.

Portanto, nós estamos indo à secretaria exigir que ela rompa o contrato com essa empresa para que os trabalhadores e as trabalhadoras sejam tratados com dignidade!

Por último, senhor presidente, nós estamos nos aproximando do dia 8. E eu quero homenagear todas as mulheres do Distrito Federal e do Brasil. Estou muito feliz porque uma servidora desta casa que trabalhou conosco como secretária-geral da CPI dos Atos Antidemocráticos – ela que cuidava de todo o trâmite –, a Sarinha, teve sua competência reconhecida pelo Exército Brasileiro. Ela é uma das poucas mulheres que receberam uma medalha de honra do Exército.

Portanto, esta casa precisa, mais do que nunca, homenagear as mulheres e, na pessoa da Sarah, funcionária desta casa, nós estamos homenageando todas as mulheres do Distrito Federal e do Brasil – inclusive as nossas taquígrafas, que são de ouro! São pessoas que estão aqui o tempo todo e fazem a entrega de todo o trabalho que fazemos.

Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chicho Vigilante. Nós ficamos muito felizes com a homenagem feita à nossa assessora, a servidora Sarah. É motivo de muito orgulho para esta casa, que nos representa de forma extraordinária.

Parabéns, deputado, pela lembrança. Parabéns também, deputado, pelo cuidado e pelo zelo com os servidores. E este é o papel do parlamentar: fiscalizar, cuidar, cobrar – inclusive dos órgãos do Executivo – para que essas empresas cumpram as exigências devidas. Se não estão pagando, precisam ser responsabilizadas. Não é a primeira vez que V.Exa. faz isso. Ficamos muito felizes. Já tivemos problemas como esse na Câmara Legislativa, e nós demos um bom exemplo trocando a empresa. Então, se tiver que ser feito, será.

Parabenizo V.Exa. por isso. Vamos ficar de olho e solicitar aos representantes do Executivo que vejam imediatamente o que está acontecendo e que providências sejam adotadas.

Obrigado, deputado.

DEPUTADA DOUTORA JANE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADA DOUTORA JANE (MDB. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, senhor presidente.

Senhor presidente, eu tenho uma reunião marcada neste horário. Então, vou dar uma fugidinha de 10 minutos e, depois, eu retorno ao plenário. Eu vou estar com o Sandro Avelar, secretário de segurança pública, mas não poderia deixar o meu abraço aos policiais penais. (Palmas.)

É preciso que eles saibam que eu, sendo da segurança pública, reconheço a categoria como nossa categoria irmã. Eu entendo que a segurança pública é um sistema. Então, cada um, constitucionalmente, tem a sua atribuição, tem o seu papel, tem o seu momento.

E, infelizmente, quando, na sociedade, tudo falha, os cidadãos em conflito com a lei, vamos dizer assim, vão parar em nossas mãos e, ao final, vão para a ressocialização. Esse é o grupo que encontra essas pessoas e passa o maior tempo com elas, que precisam ser ressocializadas para que possam retornar à sociedade.

Nós reconhecemos a importância do papel que vocês desenvolvem, nós estamos juntos, presidente, deputado Wellington Luiz. Temos sempre conversado sobre como devemos trabalhar para apoiar as forças de segurança, para fazê-las serem reconhecidas como devem ser. Vocês têm nosso apoio, o nosso mandato está atento, o gabinete está atento a todas as lutas que vocês travam. Nós trabalharemos para que vocês realmente consigam ser reconhecidos e tenham as tão sonhadas nomeações, que é o pedido de vocês, para fortalecê-los.

Obrigada, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Doutora Jane. Nós lhe agradecemos e a parabenizamos. V.Exa., presidente da Comissão de Segurança Pública, bem colocou aqui: está sempre atenta.

Deputado Joaquim Roriz Neto, quando a igreja falha, quando a família falha, quando o Estado falha, é lá que eles vão parar. Nós precisamos reconhecê-los e valorizá-los. A deputada Doutora Jane foi muito feliz por lembrar isso. Parabéns, deputada, esse é o nosso reconhecimento.

A deputada irá nos representar em uma reunião com o secretário Sandro Avelar. Daqui a pouco, S.Exa. estará de volta para votar esses importantes projetos conosco.

Concedo a palavra ao deputado Joaquim Roriz Neto.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, antes de qualquer coisa, eu gostaria de agradecer a Deus por este momento e cumprimentar todas as categorias que estão presentes na galeria: o Sindsasc, a PGDF, os defensores e, em especial, a categoria da Polícia Penal. (Palmas.)

Eu fiquei muito feliz com a reunião que nós tivemos hoje, conduzida por mim, pelo deputado Eduardo Pedrosa e pela deputada Jaqueline Silva na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças onde, em caráter emergencial, aprovamos o parecer sobre a reestruturação dos policiais penais, justamente para que hoje pudéssemos trazê-lo ao plenário para darmos celeridade a algo tão merecido pela categoria de vocês.

Às vezes é contraindicado falar as coisas que eu falarei, porque não pega muito bem, mas nós ficamos engasgados de as pessoas ficarem só falando, senhor presidente, dos direitos dos presos, dos direitos das pessoas que estão lá dentro, de melhoria das condições para as pessoas que estão dentro da cadeia, mas ninguém fala das vítimas, ninguém fala daquela mãe que perdeu seu filho assassinado, ninguém fala daquela mulher que foi estuprada, ninguém fala daquela criança que foi sequestrada e ninguém fala das pessoas que colocam sua vida na linha de frente para garantir que essas pessoas entrem na linha. Essas pessoas são vocês, vocês precisam ser homenageados, precisam ser reconhecidos. (Palmas.)

Senhor presidente, às vezes a pessoa tem uma família boa, vai à igreja, tem uma boa escola, mas ela não presta. Ela acaba indo para a cadeia, e são essas pessoas aqui que sofrem. Nós precisamos valorizá-los, colocá-los em um patamar, na minha opinião, infinitamente mais alto que o dos presos que estão lá dentro, loucos para sair e cometer mais crimes. Desculpem-me por falar, mas precisava ser dito.

Quero falar sobre outro assunto que também foi abordado aqui por outros parlamentares: a segurança das nossas escolas. Quero prestar solidariedade a todos os envolvidos no caso de São Sebastião: a todas as famílias, às pessoas da escola. No ano passado, deputado Fábio Félix, passamos muito tempo aqui debatendo esse assunto: como nós resolveríamos esse problema da insegurança nas escolas; como se daria uma melhoria, tanto no curto quanto no longo prazo, de forma institucional a fim de reduzir essa questão dos ataques. Mas aconteceu algo que ocorre muito aqui no Brasil: o problema some e ele para de ser debatido. E aconteceu de novo.

Existe um projeto tramitando na Câmara Legislativa – infelizmente de forma muito lenta –, de autoria do deputado Martins Machado, que eu gostaria que fosse reavaliado, presidente, porque ele institui a obrigação de as escolas terem detectores de metais. Se o projeto de lei estivesse em vigor, esse aluno não teria conseguido entrar dentro da escola com essas facas.

Nós não estamos falando de política contra o aluno, estamos falando de política a favor da vida! Eu sou pai, tenho uma filhinha de 4 anos, e o que eu quero para a minha filha, eu quero para todos os pais do Distrito Federal: que as crianças estejam dentro de uma escola sentindo-se seguras.

Para dar continuidade a essa questão da educação, eu queria trazer à tona uma situação que chegou a mim, hoje, aqui na Câmara Legislativa. Os representantes do Sindicato dos Transportes Escolares fizeram uma reunião comigo, há algumas horas, e eles estão pedindo socorro. Deputado Max Maciel, peço a atenção de V.Exa. porque é uma pauta que V.Exa. defende: o transporte.

Eles me relataram que o serviço de transporte escolar é regulado pela Lei nº 2.819/2001, que não estabelece um prazo para essa atividade. Contudo, foi publicado recentemente um decreto do Detran que reduz a vigência de permissão para apenas 36 meses. E eu pergunto, tanto a você como aos outros parlamentares, como um permissionário...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Como líder. Sem revisão do orador.) – ... vai financiar um veículo de 400 mil reais em apenas 36 meses? Como esse pai e essa mãe de família vão fazer? Só há 2 alternativas: ou o permissionário vai morrer de fome e vai desistir de trabalhar, ou os nossos filhos vão ser levados para as escolas em carros sucateados. Um ou outro, porque o prazo de concessão é de 36 meses, mas não é o que a lei diz; muito pelo contrário, a lei não estabelece prazo. No art. 6º, § 2º, ela permite a transferência da autorização do permissionário para os seus sucessores em caso de morte ou invalidez. A lei diz o contrário, mas o que está em vigência, hoje, é essa limitação.

Então, eu gostaria de pedir, encarecidamente, a todos os parlamentares desta casa para ajudarmos essa categoria que está aqui para levar os nossos filhos à escola com segurança. Eu gostaria de pedir ajuda ao Takane, do Detran; ao deputado Eduardo Pedrosa; ao nosso secretário Gustavo Rocha, que sempre que é acionado faz o máximo para ajudar e resolver essas questões; e, em especial, ao nosso governador Ibaneis.

É impossível uma pessoa conseguir ficar atenta a simplesmente...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Como líder. Sem revisão do orador.) – ... tudo que acontece no âmbito do Distrito Federal, mas o governador Ibaneis tem sensibilidade. Quando o problema chega à mesa dele, ele corre atrás para resolvê-lo. Eu gostaria muito de pedir ajuda em nome desse sindicato.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Joaquim Roriz Neto.

Quero registrar e agradecer a presença do nosso amigo deputado federal Reginaldo Veras. É um prazer enorme revê-lo nesta casa, sua origem. Obrigado, professor deputado Reginaldo Veras.

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Como líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Cumprimento todas as senhoras e senhores parlamentares, assessoria, pessoal da TV Câmara Distrital e da imprensa que nos acompanha.

Quero cumprimentar todos os servidores públicos que estão na galeria hoje, sem exceção. Não preciso citá-los porque já foram citados. Venho acompanhando 46 categorias, talvez por ser servidor de 2 carreiras – acredito que vocês já saibam que sou auditor fiscal de atividades urbanas e professor da Secretaria de Educação.

Mais uma vez repito: vocês devem ser valorizados sempre, ser respeitados sempre, porque os verdadeiros guardiões do serviço público são os servidores públicos de carreira. Sejam muito bem-vindos a esta casa e contem sempre comigo – tenho certeza de que posso falar isto – e com os 23 deputados da casa. Sejam bem-vindos! (Palmas.)

Há uma situação específica, presidente, de que quero falar novamente: é a respeito dos Avas e dos ACS. São servidores que trabalham na vigilância ambiental. Nós continuamos com a epidemia de dengue. Eu fiz esse anúncio aqui em novembro, depois de ter feito o levantamento técnico – nosso mandato é técnico – na Vigilância Ambiental, na Secretaria de Saúde. Infelizmente, esses servidores não foram convocados em quantidade suficiente para o combate à dengue.

Pensamos que é uma coisa muito simples de se fazer, mas não é. Às vezes, estamos em casa – na Ceilândia, deputado Max Maciel, em Sobradinho – tranquilos e bate à porta um ACS. Você abre e ele fala: “Posso dar uma olhadinha no seu quintal?” Você diz que pode, achando que não há nada. Mas ele vai a um local onde você jamais imaginaria que poderia haver a larva do mosquito da dengue e ali há. Com isso, você passa a ficar alerta na sua casa, deputado Pastor Daniel de Castro.

Esses servidores que batem à porta são importantíssimos! Eles falam: “O senhor olhou a caixa d’água?” Você diz: “Não!” Eles questionam: “Será que a tampa não está aberta?” A pessoa sobe lá, a tampa está aberta e a larva lá está. Então, esses servidores são de suma importância.

Houve uma convocação baixíssima! Tenho certeza de que alguém da galeria ou do plenário conhece pessoas que tiveram dengue. Temos aqui o Deputado Chico Vigilante que saiu há pouco de uma dengue e sabe o que passou – não é, deputado Chico Vigilante? Graças a Deus S.Exa. está aqui, mas ainda há óbitos no Distrito Federal e no Brasil inteiro, deputado Joaquim Roriz Neto.

O maior número de focos está em Brazlândia, Ceilândia, Pôr do Sol e Sol Nascente, mas apenas 6 servidores do último concurso foram convocados para essa região. Apenas 115 servidores do último concurso foram convocados. Isso é muito pouco. Não dá para bater de porta em porta e fazer a orientação necessária.

É claro que temos a ajuda do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar e do Exército, mas nós precisamos de mais servidores efetivos, porque essas pessoas do Exército, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar e de outros órgãos vão trabalhar apenas durante a epidemia. Entretanto, o ciclo da dengue dura todo o ano. Esses ovos muitas vezes ficam guardados e só eclodem quando vem a água. Então, precisamos de servidores públicos – os ACS e os Avas – o mais rápido possível em todas as cidades do Distrito Federal.

Por isso, mais uma vez conclamo que o Governo do Distrito Federal mude. Se for para derrubar o veto da LDO, que derrubemos! A previsão é convocar todos os que passaram no concurso. Ou que o governo mande a mudança para a Câmara Legislativa para que possamos, mais uma vez, alterar a LDO e convocar mais servidores para o combate à dengue, senão isso vai causar um problema grande. A notícia que temos é de que há o quinto vetor. Agora o mosquito não tem só 4 vetores, mas 5. O quinto é africano e ainda não se sabe o que pode causar na nossa população. Por isso, mais uma vez: convocação já dos ACS e dos Avas!

Presidente, para finalizar, gostaria de falar sobre a homologação do concurso dos auditores fiscais de atividades urbanas, carreira da qual faço parte.

Há auditores fiscais com o curso de formação pronto, mas há um déficit de mais de 600 servidores auditores fiscais nas 5 especialidades. Nós fizemos uma indagação ao Tribunal de Contas, mandada pela antiga Seplad. A secretaria não precisava ter parado o concurso, mas entenderam que sim. Agora eles foram notificados, por meio do ofício o Tribunal de Contas, de que já podem fazer a homologação do concurso.

Peço ao secretário Ney que faça a homologação o mais rápido possível e que faça também a convocação desses auditores fiscais, porque eles estão aptos a virem para as fileiras dos servidores públicos do GDF para trabalharem. Estão aí atrás o tempo todo, são servidores já formados e estão prontos. Que essa convocação seja feita logo, porque precisamos desses servidores! Eles estiveram comigo agora e me entregaram uma gama de documentações que vamos enviar hoje ainda à Seplad com a assinatura de todos os servidores que fizeram o curso de formação e que estão aptos a assumir o serviço público como auditores fiscais de atividades urbanas de 5 especialidades. Eles fazem parte da minha carreira.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado João Cardoso.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Presidente, na verdade, desejo fazer um aparte à fala do deputado João Cardoso, porque S.Exa. chamou a atenção sobre uma coisa importante que é preciso revelar para a população. Dos 115 Avas e ACS que foram anunciados, há, na área central de Brasília – Asa Norte, Asa Sul, Cruzeiro, Lago Sul, Vila Planalto, Sudoeste e Octogonal –, 41 nomeados.

Nós não temos problema com a área especificamente. Nós defendemos o acesso ao serviço público para todo mundo. Porém, o problema que chama a atenção é que nós estamos falando de uma área de alto poder aquisitivo, em que a maioria da população tem plano de saúde; e a maior incidência de contágio pela dengue é em Brazlândia, Sol Nascente, Pôr do Sol, Ceilândia – e essas áreas só receberam 6 servidores convocados do último concurso.

Não há equidade na política pública. Há uma área com 41 servidores convocados e uma área de maior incidência com 6. Nós não estamos privilegiando uma ou outra, mas na política pública o que se deve olhar não é a igualdade, é a equidade. É tratar diferente os diferentes. Nós temos uma área com população maior, com mais de 1 milhão de habitantes, com 6 agentes, enquanto outra área com 41. Fica aqui a recomendação de a secretaria nos apresentar o que balizou essa distribuição não equânime. Obviamente faremos um requerimento disso.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Encerram-se os Comunicados de Líderes. O

deputado João Cardoso foi o último a falar. O deputado Fábio Felix pediu, e eu pedi a ele que falasse no Comunicado de Parlamentares, porque nós já encerraríamos com a fala do deputado João Cardoso.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

O primeiro inscrito é o deputado Hermeto. Após, estão inscritos o deputado Roosevelt, deputado Rogério Morro da Cruz, deputado Fábio Félix e depois os demais deputados que pretendem fazer uso da palavra.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente. Boa tarde, meus nobres pares.

Hoje eu vou falar sobre a inelegibilidade do candidato ao Buriti nas últimas eleições. Os ataques que ele fez ao governador Ibaneis foram levianos. Aqui mesmo, neste plenário, ele chamava o governador de corrupto. Muitas vezes, o governador Ibaneis era atacado de todas as formas. O TRE ontem fez justiça, porque ele fez uma campanha que atacava, tentava denigrir a imagem do governador incessantemente.

Por isso, esse candidato, que hoje está no governo federal, ocupa um cargo importante e já está se movimentando para vir candidato de novo, tem que aprender que política se faz com construção, mostrando o que se faz. Não é tentando desmoralizar o outro candidato. Por isso, ele foi condenado por *fake news* pelo TRE.

Ninguém falou nada hoje aqui. V.Exas. sabem que eu não sou extrema-direita, não sou extrema-esquerda, mas eu fico bobo de ver. Se fosse um candidato nosso, estaria sendo massacrado hoje neste plenário. Porém, eu não vejo uma linha de ninguém. Pois bem: esse candidato está inelegível! O governador Ibaneis está aí, reeleito em primeiro turno. Segurou os ataques e foi afrontado de todas as formas por esse candidato. Um candidato que não media as palavras – não as media, deputado Chico Vigilante.

Quantas e quantas vezes, quando era deputado distrital, ele chamava o governador de corrupto porque havia uma operação em uma secretaria tal, como se o governador fosse responsável pelo que faz qualquer um em uma secretaria, em uma administração regional. Do tamanho que é o governo, cada um que responda pela sua responsabilidade.

Então, candidato, V.Exa. está inelegível pelo TRE do Distrito Federal. Suas afrontas, seu nariz de Pinóquio... Ele fantasiou o governador de Pinóquio, com total desrespeito ao governador Ibaneis Rocha. Hoje, ele colhe a condenação dele. Vergonha. Vergonha para ele.

Eu tive, como líder do governo, vários embates com esse candidato, que era deputado distrital. Às vezes, eu até pedia para ele: "Meça as palavras, deputado. Você está acusando o governador de uma coisa que ele não é. Ele nunca foi condenado a nada para ser chamado de corrupto, de mentiroso." Ele o chamava assim mesmo. E fez isso na campanha.

Ele tentou, de todas as formas, ganhar notoriedade, ir para o segundo turno fazendo uma campanha para destruir totalmente o outro candidato. Está aí a resposta. Agora que ele se movimenta e vá ao TSE para tentar reverter essa posição. Porém, hoje ele é inelegível. Essa palavra enche a boca de muita gente. Inelegível. Hoje, eu não vejo ninguém falar nada do candidato que era da esquerda e que foi candidato contra o governador. Eu digo: você é inelegível hoje.

Esse é o meu desabafo, porque tive muitos embates com esse candidato nesta casa quando ele era deputado.

Outra coisa, estive com o governador hoje, juntamente com a nossa comandante-geral. Levamos algumas propostas para tentar melhorar algumas coisas para a nossa corporação. Quero agradecer o empenho da nossa comandante-geral da PM, coronel Ana Paula, que tem trabalhado muito pelo bem da nossa instituição.

Levamos a ele um estudo – o governador ficou de analisá-lo, não há nada certo ainda – para tentar contratar novos policiais que estão na reserva. Nós não temos orçamento ainda. Fizemos um estudo do que podemos fazer. Se Deus quiser, vai dar certo, mas não há nada definido ainda. Vamos tentar buscar orçamento, tentar melhorar isso.

Aos nossos concursados que eu estou acompanhando, no domingo, eles fizeram o psicotécnico. São 3.400, deputado Roosevelt, que estão nessa peleja. No domingo, eles fizeram a última etapa, que

foi o psicotécnico, e hoje estão entregando os exames médicos. Estou acompanhando vocês todos. Se Deus quiser, nós vamos ter um curso de formação com 1.000, 1.200 policiais.

Hoje, eu conversei com a coronel Ana Paula, junto com o secretário de segurança, para que tenhamos um espaço maior, porque, deputado Roosevelt, nós vamos ter 30% de mulheres pela primeira vez. Então, nós precisamos adequar as instalações do Cepom com banheiros, vestiários, para que possamos receber as nossas mulheres, deputado Chico Vigilante. Estivemos com o governador...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – ... e mostramos a ele essa necessidade. Vamos buscar o orçamento agora em março, mês em que se abre a janela desse remanejamento no Congresso Nacional, para que possamos ter o dinheiro para contratar os 1.000, 1.200 policiais este ano e no ano que vem também.

São muitos trabalhos, muitas dificuldades, porém estamos trabalhando diuturnamente, buscando sempre equacionar a situação do efetivo da corporação, que realmente está muito difícil, deputado Chico Vigilante – muito difícil.

Governos que passaram não perceberam uma forma de recompor o efetivo anualmente, e hoje nós sofremos na pele.

Muito obrigado, presidente, pelo tempo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Hermeto. Parabenizo-o pela ação em favor dos policiais da reserva. Isso é importante – viu, deputado Hermeto? –, porque traz para a corporação policiais já experimentados que podem ajudar no combate à violência.

Concedo a palavra ao deputado Roosevelt.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos e a todas. O que me traz à tribuna nesta tarde é a pauta do Supremo Tribunal Federal de amanhã, que prevê o enfrentamento de um recurso extraordinário que visa à possibilidade de declaração de inconstitucionalidade das penas previstas para os usuários de drogas. Essas penas estão descritas na Lei nº 11.343/2006, no seu art. 28, senhor presidente. E, na verdade, quando vamos verificar a lei, já são um grande engodo as penas previstas nessa lei tão conhecida como a Lei Antidrogas.

A pena prevista é a pena de prestação de serviço à comunidade. Lá diz também que essa pena é de, no máximo, 5 meses. Havendo reincidência, pode-se chegar a 10 meses. Se o usuário descumprir essa pena reiteradas vezes e for preso ou pego fazendo uso de drogas, deputado Pastor Daniel de Castro, ele poderá, por parte do agente, por parte da autoridade judiciária, ser admoestado verbalmente. Meu Deus do céu! Aí, sim, essa é uma pena grave – muitos aqui devem imaginar, não é? Mas admoestação verbal nada mais é do que uma bronca! É uma bronca!

Essa bronca concretiza uma afronta à população brasileira de bem, que sai cedo de casa para trabalhar, que trabalha de forma árdua para criar os seus filhos longe da criminalidade, longe das drogas. Quantas são as famílias hoje que estão dilaceradas por conta de terem os seus filhos, seus entes queridos, perdidos para a droga – essa desgraça familiar – seja por meio da *overdose*, seja por meio de seus filhos que estão bem encaminhados serem vítimas do tráfico, serem vítimas do crime produzido pela droga!

Alguns dirão: “Mas, deputado Roosevelt, existem vários países que descriminalizaram e legalizaram a droga”. Hoje, nenhum deles apresenta números que nos convençam a caminharmos nesse sentido.

Vou pegar como exemplo, presidente deputado Wellington Luiz, o estado de Óregon, nos Estados Unidos, que agora, dias atrás, retroagiu. O parlamento do estado voltou a criminalizar o uso de drogas. À época, os especialistas defenderam que a legalização iria diminuir o crime e que iria, inclusive, diminuir o consumo. Ledo engano, aumentou drasticamente. O número de *overdoses* chegou a aumentar mais de 30%, e agora o parlamento de lá retroagiu nesse sentido. O projeto, agora aprovado, caminha para a governadora realizar a sua avaliação: sanção ou veto.

Qual a chance de isso dar certo no nosso país? Um colega me indagou, dizendo o seguinte: “Roosevelt, o que me preocupa é que esse processo, ao ser analisado no Supremo Tribunal Federal, visa à descriminalização”. Ou seja, nem essas penas ridículas que eu listei existirão mais, e o temor dele é caminharmos para a legalização. O que seria a legalização? Seria termos um ciclo completo legalizado no país: produção, comercialização e uso. Aí, eu me atrevi a dizer o seguinte: “Não se

preocupe, nós não iremos legalizar o comércio de drogas no nosso país”.

Sabe por que, deputado Wellington Luiz, nós não iremos legalizar? V.Exa., que é policial, vai compreender muito bem o que vou acabar de dizer aqui, neste momento. Porque, se legalizarmos as drogas, qualquer pessoa poderá empreender nesse segmento devasto. Poderão abrir uma loja e vender a droga.

E as organizações criminosas, que estão totalmente embrenhadas dentro do poder público, com certeza falaram: “Não. Aí, não! Essa reserva de mercado é nossa. Só nós traficantes queremos vender a droga. Se você legalizar, qualquer um vai poder empreender e vai ficar cara demais, porque eu vou ter que pagar impostos. Então, deixe como está. Nós estamos protegidos aqui no morro. Ninguém mexe conosco e, aqui e acolá, nos soltam. Inclusive de presídios federais.”

(Soa a campainha.)

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – E aqui eu cumprimento os nossos policiais penais, que fazem um belo trabalho e, de antemão, podem contar com o nosso apoio.

Está claro. Não se preocupem! Não haverá legalização em nosso país por conta de uma reserva de mercado. Só os traficantes poderão vender a droga, mas todos poderão consumir. Olha, que lindo, gente!

As senhoras e os senhores já perceberam essa artimanha? Isso nos assusta. Nós pessoas de bem, que desenhamos um país melhor, uma cidade, um Distrito Federal melhor para criarmos nossos filhos, não podemos admitir isso.

Dessa forma, deixo clara a minha posição contra a descriminalização das drogas no país e vou na contramão. Faço um apelo ao Congresso, para que reaja. Esse processo caminha no Supremo Tribunal Federal já há mais de 1 década. O congresso tem que, de forma imediata, aprovar um projeto não só deixando clara a criminalização do uso de drogas, mas majorando as penas também, para que fique claro que a sociedade brasileira de bem não coaduna com esse tipo de comportamento na nossa cidade.

Obrigado a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado. Parabéns, deputado Roosevelt, pela importante abordagem. Trata-se de um tema extremamente sensível. Precisamos ter muito cuidado com o que faremos do nosso país.

Convido, para fazer uso da palavra, o nobre deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Sem partido. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, galeria, jornalistas, nesta oportunidade, venho falar sobre um fato lamentável ocorrido nessa última segunda-feira, no Centro Educacional São José, em São Sebastião. Um adolescente de 15 anos, portando 2 facas, feriu 5 pessoas: 3 colegas, 1 monitora e 1 professor.

Graças a Deus, o ocorrido não se transformou em uma tragédia em se tratando de perda de vidas, mas confirma um problema seriíssimo vivenciado em nossas escolas, qual seja, a violência.

É necessário, senhor presidente, a adoção urgente de políticas públicas de combate à violência em nossos estabelecimentos de ensino, visto que têm se transformado em acontecimentos constantes as denúncias e agressões entre alunos e, muitas vezes, até contra os educadores. Essas agressões, em sua maioria, são praticadas pelos próprios estudantes, o que reputamos preocupante sob todos os aspectos.

Sou autor de 2 projetos de lei que tramitam nesta casa que buscam contribuir para atenuar a violência no ambiente escolar. O primeiro deles, senhor presidente, é o Projeto de Lei nº 274/2023, que busca instituir o Protocolo Nossa Escola Segura e criar o selo Escola pela Paz como estratégia para prevenir e enfrentar a violência nas escolas do Distrito Federal. O objetivo principal é estabelecer um ambiente escolar seguro, envolvendo alunos, pais, professores e a comunidade na elaboração de planos e ação em reposta a emergências, inspirado num programa bem-sucedido, implementado em escolas municipais de ensino fundamental pela Universidade Estadual de Campinas.

Também temos o Projeto de Lei nº 552/2023, que visa a introduzir a obrigatoriedade ao estabelecimento de ensino de oferecer serviço gratuito de atendimento, denominado Disk-Bullying, que permite a recepção de denúncias relacionadas ao *bullying* por meio de linhas telefônicas ou outros meios digitais.

Não podemos deixar, presidente, de observar que o adolescente agressor, em seu depoimento, disse que há tempo vinha sendo vítima de *bullying* na escola e que, por isso, reagiu e o fez da pior maneira possível. Por isso, defendo as proposições de minha autoria, as quais, como eu disse, buscam levar paz e segurança às unidades escolares.

Por fim, quero me solidarizar com as vítimas do ataque e seus familiares, colocando-me à disposição para o que for preciso, justamente porque acredito no valor de cada vida. Que Deus os abençoe!

Por se tratar de segurança, quero aqui me colocar à disposição, presidente. O senhor defende essa categoria, que realmente faz um papel de suma importância. Eu me coloco à disposição da Polícia Penal do Distrito Federal, que faz um trabalho de suma importância. (Palmas.)

Quero também deixar o meu abraço a todos da Defensoria Pública e da PGDF. Conte com o nosso mandato. Paz nas escolas.

Muito obrigado pela oportunidade, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Rogério Morro da Cruz. Nosso abraço aos familiares desses estudantes. Houve uma situação extrema, bem delicada.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix nos Comunicados de Parlamentares.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Após o deputado Fábio Félix, vou consultar se mais algum deputado ainda quer falar. Se não houver, encerrarei os Comunicados de Parlamentares e entraremos na Ordem do Dia. O projeto de vocês é o primeiro da pauta.

Enquanto o deputado estiver fazendo uso da palavra, eu gostaria que respeitassem a palavra do parlamentar.

Concedo a palavra ao nobre deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente.

Boa tarde, colegas, deputados e deputadas, servidores da casa, imprensa que acompanha a sessão.

Saúdo todos os servidores públicos que estão hoje na galeria da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Eu já deixo aqui o nosso compromisso de votar favoravelmente ao projeto de reajuste da Polícia Penal e de votar hoje a alteração na LDO, para que tenhamos condições de votar o reajuste da assistência social, conquistado depois de uma luta importante, e a autorização de concurso público para mais de mil vagas na assistência social – isso também vai ser autorizado na LDO de hoje.

Faço uma saudação também aos trabalhadores da Defensoria Pública e aos da carreira de apoio às atividades jurídicas. Quero dizer-lhes que sabemos da importância do trabalho que vocês fazem hoje no Distrito Federal.

Lamentamos muito que o Governo do Distrito Federal tenha abandonado tanto a carreira de apoio da Procuradoria-Geral quanto a dos analistas da Defensoria Pública no processo de reajuste salarial do final do ano passado. Contem com o nosso apoio e suporte nesta casa. O governo precisa fazer justiça, já que tanto procuradores quanto defensores tiveram o aumento garantido. É um absurdo que as carreiras de apoio, que são estruturantes, não tenham tido reunião ou propostas por parte do Governo do Distrito Federal.

Pessoal, quero tratar de 2 temas que acho que têm uma importância grande. Primeiro, me parece que, para o debate sobre a política de drogas, que inclusive foi feito por um parlamentar que me antecedeu, a hipocrisia é um tanto quanto viciante do ponto de vista social. Ela é viciante porque trata a política de drogas de forma altamente artificial, sem nenhum dado científico, sem ouvir especialista, sem olhar a realidade. A hipocrisia se generalizou. Ela é fácil e, às vezes, dá até voto, porque o povo vota. É discurso fácil que se faz em relação à política de drogas. Temos visto isso.

Vamos aos fatos. As drogas já são liberadas no Brasil para quem é rico e classe média. Ou alguém já viu batida policial para pegar beque no Lago Sul, maconha na Asa Norte, na Asa Sul? Não pega. Os filhos da classe média alta e dos ricos já usam drogas à vontade neste país. Essa é a realidade. A questão das drogas hoje é uma questão de classe social. Não ajamos com hipocrisia.

O álcool, muito utilizado por muita gente na sociedade, é uma droga! Ele é uma droga que tem

consequência para a saúde mental e para a violência. O que acontece? Ele é regulamentado. Sendo o álcool uma droga regulamentada e não se criminalizando o usuário, o álcool tem tratamento, tem atendimento no Caps. É assim que acontece. Quando enfrentamos um problema sem hipocrisia, trabalhamos com um dado de realidade. Esse é o fato.

Não conseguimos tratar hoje, no Brasil, as pessoas que fazem uso problemático de drogas porque é criminalizado o uso. As pessoas não buscam os serviços de saúde. Não há serviço de saúde adequado para esse tipo de prática. A solução não é a criminalização.

Aqui estão os policiais penais. Em 1990, havia 90 mil presos no Brasil. Em 2022 já tínhamos mais de 800 mil presos. Não resolvemos o problema da segurança pública. Isso é real. Não resolvemos o problema da segurança pública porque só vamos enfrentá-lo com um mínimo de seriedade, e não com hipocrisia, e não com discurso fácil.

Há vários países que fizeram a regulamentação. Hoje a droga é liberada no Brasil. Quando você legaliza a droga, você põe limite nela, cria serviço público que olha no olho, cria diálogo com o usuário, sim, porque nem todo usuário é criminoso. Até porque todo mundo conhece alguém, presidente – vamos ser francos –, que faz uso recreativo de droga e não comete crime. Todo mundo conhece alguém. Não vamos ser hipócritas. Essa é a realidade.

A política de drogas hoje no Brasil é só o quê? Seletiva. Ela só prende um segmento da população, deputado – essa é a realidade –, porque não há batida no Lago Sul, no Lago Norte. Os filhos da classe média alta, os filhos de parlamentares, de empresários estão protegidos para fazer uso com muita tranquilidade. Essa é a realidade brasileira.

O que o Supremo Tribunal Federal quer fazer é encarar um debate com seriedade. Peguem a experiência do Uruguai, que legalizou, aqui do lado, e onde diminuiu o uso de drogas. Peguem a experiência de Portugal, peguem várias experiências que existem no mundo. Façamos um debate real sobre o tema da regulamentação do uso de drogas e de como se tratam os usuários no país. Essa é a realidade. Eu prefiro fazer o debate real.

Há gente que vai querer superlotar mais ainda o sistema prisional. Não vejo isso como solução, porque acho que o mínimo de racionalidade, cientificidade nessa temática é o que a população espera do parlamento. É isso.

Não importa se é do PL, não importa se é do PSOL, não importa se é do Centrão.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Vamos nos sentar e fazer um debate sério sobre drogas.

Esse foi o primeiro tema de que eu queria tratar. Acho importante que todo mundo o escute com um mínimo de generosidade, de cuidado, porque sabemos que a discussão tem que ser feita com qualidade política e com qualidade técnica nesta casa.

O segundo tema que eu queria tratar é em respeito ao meu colega da última legislatura, o ex-deputado distrital Leandro Grass. Todos os servidores da casa acompanharam o deputado distrital, um deputado, presidente deputado Wellington Luiz, fundamental para esta casa. Ele era um deputado que sabia de todos os assuntos, era um deputado que tinha qualidade de debate e que conhecia Brasília como ninguém. Ele se dedicava a esta casa e tinha uma agenda inexplicável, atuando em escolas, na saúde, na segurança pública, em muitas pautas.

Vejam, gente, não importa a bandeira ideológica, o partido político: todo mundo aqui respeitava o ex-deputado distrital Leandro Grass pela sua seriedade, pela sua honestidade, pelo seu trabalho justo nesta casa. Ele respeitava os servidores públicos, fez uma oposição dura ao governador Ibaneis, mas uma oposição política ao governador Ibaneis.

Ele teve a coragem, como temos tido também, de denunciar que o governador disse na campanha – e assinou um termo que assegurava isso – que ele não privatizaria a CEB, e privatizou! Ele teve coragem de dizer que o governador disse na campanha que não ampliaria o Iges-DF, e ampliou! Ele teve coragem de dizer na campanha as promessas descumpridas de Ibaneis. Outra coisa que ele disse – vamos ter senso de realidade! –, na propaganda de TV é que Ibaneis apoiava Bolsonaro. Isso não era mentira. Quem declarava isso era o próprio Ibaneis Rocha. Essa é a realidade!

Sinto hoje, com todo o respeito – porque respeito muito decisão judicial, deputado Chico Vigilante –, uma injustiça enorme com o ex-deputado distrital Leandro Grass.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Não sei se ele quer, presidente, concorrer a cargo eletivo, não sei se ele vai concorrer a cargo eletivo. Espero que ele concorra, porque ele tem uma qualidade enorme. Não tenho dúvida de que ele vai reverter essa decisão no Tribunal Superior Eleitoral, porque é uma decisão que gera um estranhamento na sociedade.

Se observarmos os comentários – sobre a falta de qualidade, o conteúdo em relação aos temas relacionados ao ex-deputado distrital Leandro Grass, a qualidade que ele dedicou a esta casa e a crítica sempre na política que ele fez nesta casa –, vemos que é uma decisão muito estranha, assim como a forma como ela foi tomada.

Deixo aqui hoje o meu recado de respeito ao ex-deputado Leandro Grass. Quero dizer a ele que conte com o PSOL na luta para que esse processo seja revertido no Tribunal Superior Eleitoral.

Muito obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Antes de encerrar os Comunicados de Parlamentares, obviamente, pergunto se há quem queira fazer uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO ROOSEVELT – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente.

O nobre colega que nos antecedeu falou sobre a hipocrisia da minha fala no que se refere à falta de pesquisa científica. Pelo amor de Deus! As famílias estão sendo dilaceradas, as pessoas estão morrendo na rua por causa da *overdose* no uso de drogas!

É verdade: não são todos que fazem uso de entorpecentes que praticam os crimes clássicos que conhecemos de roubo, furto, homicídio, mas, para aquela droga chegar na mão desse usuário de bem, quantas pessoas morreram no transporte dela, na produção dela, nas rixas de bocas de fumo? Não podemos nos esquecer disso também.

O nobre colega também se lembrou do Uruguai, e eu havia me esquecido de citar esse país. No Uruguai, é legalizado o uso de drogas: 5 gramas a 12 dólares, deputado Pastor Daniel de Castro. Realmente, é um assunto entre elites, entre classes.

Cinco gramas a 12 dólares. Só quem consegue comprar a droga legalizada no Uruguai é a elite daquele país. O desfavorecido, que não tem esse recurso, deputado Hermeto, vai comprar a droga onde? Na ilegalidade. Olhem o tráfico novamente funcionando!

A esquerda mais uma vez pratica aquilo que está no artigo primeiro do estatuto deles: “Acuse os outros daquilo que você pratica”.

Obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Roosevelt.

DEPUTADO HERMETO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu queria falar para o deputado Fábio Félix – meu amigo mesmo, gosto muito dele – que eu fui líder do governo durante 2 anos aqui e tive vários embates com o ex-deputado Leandro Grass, que eu respeito. Ele é uma pessoa inteligente, não tenho nada contra ele. Porém, todas as vezes, deputado Ricardo Vale, em que havia uma operação em Brasília por qualquer motivo – um secretário que pulou fora, ou sei lá o que aconteceu –, ele ia à tribuna e chamava o governador de corrupto. Não foi só uma vez, foram várias.

Se ele foi condenado por *fake news*, não foi porque ele disse que o governador não cumpriu as promessas. Vamos deixar de hipocrisia! Todos nós, políticos, fazemos promessas, porém, muitas vezes, chegamos ao final do mandato e, seja pela estagnação da máquina, seja por intempéries da vida, não conseguimos cumprir todas as promessas. Mostre-me um governador que passou pelo Distrito Federal e cumpriu todas as promessas! Não há nenhum – nenhum! Então, todos que não cumpriram uma promessa serão atacados de todas as formas?

Nobre deputado Fábio Félix, que eu admiro muito, ele foi condenado porque foi para as redes sociais. Ele foi para uma campanha de denegrir a imagem do governador chamando-o de corrupto,

vestindo-o de Pinóquio, ridicularizando-o. Ele não só falou que o governador não cumpriu as promessas. Se ele falasse só isso, ele não teria sido condenado.

Portanto, deixe isso claro. Está certo, presidente?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Hermeto.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, obrigado. Trata-se de uma solicitação de uso da palavra, porque este assunto, para mim, é muito caro.

Além de pastor, sou advogado. Exerci a minha profissão por 15 anos. No escritório, minha maior atuação era no direito criminal. Deus me deu a graça de ser formado pela Academia de Polícia Civil, no curso de agente da Polícia Civil, que V.Exa. ajudou tanto que eu pudesse fazer, e lá eu aprendi muita coisa.

Presidente, a Lei das Drogas tem como objetividade jurídica a tutela da saúde pública. No tocante à descriminalização do uso das drogas, isso seria causa para a sua disseminação descontrolada, prejudicial à sociedade. Eis que haverá também, presidente, um aumento do número de dependentes, sobrecarregando, inclusive, o sistema de saúde. Só sabe o que é a droga quem tem alguém na família que usa droga. Eu estou imaginando que vai nascer no Brasil uma nova função: o traficante será um MEI, microempreendedor individual vendedor de maconha. Quem vai vender? Quem vai fiscalizar?

Presidente, V.Exa. sabe quem serão os beneficiados? Os grandes traficantes de droga. V.Exa. sabe quem serão os prejudicados? As famílias. Eu dei entrevista para o Toni do Radar e falei sobre isso. Eu acho, particularmente, uma insanidade do Supremo Tribunal Federal se imiscuir em uma atitude que não é dele. Essa voz é do parlamento. O parlamento é a maior representatividade do povo, e é do povo que emana todo o poder. Eu entendo que deveria ser consultada a sociedade brasileira. Façam uma consulta pública e vejam o que a população brasileira quer, vejam se as famílias querem.

Eu estava vindo para cá hoje quando recebi, depois da entrevista que eu dei, a mensagem de uma mãe: “Meu coração dilacerado, meu filho começou usando maconha; hoje eu não tenho controle sobre ele; me ajuda, pastor”. Sabe por que essa mãe me pediu ajuda, presidente? Porque não há quem faça esse trabalho assim como as igrejas fazem. Nós bancamos casa de recuperação. Vá a essas casas e verifique como quem está lá começou. Começou com o uso da maconha! Eu me assusto... a não ser que o Estado vá colocar, nos botecos vendedores de maconha, policial lá dentro – só pode ser – para inibir o traficante.

Então, na verdade, isso é uma falácia. Nós estamos prejudicando o Estado brasileiro ao descriminalizarmos o uso da droga. O uso da droga não deveria ser nem tema do Supremo Tribunal Federal, e o Congresso deveria ter a capacidade, a hombridade de se levantar, dar um basta e dizer “não!”, dizer: “Nós somos a expressão da população e nós vamos fazer uma consulta pública, vamos votar e dizer o que a população acha”.

Pergunte se a população quer isso. Ela não quer isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – A deputada Dayse Amarilio terá de sair. Depois eu vou pedir para pararmos com as questões de ordens, senão vai virar um debate.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Presidente, não vou entrar mais no debate, minhas posições eu já coloquei. Eu só queria deixar um exemplo, porque, às vezes, a verdade já está tão cristalizada na mente das pessoas, que não há discussão possível sobre o tema.

Eu também não vou me esforçar mais, porque há muito que ser feito, há outros debates que precisamos fazer, mas um dos países mais conhecidos pelo controle rígido de drogas e criminalização, hoje, no mundo, é a Suécia. É um dos mais rígidos e hoje é um dos que tem a taxa mais alta de mortalidade de usuários e de uso de drogas. Esse é o dado da Suécia, nós estamos falando sobre um dado altíssimo, o número de mortes relacionadas ao uso de drogas por milhão de habitantes foi 8,5 vezes maior que Portugal, onde a droga é legalizada e regulamentada.

Deixo só esse dado para reflexão. Quem é contra as drogas, do meu ponto de vista, precisa ser

a favor da regulamentação, porque, do jeito como as coisas estão hoje, a droga está liberada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Ouviremos a deputada Dayse Amarilio, depois o deputado Pepa e deputado Chico Vigilante, porque o pessoal está aguardando há muito tempo, seria importante que iniciássemos as votações.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, presidente. Boa tarde a todos e a todas. Algumas pessoas já estão na galeria ansiosas. É sempre bom votar um projeto sobre reestruturação de carreira de servidores. Estou muito feliz em estar aqui com os agentes penais, para votar o projeto. O pessoal do Sindsasc já está ali. Passamos na assembleia dos agentes comunitários de saúde.

Presidente, eu tenho falado disto há algum tempo. Infelizmente, nesta semana, perdemos 1 criança de 8 meses, que estava com dengue e com Covid. A equipe está muito abalada, deputado Joaquim Roriz Neto. Recebi uma mensagem da equipe, que está muito abalada.

Nós estamos realmente vivendo uma epidemia, mas há a questão das portas de entrada. Tenho falado muito isso aqui. A criança chegou a passar por alguns serviços. Isso mostra a dificuldade da falta de comunicação entre os sistemas e das portas de entrada. Precisamos pensar em um projeto para a saúde de Brasília, independentemente do grupo político que esteja no governo. A saúde, realmente, está muito sensível.

Já puxo o gancho para falar de algumas nomeações. Estive com os administradores, contadores e analistas, os chamados especialistas em saúde. Hoje, são 59 analistas de sistemas. São poucos administradores para a secretaria inteira, e o concurso vencerá em abril.

Então, faço um apelo. Saúde não se faz só com a área-fim, na qual o déficit também é muito grande. Faz-se saúde com a área-meio, também. Perdemos muito com a desidratação desses serviços e com a falta de pessoas que poderiam estar somando muito.

Estamos também lutando pela nomeação dos enfermeiros e dos agentes comunitários. Houve alguns chamamentos. Foram poucos, mas foi um esforço. Venho agradecer ao Governo do Distrito Federal por ter chamado servidores, mas também ratificar a necessidade de mais nomeações.

Presidente, faço um apelo a esta casa. No final do ano, ficamos até meia-noite, 1 hora da manhã, brigando sobre a derrubada dos vetos no Anexo IV. Até agora, não temos nenhuma sinalização da derrubada dos vetos, para que possamos ter mais autorização para chamamentos e mais nomeações.

Outra categoria que eu queria destacar é a PPGG. O concurso foi homologado em 2023, e, até agora, não foi nomeado nenhum servidor. Nenhum! São pessoas preparadas para trabalhar em gestão e que poderiam estar em diversas secretarias, administrações e instituições, fazendo a diferença na parte administrativa e de gestão.

Eu queria também falar de 2 categorias, além da minha, a enfermagem, que precisa ser mais reconhecida, com certeza. Os técnicos tiveram uma reestruturação, mas não tiveram aumento de remuneração. Os enfermeiros podem fazer muito mais pela saúde do Distrito Federal e sonham com a nossa reestruturação e equiparação.

Presidente, solicito a apreciação do Projeto de Lei nº 975/2024, que reestrutura a LDO, numa rubrica que autoriza o Governo do Distrito Federal a encaminhar, como já negociado, a reestruturação da carreira e o novo concurso para o pessoal da assistência social.

Faço esse pedido porque essa categoria negociou com o governo de maneira respeitosa numa mesa de negociação. Peço que essa autorização seja votada. Se votarmos essa autorização, já poderemos receber o projeto de lei. Ficarei muito feliz com o encaminhamento para votarmos essa matéria, também.

Faço também um pedido pelos agentes comunitários de saúde. Eles lotaram o auditório da Câmara: mais de 800 agentes comunitários de saúde. Nós temos uma negociação com a casa civil, com a vice-governadoria, com o próprio governador Ibaneis, que ficou de fazer o impacto disso e encaminhar. Foi dada a proposta hoje. Eu não sei o que decidiram na assembleia, mas eles fizeram um acordo, aceitando que o projeto viesse também. Eu acho que vai ser muito importante para a saúde do Distrito Federal valorizarmos o agente comunitário de saúde também.

Obrigada, presidente.

Quero convocar, convidar todos os servidores, todas as mulheres, os homens do Distrito Federal, para a primeira semana legislativa da mulher no Distrito Federal, que vai acontecer entre os dias 18 e 22, aqui na Câmara Legislativa, com muitas proposições, com muita coisa para toda a população do Distrito Federal e para os servidores também.

Eu já faço aqui um desafio: o gabinete que mais participar, que for mais ativo – inclusive, com a participação dos homens, porque haverá palestras para os homens – vai ganhar um brinde. Nós vamos fazer uma gincana e veremos quem vai ganhar. Eu perdi, na festa junina, para o gabinete de V.Exa., que foi o gabinete mais ornamentado, mas eu não quero perder em relação a isso.

Portanto, convoco todos os deputados a estimular os servidores a participar também dessa semana.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Dayse Amarílio. Parabéns pela iniciativa da semana. Desejo que V.Exa. perca de novo para mim. São meus sinceros desejos.

Concedo a palavra ao deputado Pepa. Depois passarei a palavra ao deputado Chico Vigilante. O deputado Pepa havia pedido primeiro, deputado Chico Vigilante. Na sequência, será V.Exa. Se todos concordarem, encerrarei os Comunicados de Parlamentares e darei início à Ordem do Dia com projetos de extrema importância.

DEPUTADO PEPA (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Exmo. Sr. presidente, deputado Wellington Luiz, quero parabenizá-lo, porque juntos prestamos uma homenagem à nossa vice-governadora, Celina Leão. Esta casa estava bonita! A mulher tem prestígio, viu, Roosevelt? *Show demais, graças a Deus!* Meus colegas aqui do parlamento, ocupantes da galeria, policiais penais, um abraço! Estamos juntos, viu? (Palmas.)

Quero mandar um abraço para o Uirá, para a Tati, meus sobrinhos, que são de carreira da Polícia Penal, que merece todo o respeito. (Palmas.)

Servidores da Defensoria Pública, vamos para a luta. Estamos aqui justamente para dar toda a atenção a vocês.

Eu quero falar em especial aos servidores da assistência social.

Quero registrar aqui a presença da secretária adjunta Renata, porque secretária que acompanha servidores aqui na Câmara na reivindicação de suas pautas, merece respeito. Obrigado, Renata, pela sua presença.

Hoje eu estou muito feliz aqui, presidente. Muito feliz, porque a pauta hoje foi o Distrito Federal. Hoje não falamos sobre o Hamas, não falamos sobre Israel, não entramos nessa questão. Hoje aqui foi DF raiz, assunto do nosso dia a dia. Esta casa está amadurecendo bem. Isso é muito bom.

Inicialmente, eu me solidarizo com as vítimas do agressor, do rapaz de 15 anos de São Sebastião. deputado Rogério Morro da Cruz, somos deputados de cidade raiz mesmo e me solidarizo em seu nome e em nome de toda a comunidade escolar de São Sebastião, que precisa de segurança, de fato.

Outro assunto que venho trazer é que nesta casa vejo muitos falarem que o governador Ibaneis só faz viaduto, que o governador Ibaneis só faz obras. Que bom, presidente, que temos um governador que resolve o problema do trânsito no Distrito Federal e se preocupa com essa questão.

Vocês que estão há mais tempo nesta casa e discutem há décadas com nossas autoridades eclesiais sabem que era aguardada uma sinalização positiva para que fosse, de fato, dado um encaminhamento correto ao processo licitatório para regularização dos tempos religiosos do Distrito Federal. Hoje isso foi feito em uma solenidade no Palácio do Buriti. Há quanto tempo, deputado Pastor Daniel de Castro, esse assunto era debatido nesta casa? Há quantos anos ele estava sendo debatido? Hoje um direcionamento foi dado em uma sessão em que todas as religiões estavam unidas. Todas: evangélicas, católicas, de matrizes africanas. Eu nunca tinha visto uma solenidade assim ser reconhecida e abraçada no Palácio do Buriti. Parabéns, governador Ibaneis. Parabéns, Terracap e todos os envolvidos, porque isso se fazia necessário.

Por fim, peço a vocês, meus amigos: estamos entrando em mais uma Via Sacra. Ajudem-nos a realizar a Via Sacra ao vivo em Planaltina.

Muito obrigado. Que Deus nos abençoe. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Pepa. Já fizemos um compromisso e vamos contribuir com a Via Sacra, que é extremamente importante. V.Exa. tem o apoio do nosso gabinete. Essa é uma iniciativa extremamente importante para toda a população do Distrito Federal, mas, em especial, para nós, católicos.

Muito obrigado, deputado.

Concedo a palavra ao nobre deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente, serei breve porque quero votar. (Palmas.)

Mas algumas coisas precisam ser ditas. Foi falado aqui do processo contra o ex-deputado Leandro Grass. É muito estranho esse processo, deputado Wellington Luiz. O Leandro estava ganhando de 5 a 0. Veja V.Exa.: 5 desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral já tinham votado a favor do Leandro dizendo que o processo não procedia. Uma desembargadora do TRE que, por acaso, foi repreendida pelo Conselho Nacional de Justiça, pediu vista do processo, pediu vista do processo. E quando ela voltou com a vista do processo, ela convenceu mais 3 desembargadores que haviam votado a favor do Leandro, e esses 3 desembargadores votaram junto com ela, e deu 4 a 2.

O Leandro está recorrendo. Eu tenho certeza absoluta de que ele vai ganhar no Tribunal Superior Eleitoral, porque o processo é mal feito, está mal engendrado. Dizem que não se discute decisão judicial, mas eu discuto. Qualquer um de nós que tivesse passado por um processo desse estaria dizendo que é injusto.

Portanto, ele está recorrendo e vai ganhar no Tribunal Superior Eleitoral, eu tenho certeza disso. Eu conversava há pouco com meus colegas e dizia como é injusta a decisão que foi tomada pelo tribunal. O Leandro vai sair fortalecido desse processo, porque, quando a decisão é injusta, o paciente sai fortalecido.

Portanto, o Leandro tem todo o meu apoio e toda a minha solidariedade em função dessa injustiça que está sendo praticada contra ele.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. presidente. Eu serei breve, porque estou querendo votar o projeto dos policiais penais. (Palmas.)

Eu não poderia deixar de me solidarizar também com o ex-deputado Leandro Grass, uma pessoa que eu conheço muito bem. Um jovem, uma pessoa que tem um futuro brilhante na política; que exerceu um excelente mandato nesta casa, que representou muito bem, na campanha eleitoral, um campo político de esquerda, de centro-esquerda nesta cidade.

Sabemos que, durante as eleições, os nervos se acirram, as coordenações de campanha orientam os candidatos. Acontecem ações judiciais para tudo quanto é lado. Eu vi a campanha do governador Ibaneis conseguir tirar várias publicidades do candidato Leandro Grass. E vi também o contrário, vi a coordenação de campanha do Leandro Grass conseguir na justiça tirar várias propagandas do governo Ibaneis.

Portanto, eu achei muito esquisita, muito estranha essa decisão do TRE. Ainda mais acusar o Leandro Grass de *fake news*. Sabemos quem é que faz *fake news* neste país. Geralmente, quem produz *fake news* neste país é a extrema-direita. Nós tivemos inclusive um ex-presidente, que hoje está inelegível, porque usou esse método de *fake news* o tempo inteiro. Mentindo, mentindo, mentindo, mentindo.

Então, felizmente, o processo está na 1ª instância. O Leandro Grass irá recorrer, e eu tenho certeza de que no TSE ele irá reverter essa decisão porque eu o conheço e sei que o que aconteceu ali foi um processo natural de uma campanha acirrada, onde o Leandro quase foi para o 2º turno. Quase, faltou um pouquinho de votos. E é natural que aconteça esse tipo de coisa.

Então, fica aqui a minha solidariedade, eu confio no Leonardo Grass, sei que ele sairá dessa e continuará a ajudar o Distrito Federal com a sua juventude, com a sua força, assim como foi um excelente parlamentar nesta casa e que também o será, representando o povo do Distrito Federal.

Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Ricardo Vale.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, senhor presidente; boa tarde aos parlamentares presentes; boa tarde aos assessores; a vocês que nos acompanham pela TV Câmara Distrital e pelo YouTube; boa tarde para quem está na galeria e, em especial, boa tarde aos nossos policiais penais. (Palmas.)

Dirijo novamente a vocês todas as palavras que o líder do Partido Liberal, deputado Joaquim Roriz Neto, dirigiu há poucos minutos. Faço minhas as palavras de S.Exa. Não posso deixar de tocar nesse assunto, ainda que de forma bem superficial, sobre a decisão do TSE, não a decisão em si a respeito do Leandro Grass, mas há 1 frase em especial, dita há pouco por um parlamentar de esquerda – abro aspas –: “Decisão judicial se discute, sim.” – Fecho aspas. Depende, a esquerda pode discutir decisão judicial; se a direita discutir decisão judicial, é ataque às instituições, é ato antidemocrático, infelizmente, no Brasil, tudo depende do viés.

Mas não é sobre esse assunto que eu quero tratar. Quero falar sobre o assunto que mais aflige a vida do cidadão comum, do cidadão médio em Brasília e no Brasil: emprego, renda, dinheiro no bolso para poder sustentar a sua família. A ausência de empregos formais no Brasil gerada por mais de 1 década de uma política econômica desastrosa de governos de esquerda fez com que milhares de pessoas no Distrito Federal passassem a trabalhar para aplicativos, ou por aplicativos. É o caso do Uber, do 99, do iFood. Milhares de pessoas no Distrito Federal sustentam suas famílias pelo trabalho feito por intermédio dessas redes e desses aplicativos. Não é o aplicativo que contrata a pessoa. O aplicativo disponibiliza um serviço: se a pessoa quiser cadastrar-se nele e prestar o serviço, recebe contraprestação pecuniária, dinheiro, só pelo serviço prestado.

Aí, o atual mandatário que ocupa hoje o Palácio do Planalto, o pai dos pobres, o pai da mentira, na verdade, decidiu perseguir os aplicativos. Ontem ele falou assim – abre aspas –: “Nós vamos encher o saco do iFood até que o iFood venha aqui e negocie.” – Fecho aspas. Em outras palavras: vamos perseguir os aplicativos. Ele está perseguindo milhões de brasileiros e milhares de brasilienses que têm renda oriunda dos aplicativos. É simples assim.

É incompreensível que alguém, a essa altura do campeonato, no mundo em que nós vivemos, onde tudo se faz pela internet – o mundo hoje é quase todo virtual, digital, eletrônico –, que o homem de Neandertal, o pai da mentira, queira novamente levar o Brasil para a década de 1940, em uma suposta luta por direitos, que, ao final das contas, só gerará pobreza, ruína e miséria porque esses aplicativos irão embora do Brasil, as pessoas ficarão sem trabalho; as famílias, ao final das contas, sem comida, sem sustento.

É incompreensível, mas dá para entender, porque há bem pouco tempo ele falou que os livros de economia não servem para nada, que os economistas não entendem de economia. Quem deve entender é ele, que se comporta como se tivesse o QI de um quadrúpede

O modelo de negócios do iFood é um modelo que cobra uma taxa de quem usa – e só de quem usa – de acordo com a concorrência: se aparecer alguém que faz mais barato, ganha a concorrência. O Estado, não. O Estado cobra imposto indistintamente, impostos altos e sem a possibilidade de você não usar, ou não pagar, quero dizer. No modelo de negócios do iFood e do Uber, outras empresas podem competir; já o Estado monopoliza, ou seja, não compete contra ninguém. Se há uma competição para o iFood, para o Uber e para os outros, isso significa que o serviço deles precisa ser bom, porque, se não for bom, o consumidor para de usar; se parar de usar, vai à falência. E o serviço público? Basta ir a um hospital público e ver as pessoas sofrendo com dengue; é só ir a uma escola pública e ver como é ruim o serviço público! Não há competição. Para que vai melhorar a gestão? Para que vai melhorar a alocação de recursos dos pagadores de impostos se você não compete com ninguém, se é um monopólio seu?

No modelo do iFood e do Uber, se o cara rouba a empresa, ele é demitido; no governo, ninguém é dono; se ninguém é dono, os roubos são enormes, e ninguém demite ninguém. É o que vemos no Brasil. No modelo do iFood e do Uber, se o cara explora alguém, ele é processado e responde na justiça; no modelo estatal, governamental, o governo explora a sociedade através de altos impostos, e nada, absolutamente nada acontece.

Eu encerro essa breve fala agradecendo ao Ranking dos Políticos, que fez uma postagem dizendo absolutamente tudo o que eu disse aqui, comparando o modelo de negócios da iniciativa privada do iFood com o modelo de “negócios” – entre aspas – governamental, estatal, que nada faz além de tirar dinheiro do bolso dos pagadores de impostos e oferecer serviços ruins.

Obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Agradeço todos os comunicados.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Pergunto aos Líderes se há acordo para superarmos o sobrestamento decorrente dos 215 vetos e apreciarmos as demais matérias constantes na Ordem do Dia e os itens da extrapauta.

Não havendo manifestação em contrário, passamos ao primeiro item da pauta.

Item extrapauta:

Discussão e votação em 1º turno do Projeto de Lei nº 969/2024, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências”.

Tramitação concluída. Foram apresentadas 2 emendas de plenário. A CEOF deverá se manifestar sobre as emendas.

Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer sobre as emendas.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas ao Projeto de Lei nº 969/2024, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências”.

Presidente, retorna a esta comissão o Projeto de Lei nº 969/2024 para análise das emendas apresentadas em plenário.

Foram apresentadas 2 emendas. A Emenda nº 1 visa a incluir a previsão de nomeações para o cargo de procurador do Distrito Federal. A Emenda nº 2 visa ao fortalecimento da carreira de defensor público com a previsão de criação e provimento de cargos.

No âmbito dessa comissão, manifesto o voto pela admissibilidade das emendas apresentadas ao parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 969/2024 em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 974/2024, de autoria do Poder Executivo que “reestrutura a Carreira da Polícia Penal do Distrito Federal”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – A proposição não recebeu parecer das comissões. A CAS, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito à presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deputada Dayse Amarilio, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito à relatora, deputada Dayse Amarilio, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 974/2024, de autoria do Poder Executivo que “reestrutura a Carreira da Polícia Penal do Distrito Federal”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, é com muito prazer que votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 974/2024.

Esse é o parecer, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 974/2024, de autoria do Poder Executivo que “reestrutura a Carreira da Polícia Penal do Distrito Federal”.

Quero destacar, para além dos argumentos técnicos deste parecer, que a atuação da Polícia Penal é de grande importância para fortalecer o sistema de segurança do DF. A presença dessa força policial especializada contribui para a segurança interna dos estabelecimentos prisionais, garantindo a ordem e a disciplina. O policial penal desempenha um papel fundamental na prevenção e no controle de situações de fuga, rebeliões e outras ocorrências dentro do sistema carcerário, arriscando a própria vida para promover, assim, a eficácia do sistema penitenciário e garantir o bem-estar da população do Distrito Federal.

Trata-se de uma categoria que merece a valorização e o reconhecimento desta casa. O projeto de lei visa à reestruturação da carreira da polícia penal do Distrito Federal. O texto estabelece que os servidores serão pagos por subsídio, que incluirá, além do salário básico, adicionais noturno, de periculosidade, de insalubridade e de tempo de serviço e gratificação por habilitação em atividades penitenciárias.

A proposta está acompanhada da estimativa do impacto orçamentário financeiro para esse exercício financeiro e os 2 subsequentes, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, e cumpre as regras das normas orçamentárias e de finanças públicas vigentes, razão pela qual votamos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 974/2024.

É o parecer. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, eu avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer, sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 974/2024, de autoria do Poder Executivo, que “reestrutura a carreira da Polícia Penal do Distrito Federal”.

O parecer da CCJ é pela admissibilidade da proposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 974/2024. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 975/2024, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências”.

A proposição não recebeu parecer das comissões.

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 975/2024, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências”.

Os assistentes sociais desempenham um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, buscando mitigar as desigualdades e promover a igualdade de oportunidades para todos. São servidores que merecem a valorização e o reconhecimento do poder público e de toda a população do Distrito Federal.

A proposta visa a modificar a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024, buscando incluir autorização para a reestruturação da carreira pública de assistente social do DF. Além disso, propõe

autorização para a realização de concurso público.

Quanto à sua admissibilidade, a presente proposição não acarreta aumento de despesa, uma vez que as alterações referentes à despesa de pessoal na Lei de Diretrizes Orçamentárias dizem respeito apenas ao seu caráter autorizativo.

Diante do exposto, no âmbito dessa Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, manifestamos voto pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 975/2024.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 975/2024. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu queria agradecer ao sindicato, que foi muito respeitoso e guerreiro, que fez um diálogo muito coerente junto ao governo. Eu queria agradecer também por essa alteração ter chegado. Eu acho que as coisas positivas precisam também ser colocadas. Quero não só agradecer, mas pedir também uma celeridade. Nós conseguimos, com essa autorização da LDO, a previsão orçamentária. Agora, só volta o projeto para nós fecharmos o mês de março com muita alegria, valorizando esses servidores.

Ratifico o meu pedido e agradeço ao Governo do Distrito Federal. Peço ao Gustavo Rocha, que recebeu a categoria, e ao Ney, que o encaminhem, para que nós possamos votar esse projeto ainda neste mês.

Parabéns, sindicato, parabéns aos agentes. Estamos aqui à disposição de vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Presidente, queria, da mesma forma que a minha colega deputada Dayse Amarilio, saudar com muita força os servidores e as servidoras da carreira pública de assistência social do Distrito Federal. São diversos segmentos dentro dessa carreira que tocam uma das políticas mais fundamentais hoje para se enfrentar a desigualdade social, que é a política pública de assistência social.

O Sistema Único de Assistência Social, com todos os seus órgãos e complexidades, é gerido pelos servidores da carreira pública de assistência social. Então, queria saudar vocês pela luta.

V.Exa., presidente, foi presidente de sindicato, sabe que nada vem de graça. É com muita luta, e essa categoria foi guerreira. Ela fez uma greve histórica e só conquistou o que está conquistando agora porque teve coragem de lutar. Servidor tem de lutar e lutar muito para conquistar. Nós sabemos as dificuldades que existem não só no DF, mas no Brasil inteiro.

Quero saudar a direção do Sindisasc. Eu tenho muito orgulho porque eu já fui filiado a ele. Hoje não estou filiado mais, mas já fui filiado ao Sindisasc, que é um sindicato importante do Distrito

Federal. Saúdo a categoria, os colegas que lutaram muito e que conquistaram essa vitória hoje.

Muito obrigado, presidente, pelo esforço de V.Exa. É importante registrar o esforço do presidente da Câmara, sempre pressionando o governo e batalhando para que essa conquista saísse também. Muito obrigado, deputado Wellington Luiz.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado. Retribuo os agradecimentos. Parabenizo publicamente o deputado Fábio Félix. Os méritos são do deputado, que contribuiu muito para que chegássemos a esse resultado. Fica aqui o nosso agradecimento ao deputado, ao sindicato pela condução, e a todos os servidores.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu peço a V.Exa. a inclusão do Projeto de Resolução nº 6/2019, na pauta agora.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acolho a solicitação de V.Exa. Peço para se incluir na pauta o Projeto de Resolução nº 6/2019. É o Código de Ética.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Sim, mas havia uma discussão sobre isso. Porém, já está tudo certo, não está, deputado Thiago Manzoni? Houve um acerto com todos os deputados, acredito que todos já concordam com isso. Eu falei há pouco com o Willemann. Ele me disse que tirou todas as dúvidas. Então, se todos concordarem, eu acho que é importante para esta casa apreciar e aprovar esse projeto.

Item nº 222:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Resolução nº 6/2019, de autoria do deputado Chico Vigilante, que “institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências”. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Ricardo Vale, que emita parecer Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a matéria.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar ao Projeto de Resolução nº 6/2019, de autoria do deputado Chico Vigilante, que “institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências”.

O novo Código de Ética e Decoro Parlamentar sistematiza tudo em um texto único e aprimora os institutos processuais, estabelecendo um rito facilmente compreensível e acessível a todos quantos queiram entender os procedimentos para apurar as infrações cometidas pelos deputados. O que certamente traz mais segurança jurídica e mais clareza ao processo, pois todas as etapas e atos necessários ao devido processo legal estão sendo postos num texto único e de maneira explícita e com cronologia adequada. Também é importante mencionar a segregação das competências. Estamos passando as competências sobre ética e decoro parlamentar da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania para um Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o que certamente refletirá em ganhos na condução da matéria por esta casa. Esse conselho terá 5 membros compostos na forma da proporcionalidade partidária.

Feitas essas considerações e registros, assinalo que o substitutivo apresentado na Comissão de Constituição e Justiça aprimora o texto e demonstra ser possível construirmos um novo código de ética e decoro parlamentar que contempla as diversas posições políticas e ideológicas com as quais convivemos diariamente na sociedade e nesta casa.

Em plenário foram apresentadas 14 subemendas que estão analisadas com detalhes de forma anexa a este parecer.

Aqui vou fazer apenas um breve resumo analisando por tema. Em caso de destaque, vou ler o que escrevi sobre elas. Quanto às emendas no plenário, creio que contribuem para fazer os ajustes finais.

Por essas razões, nesta Comissão de Defesa e Direitos Humanos, Cidadania Ética e Decoro Parlamentar, voto pela aprovação do substitutivo apresentado na Comissão de Constituição e Justiça,

Emenda nº 62, ao Projeto de Resolução nº 6/2019, e pela aprovação das Subemendas nº 76 a 84.

Esse é o voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, não deu tempo de chegar aqui, nós fizemos um acordo e eu estou pedindo para retirar a Emenda nº 70.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Ok. Solicito que seja retirada a Emenda nº 70, conforme o acordo.

Solicito que se retifique o parecer.

DEPUTADO RICARDO VALE – Retificando o parecer, acato a retirada da Emenda nº 70. Está retirada. As demais estão aprovadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar está aprovado com a presença de 19 deputados.

A presidência designa o deputado Ricardo Vale para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao relator, deputado Ricardo Vale, que emita parecer da Mesa Diretora sobre a matéria.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Mesa Diretora ao Projeto de Resolução nº 6/2019, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências”.

Pela Mesa Diretora da Câmara Legislativa, voto pela aprovação do substitutivo apresentado na CCJ à Emenda nº 62 ao Projeto de Resolução nº 6/2019 e pela aprovação das Subemendas nºs 76 a 84. Este é o voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Ricardo Vale.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Resolução nº 6/2019, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências”.

O parecer da CCJ é pela admissibilidade das Subemendas nºs 76 a 84.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 deputados.

Em discussão o Projeto de Resolução nº 6/2019, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis.

Está aprovado.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante para declaração de voto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador) – Presidente, esse projeto estava tramitando desde 2019. Portanto, quero agradecer, neste momento, a todos os relatores: deputado Robério Negreiros; deputado Ricardo Vale; deputado Thiago Manzoni, que relatou pela Comissão de Constituição e Justiça.

Esse é um projeto que inova a questão do Código de Ética desta casa, que já estava ultrapassado. Ele traz uma série de inovações. Portanto, estamos dando uma nova roupagem para a questão do Código de Ética nesta casa.

Parabenizo V.Exa., que se empenhou bastante pela aprovação desse instrumento. Ele não é um projeto do deputado Chico Vigilante, é um projeto do deputado Chico Vigilante e de mais 16 deputados que o assinaram. Portanto, é um projeto da casa, e V.Exa. se esforçou muito para essa aprovação.

Agradeço ao deputado Thiago Manzoni. Somos de ideologias diferentes, mas, quando é para o bem da casa, convergimos efetivamente num sentido. Hoje o deputado que mais apresentou emendas foi o deputado Pastor Daniel de Castro. Depois S.Exa. se convenceu da necessidade da retirada das emendas e, agora, o nosso Código de Ética está aprovado. Obrigado a V.Exa. porque retirou algumas emendas, o que foi importante.

Quero agradecer – ele não gosta que o elogiemos – a participação do Willemann, que foi quem me ajudou a escrever esse Código de Ética. Ele é o mentor intelectual do projeto. Portanto, você está de parabéns, também, Willemann!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Essa é mais uma importante conquista para a nossa gestão. Nós temos vencido barreiras e barreiras e temos conseguido apresentar para a sociedade – porque isso resulta em ganho para a sociedade – um código de ética que há muito tempo esta casa merecia.

Parabéns a V.Exa., que foi o autor inicial, mas, como bem disse V.Exa., o projeto foi feito a muitas mãos, com a participação dos deputados. Mais uma vez, o nosso amigo Willemann teve uma participação fundamental, ele e os demais assessores. Então, fica aqui o nosso agradecimento.

Fico muito feliz de Deus ter me dado a oportunidade de estar sentado nesta cadeira em momentos tão importantes como este. Há poucos dias, fizemos a reestruturação de cargos desta casa, atendendo os nossos servidores efetivos e, assim, estamos indo adiante, vencendo tabus e conseguindo apresentar, realmente, números impressionantes.

Muito obrigado. Parabéns a todos os parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni para declaração de voto.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Presidente, na verdade, só gostaria de me unir ao deputado Chico Vigilante e parabenizá-lo por conduzir esta casa em pautas tão importantes, tanto para o Distrito Federal quanto para a própria Câmara Legislativa.

Agradeço a toda a equipe de assessoria, que nos auxiliou nesse intenso debate que aconteceu. Eu gostaria de agradecer ao Willemann e ao Vítor, que trabalharam muito nesses meses e, em especial, à equipe de assessoria do deputado Pastor Daniel de Castro, pois, ao apresentar as emendas, também discutimos bastante. Eu gostaria de agradecer a essas pessoas que contribuíram, e muito, para que chegássemos a esse consenso e, hoje, houvesse a aprovação do Código de Ética.

Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni. Mais uma vez, agradecemos ao Vítor e aos demais assessores que tanto contribuíram para esse trabalho. Obrigado.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro para declaração de voto.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Obrigado, senhor presidente.

Eu também quero ir nessa mesma linha de agradecimentos.

Nós, o PP e o PT, convergimos. (Risos.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Sempre estiveram do mesmo lado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Houve grandes debates, e a nossa assessoria apresentou uma série de emendas. Aqui, de coração, quero agradecer a todos, porque esse novo Código de Ética era um instrumento de que esta casa precisava. Quero parabenizar todos os deputados, as equipes, o Willemann, que fez um grande trabalho, o Vítor, o doutor Diógenes do nosso gabinete.

Também entendo que 2 pessoas foram de fundamental importância nesse processo, além do deputado Chico Vigilante e do deputado Fábio Félix, que tanto debateram. Uma delas é o nosso presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que fez um brilhante trabalho na CCJ. Meus parabéns. A outra é o nosso presidente.

Quero dizer que, senhor presidente, V.Exa. tem sido um presidente iluminado. Deus tem lhe dado a graça de fazer grandes entregas. Recentemente, fizemos a entrega da reestruturação da própria casa, um trabalho também do Willemann, que passou pela Primeira Secretária, veio da gestão do nobre deputado Iolando. Deus tem lhe dado essa graça de fazer grandes entregas. Assim, esta casa tem se mostrado para Brasília como uma grande casa de leis, sob a sua presidência. Parabéns. Que Deus o abençoe!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

As palavras são essas mesmas. É uma graça o que Deus tem nos concedido: poder participar de um momento tão importante. Eu sou apenas 1 deputado entre os 24 parlamentares. Fico muito feliz de ter tido a confiança de V.Exas. para, em um momento tão importante como este, estar fazendo a gestão desta casa.

Muito obrigado, deputado. Parabéns pelo trabalho.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix para declaração de voto.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu também gostaria de registrar esse esforço coletivo em torno dessa proposta. O primeiro signatário é o deputado Chico Vigilante, e sou coautor dessa proposta, apresentada na legislatura passada. Acho que é um ganho a criação de um conselho de ética no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal, assim como sua separação da Comissão dos Direitos Humanos, que, agora, é ampliada também para a Comissão de Legislação Participativa. Acho que isso é um ganho para esta casa, que se atualiza e segue a orientação de outras casas legislativas no país. Então, acho que isso é um ponto positivo.

É óbvio que, de todos os lados, houve proposições para ampliar o texto, para discuti-lo. Nós tínhamos propostas para o texto que não foram possíveis na sua composição, mas acho que isso é parte do processo. O mais importante foi esse esforço coletivo para que a proposta fosse aprovada e para que o diálogo fosse efetivado.

Dito isso, o deputado Chico Vigilante já tocou na questão central, em um ator importante: o Willemann, que foi muito importante nesse esforço. Temos de reconhecer que são muitos servidores e servidoras que estão conosco o tempo inteiro, tentando ajudar, colaborar para esse processo. Hoje, o Conselho de Ética está na Comissão Direitos Humanos. O secretário da comissão, Gabriel, também está aqui. Houve esse esforço de vários segmentos desta casa para que essa proposta fosse finalmente aprovada hoje. Nesse esforço, incluem-se as divergências partidárias, políticas, a conversa permanente. Hoje, votamos, por unanimidade, a proposição. Espero que isso seja um passo, um avanço para Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Obrigado presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix. Mais uma vez, parabéns pelo esforço concentrado de todos os parlamentares e assessorias.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado Roosevelt para declaração de voto.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, só quero reforçar que o Código de Ética enfrentou uma série de questões, mas há uma que enfrentou que foi muito interessante. Aqui ou o deputado era santo ou era cassado. E majorou-se a punição.

No Código Penal, nas leis penais em branco, que são externas ao Código Penal, em todos os crimes, as penas são graduadas, individualizadas, de acordo com a responsabilidade e a intenção do agente. Aqui na Câmara Legislativa, não. Por qualquer ato, por qualquer desvio de comportamento do parlamentar, a punição era simplesmente a cassação.

A proposta, feita por várias mãos aqui que foram citadas, graduou eventual comportamento inadequado do parlamentar. Isso é um grande ganho. Isso não tira de nós parlamentares a responsabilidade de mantermos uma conduta retilínea em relação à sociedade, que nos tem como um bom exemplo. Nós temos que ter essa conduta mesmo.

Parabéns ao presidente, ao deputado Thiago Manzoni, ao deputado Chico Vigilante, deputado Pastor Daniel de Castro. Aos outros colegas que contribuíram nesse processo eu dou os meus parabéns.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Roosevelt. V.Exa. foi extremamente feliz. A dosimetria da pena é uma questão de justiça. V.Exa. lembrou muito bem e eu o parabenizo. Agradeço.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto para declaração de voto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, V.Exa. está de parabéns. V.Exa. e toda a equipe, deputado Thiago Manzoni, deputado Chico Vigilante, deputado Fábio Félix.

Tinha que ser na sua gestão, presidente. Como disse bem o deputado Roosevelt: ou cara estava no inferno ou estava no céu. Todo ser humano é capaz de cometer um deslize aqui, falar uma besteira ali. Não sabemos do dia de amanhã. Ninguém está livre disso. A primeira coisa era: cassa fulano. Cadê o meio termo? Não existe? Espero nunca precisar da Comissão de Ética, mas ela foi feita por boas mãos. Graças a Deus.

Parabéns a essa equipe que gestou e pariu. Nunca na casa havia acontecido isso. Parabéns a toda a equipe envolvida. O Willemann e toda equipe fazem parte da Câmara Legislativa desde o primeiro concurso.

Parabéns a todos vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Item nº 224:

Discussão e votação, em turno único, dos requerimentos:

– Requerimento nº 1.152/2024, de autoria do Deputado Gabriel Magno, que “Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 749/2023, que dispõe sobre o licenciamento para a realização de eventos, no dia 28 de fevereiro de 2024, às 19h, na Sala de Comissões Itamar Pinheiro”;

– Requerimento nº 1.166/2024, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “Requer a realização

de audiência pública, no dia 12/03/2024, para discutir o direito à cidade da população em situação de rua”;

– Requerimento nº 1.170/2024, de autoria do deputado Fábio Félix, que “Requer a realização de Audiência Pública sobre o “Dia Mundial da Água”, no dia 26 de março de 2024, às 10h, no Plenário da CLDF”

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.183/2024, de autoria da Deputada Paula Belmonte, que “requer a realização de Audiência Pública, no dia 14 de março de 2024, às 19 horas, no Sítio Hebrom – Núcleo Rural Monjolo, Chácara 23, para debater sobre os problemas enfrentados pelos moradores do Núcleo Rural Monjolo, na Região Administrativa do Recanto das Emas”.

Em discussão os requerimentos. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando os requerimentos; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências justificadas.

Estão aprovados.

Item nº 225:

Discussão e votação, em turno único, das moções:

– Moção nº 633/2024, de autoria da Deputada Doutora Jane, que “Moção de Louvor em Sessão Solene em reconhecimento e homenagem ao aniversário de 20 anos da Cidade Estrutural, a realizar-se no dia 16 de fevereiro de 2024, às 10h, no Centro Olímpico da Estrutural, localizado no SCIA – Área Especial 02, Setor Norte da Estrutural – Região Administrativa SCIA e Estrutural – RA XXV, Distrito Federal”;

– Moção nº 634/2024, de autoria da Deputada Jaqueline Silva, que “Reconhece e apresenta Votos de Louvor ao Policial Rodoviário do Distrito Federal, EDUARDO HENRIQUE LEMOS, pelo comprometimento e profissionalismo demonstrado nos trabalhos prestados à população da Região Administrativa de Santa Maria”;

– Moção nº 635/2024, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes anos de serviços prestados à população do Distrito Federal na ocasião de suas aposentadorias no Hospital Materno Infantil – HMIB”;

– Moção nº 640/2024, de autoria do Deputado Thiago Manzoni, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor ao cidadão que especifica, pelos relevantes serviços prestados para a população do Distrito Federal”;

– Moção nº 641/2024, de autoria do Deputado Thiago Manzoni, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor ao cidadão que especifica, pelos relevantes serviços prestados para a população do Distrito Federal”;

– Moção nº 642/2024, de autoria da Deputada Doutora Jane, que “Moção de Louvor em Sessão Solene em Defesa das Prerrogativas da Advocacia do Distrito Federal, a realizar-se no dia 28 de fevereiro de 2024, das 19:00 horas às 22:00 horas, no Plenário da CLDF”;

– Moção nº 643/2024, de autoria do Deputado Hermeto, que “Reconhece e apresenta Votos de Louvor aos Policiais Militares do GTM 45, pelo comprometimento, profissionalismo e dedicação demonstrados em “ATO DE BRAVURA”, que resultou no salvamento de um cidadão”;

– Moção nº 644/2024, de autoria da Deputada Doutora Jane, que “Moção de Louvor em Sessão Solene em Defesa das Prerrogativas da Advocacia do Distrito Federal, a realizar-se no dia 28 de fevereiro de 2024, das 19:00 horas às 22:00 horas, no Plenário da CLDF”;

– Moção nº 645/2024, de autoria da Deputada Doutora Jane que “Moção de Louvor em Sessão Solene em Defesa das Prerrogativas da Advocacia do Distrito Federal, a realizar-se no dia 28 de fevereiro de 2024, das 19:00 horas às 22:00 horas, no Plenário da CLDF”;

– Moção nº 646/2024, de autoria do Deputado Roosevelt, que “Reconhece e apresenta votos de louvor ao Sargento MARCELO LUIS LEÃO, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, pelo ato de bravura demonstrado na sua intervenção corajosa em um incêndio de grandes proporções ocorrido em uma indústria no Setor Aeroviário, em Goiânia, no dia 17 de setembro de 2023”;

– Moção nº 647/2024, de autoria do Deputado Martins Machado, que “Manifesta votos de Louvor e homenageia presidentes da Torcida Organizada do São Paulo Futebol Clube, Dragões da Real, pelos excelentes serviços prestados à população do DF”;

– Moção nº 648/2024, de autoria da Deputada Paula Belmonte, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor e aplausos aos Bombeiros Militares do Distrito Federal, abaixo descritos, pelo comprometimento e profissionalismo, demonstrados em “ATO DE BRAVURA”, fato ocorrido em 08/01/2023”;

– Moção nº 649/2024, de autoria do Deputado Hermeto, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor e aplausos a todos os homenageados da Sessão Solene em homenagem ao aniversário da Cidade, que prestaram serviços relevantes ao Riacho Fundo I”;

– Moção nº 650/2024, de autoria do Deputado Hermeto, que “Reconhece e apresenta Votos de Louvor aos Policiais Militares do 6º BPM, pelo comprometimento, profissionalismo e dedicação demonstrados em “ATO DE BRAVURA”, que resultou no salvamento de um cidadão”;

– Moção nº 651/2024, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, em ocasião do 50º aniversário do HRT”;

– Moção nº 652/2024, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, em ocasião do 50º aniversário do HRT”;

– Moção nº 653/2024, de autoria da Deputada Doutora Jane, que “Moção de Louvor em Sessão Solene em Defesa das Prerrogativas da Advocacia do Distrito Federal, a realizar-se no dia 28 de fevereiro de 2024, das 19:00 horas às 22:00 horas, no Plenário da CLDF”;

– Moção nº 654/2024, de autoria da Deputada Dayse Amarílio, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor às mulheres que especifica, pelos relevantes serviços prestados ao Distrito Federal, em ocasião da sessão solene em homenagem aos 36 anos do Conselho dos Direitos da Mulher”;

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, em bloco, das seguintes moções:

– Moção nº 655/2024, de autoria da Deputada Doutora Jane, “Moção de Louvor em Sessão Solene em Defesa das Prerrogativas da Advocacia do Distrito Federal, a realizar-se no dia 28 de fevereiro de 2024, das 19:00 horas às 22:00 horas, no Plenário da CLDF”;

– Moção nº 656/2024, de autoria da Deputada Doutora Jane, “Moção de Louvor em Sessão Solene em reconhecimento e homenagem ao aniversário de 20 anos da Cidade Estrutural, a realizar-se no dia 16 de fevereiro de 2024, às 10h, no Centro Olímpico da Estrutural, localizado no SCIA – Área Especial 02, Setor Norte da Estrutural – Região Administrativa SCIA e Estrutural – RA XXV, Distrito Federal (COMPLEMENTO)”;

– Moção nº 657/2024, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que “parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, em ocasião do 50º aniversário do HRT”;

– Moção nº 658/2024, de autoria do Deputado Hermeto, que “reconhece e apresenta Votos de Louvor aos Policiais Militares do 15º BPM, pelo comprometimento, profissionalismo e dedicação demonstrados em “ATO DE BRAVURA”, que resultou na prisão de dois criminosos, no Setor Santa Luzia, Cidade Estrutural/DF”.

Em discussão as moções. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam as moções permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As moções estão aprovadas com a presença de 20 deputados.

Nos termos do art. 120 do Regimento Interno, em atendimento ao Requerimento nº 1.099/2024, convoco as senhoras e os senhores deputados para a sessão extraordinária de hoje, com início imediato após esta sessão ordinária, para discussão e votação, em segundo turno, dos seguintes projetos:

- Projeto de Lei nº 969/2024;
- Projeto de Lei nº 974/2024;
- Projeto de Lei nº 975/2024;
- Projeto de Resolução nº 6/2019.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h06min.)

Siglas com ocorrência neste evento:

ACS – Agente Comunitário de Saúde
Avas – Agente de Vigilância Ambiental em Saúde
BPM – Batalhão de Polícia Militar
Caps – Centro de Atenção Psicossocial
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça
CDRU – Concessão de Direito Real de Uso
CEB – Companhia Energética de Brasília
Cepom – Complexo de Ensino da Polícia Militar
CIL – Central de Intermediação em Libras
CLDF – Câmara Legislativa do Distrito Federal
Comep – Convenção de Ministros Evangélicos Pentecostais
Detran-DF – Departamento de Trânsito do Distrito Federal
HRT – Hospital Regional de Taguatinga
IFB – Instituto Federal de Brasília.
Iges-DF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
MDB – Movimento democrático Brasileiro
MEI – Microempreendedor Individual
PDTT – Plano de Desenvolvimento de Transporte Público sobre Trilhos
PGDF – Procuradoria-Geral do Distrito Federal
PP – Partido Progressista.
PPGG – Políticas Públicas e Gestão Governamental do Distrito Federal.
SCIA – Setor Complementar de Indústria e Abastecimento
Seplad – Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal
Sindsasc – Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultural do Governo do Distrito Federal.
Subsaúde – Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho
Sudeco – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
TRE – Tribunal Regional Eleitoral
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
VLT – Veículo Leve sobre Trilhos.

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 06/03/2024, às 15:38, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1568212** Código CRC: **F4FCE53E**.

Ata Circunstanciada da 8ª Sessão Extraordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 8ª
(OITAVA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
DE 5 DE MARÇO DE 2024.

INÍCIO ÀS 18H06MIN

TÉRMINO ÀS 18H21MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Há número regimental. Está aberta a sessão extraordinária de 5 de março de 2024.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o deputado Ricardo Vale a secretariar os trabalhos da mesa.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

Item nº 1:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 974/2024, de autoria do Poder Executivo, que "reestrutura a Carreira da Polícia Penal do Distrito Federal".

Aprovado em primeiro turno.

Em discussão o Projeto de Lei nº 974/2024, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Votação encerrada.

A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências justificadas.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.098/2024, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 974/2024, de autoria do Poder Executivo, que

“reestrutura a carreira da Polícia Penal do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a sanção.

Parabéns a todos.

DEPUTADA DOUTORA JANE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra à deputada Doutora Jane para declaração de voto.

DEPUTADA DOUTORA JANE (MDB. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, presidente.

Eu não poderia deixar de declarar meu voto para falar da importância de nós aprovarmos essa reestruturação da carreira da Polícia Penal. Eles vieram a esta casa para demonstrar o interesse deles, e eu fiz questão de declarar o voto para falar do meu interesse e da minha alegria com esse momento da reestruturação.

Sou da carreira, repito isso, da segurança pública, e somos todos segurança pública. Cada vez que passa uma votação como esta por aqui e que temos o prazer de votar em primeiro e em segundo turno dizendo “sim”, nós estamos dizendo sim para a segurança pública, dizendo sim para o compromisso que nós temos com a carreira da Polícia Penal. Parabéns a todos os servidores da Polícia Penal!

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Parabéns, deputada.

DEPUTADA DOUTORA JANE – Só para finalizar, eu não poderia deixar de me dirigir à categoria da procuradoria, carreira de assistência, porque, naquela hora, eu estava muito apressada e não tive a oportunidade de falar. Contem também com o nosso apoio, porque nós somos servidores. E, por sermos servidores, é uma obrigação nossa apoiá-los, porque, de qualquer forma, eles se sentem representados por nós, como pelo nosso presidente nesta casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada, extremamente importante para todos nós.

DEPUTADO HERMETO – Senhor presidente, solicito a palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado Hermeto para declaração de voto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, quero parabenizar essa carreira, os meus colegas da carreira, e dizer o seguinte: meu sonho era a nossa corporação...

(Falha na gravação.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Desculpe-me, deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO – Quero externar todo o meu reconhecimento aos senhores e também dizer, deputado Roosevelt, que o nosso sonho era nós podermos fazer a nossa reestruturação via Câmara Legislativa. Infelizmente, nós temos – ou felizmente, não sei – que mandar para o Congresso Nacional e ir pela cabeça de 500 e tantos deputados, que nem conhecem o Distrito Federal. Queria tanto que o Distrito Federal pudesse legislar sobre a nossa PM, sobre nossos bombeiros! Parabéns, meus colegas policiais penais! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Hermeto. V.Exa. tem toda razão, a delegação de competência sanaria esse problema. Muito obrigado, bem lembrado.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO – Senhor presidente, solicito a palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado João Cardoso para declaração de voto.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, fico muito feliz pela reestruturação da carreira dos policiais penais. Tenho vários amigos lá. Inclusive, nós aportamos emendas parlamentares para a Polícia Penal. Houve as Olimpíadas no Canadá, no ano retrasado; nós destinamos emenda e a equipe pode participar, como também lá no estande de tiros. Eu sempre tenho visitado a Polícia Penal e o estande de tiros.

Hoje, o estande de tiros da Polícia Penal é o melhor e mais procurado de Brasília, onde várias instituições, tanto do Distrito Federal, todas as forças, como também da área federal. Tenho esse carinho pela Polícia Penal, temos muitos amigos lá, mas há uma coisa, presidente: os policiais penais precisam também de mais estrutura no trabalho, eles precisam dessa reestruturação e da manutenção de tudo o que têm lá para poderem continuar prestando esse serviço de excelência.

Vocês estão de parabéns. O mérito é de vocês, nossas amigas, nossos amigos policiais penais.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado João Cardoso.

Quero aproveitar para agradecer ao sindicato, na pessoa do Paulo, na pessoa do Moreira. Parabéns pelo trabalho de vocês, pela condução, toda equipe do sindicato, toda carreira, toda categoria, por toda essa luta exemplar! Não posso deixar de agradecer ao secretário Teles, que foi muito sensível a esse trabalho. Da mesma maneira, ao secretário de economia, Ney Ferraz, e a toda a sua equipe. Enfim, a todos aqueles que contribuíram e, de maneira mais especial ainda, ao Governador Ibaneis, que foi sensível ao pedido do sindicato.

Muito obrigado a todos vocês. Parabéns! Vitória mais do que justa. Contem com o nosso apoio sempre!

Concedo a palavra ao deputado Eduardo Pedrosa para declaração de voto.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. presidente, eu queria só parabenizar os policiais penais do Distrito Federal. Essa vitória é deles, coletiva.

Ficamos felizes em ver a Câmara Legislativa como instrumento para isso. Parabenizo o Paulo, todos do governo, o sindicato, os amigos, as pessoas que de fato trabalham e se dedicam à população do Distrito Federal. Deixo aqui o nosso carinho, nossa atenção, e faço minhas as palavras do deputado João Cardoso, para que os deputados aportem emendas parlamentares, a fim de buscarmos orçamento e, dessa forma, eles terem mais condição de trabalhar, com mais policiais penais. É muito importante sempre levantarmos essa pauta aqui.

Era isso.

Por fim, parabenizo V.Exa., presidente, pela sua interlocução e dedicação. Quero dizer da honra e do orgulho que é poder estar ao seu lado, na Câmara Legislativa.

Parabéns, policiais penais! Parabéns a todos! Que a justiça seja feita!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa. Retribuo o agradecimento. Por questão de justiça também, parabenizo o ex-deputado Rafael Prudente, que muito ajudou nessa interlocução.

Nosso muito obrigado a todos que contribuíram. Parabéns a esta casa pela importante decisão de votarmos o projeto hoje, em primeiro e segundo turno. O projeto foi lido hoje, com bem disse a deputada Doutora Jane, e votado nos 2 turnos, o que significa uma demonstração clara do nosso respeito e do nosso carinho por esses servidores, que têm como instrumento de trabalho a própria vida.

Muito obrigado e que Deus abençoe a todos! Forte abraço.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro para declaração de voto.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu também quero parabenizar todos os policiais penais que estão aqui. Essa vitória é de vocês, mas também é desta casa.

Olhem o que vocês conseguiram! O projeto foi lido hoje e votado em primeiro e segundo turno, nesta casa.

Presidente, parabéns pela gestão! Parabéns a vocês! Que Deus os abençoe! Contem sempre com todos os deputados e deputadas desta casa. Vocês merecem. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Item nº 2:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 969/2024, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que ‘Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências’”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.098/2024, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não havendo objeção do plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 969/2024, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que ‘Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências’”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a sanção.

Item nº 3:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 975/2024, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que ‘Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências’”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.098/2024, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não havendo objeção do plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 975/2024, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que 'Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências'".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a sanção.

Item nº 4:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Resolução nº 6/2019, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.098/2024, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Resolução nº 6/2019, de autoria do deputado Chico Vigilante, que "Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a promulgação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h21min.)

Siglas com ocorrência neste evento:

PM-DF – Polícia Militar do Distrito Federal

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 06/03/2024, às 14:38, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1568215** Código CRC: **89F866D8**.

O Diário da Câmara Legislativa do DF
está regulamentado pelos seguintes
instrumentos legais:

Resolução nº 279

publicada no DCL nº 35 de 25 de fevereiro de 2016.

Págs: 2 a 7

Ato da Mesa Diretora nº 69

publicado no DCL nº 109 de 27 de maio de 2022.

Págs: 20 a 23

Ato da Mesa Diretora nº 27

publicado no DCL nº 62 de 3 de abril de 2007.

Págs: 13 a 16

Ato do Vice-presidente nº 8

publicado no DCL nº 214 de 14 de outubro de 2019.

Págs: 31 a 48

Se você envia documentos para publicação no
DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA
então esse recado é pra você!

5 dicas para ter o seu documento publicado sem problemas

1

Use o SEI

Precisamos da sua assinatura digital e do QRCode

Envie os originais

PDF só se for de documento externo à CLDF

2

3

Use os modelos

O SEI disponibiliza modelos para os documentos

Veja esse resumo

Tahoma 12

4

5

Cuidado com as tabelas

770 pixels ou 100%

clique e saiba mais...

Trabalhando juntos podemos oferecer
um serviço de qualidade para a população do DF.



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL